



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDUC
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ROSÂNGELA MAIA DE FREITAS

**O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ E O REGIME DE COOPERAÇÃO
ESTABELECIDO ENTRE DOIS MUNICÍPIOS CEARENSES**

MOSSORÓ/RN

2018

ROSÂNGELA MAIA DE FREITAS

**O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ E O REGIME DE COOPERAÇÃO
ESTABELECIDO ENTRE DOIS MUNICÍPIOS CEARENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Edgleuma de Andrade.

MOSSORÓ-RN

2018

Catálogo da Publicação na Fonte.

M217p Maia de Freitas, Rosângela

O Prêmio Escola Nota Dez e o regime de cooperação estabelecido entre dois municípios cearenses. / Rosângela Maia de Freitas. - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2018.

184p.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2. Prêmio Escola Nota Dez. 3. Regime de Cooperação. 4. Aprendizagem Educacional. I. de Andrade, Maria Edgleuma. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ROSÂNGELA MAIA DE FREITAS

**O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ E O REGIME DE COOPERAÇÃO
ESTABELECIDO ENTRE DOIS MUNICÍPIOS CEARENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação.

Aprovada em: 05/12/2018

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Edgleuma de Andrade - UERN
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Eloisa Maia Vidal - UECE
(Examinador Externo)

Prof^a. Dr^a. Márcia Betânia de Oliveira - UERN
(Examinador Interno)

Ao meu pai, **Marcondes da Silva** (*in memoriam*), um grande exemplo de pai, de força e de honestidade. Mesmo analfabeto, sempre buscou o conhecimento e nos incentivou a estudarmos, de modo que nunca pude perceber sua ausência de título.

À minha mãe, **Maria do Carmo Maia da Silva** que sempre me disse palavras de amor e motivação, me mostrando o quanto eu era inteligente, até mesmo quando desconhecia o meu potencial. Obrigada, minha mãe, pela paciência e compreensão diante da minha ausência, nos últimos meses.

À D. Franci (*in memoriam*), minha sogra que, no decorrer desta empreitada, nos deixou.

AGRADECIMENTOS

O que é agradecer, senão reconhecer o favor e render graças?

No caminho trilhado - durante todo o percurso de elaboração, investigação e conclusão desta pesquisa -, foram muitas angústias, medos, ansiedade, idas e vindas e muitos desafios. Porém, muitas conquistas e pessoas as quais devo gratidão.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me orientado, fortalecido e sustentado, durante cada dia vivido e em todas as situações difíceis, sempre me ensinando o caminho a seguir. Sem Ele, nada seria possível “porque Dele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; Glória, pois, a Ele eternamente. Amém” (Rm 11:36).

À minha orientadora Maria Edgleuma Andrade pelo apoio e orientação.

Aos professores Arilene Medeiros e Joaquim Barbosa que, com experiência e simplicidade, muito colaboraram na construção do meu conhecimento e formação que foram necessários durante esta jornada de investigação.

À professora Eloisa Vidal que com seu conhecimento e generosidade muito contribuiu com a minha pesquisa.

À turma de 2016, da Linha de Políticas e Gestão da Educação, pessoas em quem encontrei não coleguismo. Mais que isto, ganhei amigos os quais aprendi a amar e admirar cada um na sua singularidade. Levarei todos vocês no meu coração para sempre: Fábiana Lira, Yokky Yukky, Marecilda Bezerra, Ceiza Fonseca, Nilza Luz, Wilson Pereira e Rosiane Queiroz e ao querido George Mesquita, mestre em generosidade e sabedoria.

À Januária Mesquita Rebouças quem se tornou “uma comigo”, durante todo o processo de pesquisa. Obrigada por tanta dedicação, força e carinho. Você é uma pessoa iluminada por Deus.

Ao meu esposo Everton Freitas e minha amada filha Ellen Maia de Freitas por terem me apoiado, durante toda esta caminhada. Mesmo ainda pequena e com toda a sua inocência de criança, você, Ellen, sempre mostrou sua preocupação comigo e com a pesquisa. Nunca esquecerei sua pergunta que me fez, durante todo o processo: “- Mãe, já terminou?”. O seu cuidado e preocupação me fez forte.

Aos meus irmãos e irmãs que oraram, torceram por mim e constantemente me dirigiram palavras de incentivo.

À Maurília Cândido, uma grande companheira que sonhou o meu sonho e esteve sempre comigo. Nos momentos mais difíceis, me fortaleceu sempre com a mesma frase: “- Nós vamos conseguir!”.

À Profª Mestra Maria Lucas da Silva, por estar sempre disposta a compartilhar comigo seus saberes.

Aos sujeitos colaboradores deste estudo – Professora Célia Maria Bernardo Carvalho, Ex-gestora da educação do município de Aracati, às gerentes do PAIC, gestores e professoras das escolas de Aracati-CE e Fortim -CE os quais foram atenciosos e dedicaram seu precioso tempo para construir comigo as informações as quais constituíram o material de análise desta pesquisa e, comigo, partilharam e compartilharam seus saberes.

Todos são preciosos para mim!

Um grande tapete está sendo tecido. Não sei se algum de nós consegue ver o quadro inteiro, o ponto de vista de Deus, digamos assim. É como se fôssemos crianças sentadas no chão olhando a parte de trás de um tapete que está sendo tecido. Aos nossos olhos, às vezes, parece feio. É um amontoado de cores e nada faz muito sentido. Mas, um dia, não estaremos mais sentados no chão. Vamos passar para o outro lado e a genialidade da obra de Deus vai se tornar clara [...].

(Trecho do filme *Você Acredita*)

RESUMO

O Prêmio Escola Nota Dez é uma política educacional criada e implementada no estado do Ceará através da Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (CEARÁ, 2012), e disciplinado pela Lei Nº 14.580, de 21 de dezembro de 2009 (CEARÁ, 2012). O referido Prêmio concede prestação de consultoria técnico-pedagógico a até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas com os melhores resultados e a 150 (cento e cinquenta) escolas com os mais baixos resultados apresentados nas avaliações do SPAECE. Deste modo, pode ser considerada como política indutora da melhoria da qualidade do ensino ofertado pelas escolas participantes cujos resultados nas avaliações foram os menores e insatisfatórios. O objetivo deste estudo é investigar como o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - foi estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará, as quais foram beneficiadas pela referida política. A pesquisa - de natureza qualitativa - teve como estratégia metodológica o estudo de caso de duas escolas da 10ª CREDE: uma escola premiada (localizada no município de Fortim/CE) e uma escola apoiada (localizada no município de Aracati/CE), as quais estabeleceram regime de cooperação do Prêmio Escola Nota Dez. Para a produção dos dados, empregou-se análise documental, questionário e entrevistas semiestruturadas - instrumentos aplicados a 8 (oito) sujeitos das instituições de ensino investigadas. Os dados coletados apontam que, durante a experiência de colaboração entre as duas escolas analisadas e execução das ações planejadas, diversas dificuldades foram enfrentadas pelos sujeitos participantes da pesquisa. Um dos fatores que mais gerou impedimentos para que o regime de cooperação acontecesse conforme as regras do Programa foi o curto espaço de tempo para o desenvolvimento das ações planejadas e necessárias - observação presente na fala de todos os sujeitos colaboradores da pesquisa. Os dados estatísticos revelaram também que, a partir do regime de cooperação, as escolas participantes da pesquisa cresceram em seus indicadores educacionais, os quais estão expressos no resultado do IDEB e do SPAECE referente ao período analisado. Afirma-se, portanto, que o regime de cooperação estabelecido durante o ano de 2017 entre duas escolas beneficiárias da política pública em referência impactou positiva e substancialmente nos resultados dos indicadores educacionais do 5º ano das duas instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Prêmio Escola Nota Dez. Regime de Cooperação. Aprendizagem Educacional.

ABSTRACT

The Maximum Score School Award is an educational Politics created and implanted in *Ceará* state through the Law N° 14.371, on July 19th, 2009 and, disciplined by the Law N° 14.580 (CEARÁ, 2012), on December 21st, 2009 (CEARÁ,2012). The referred Prize grants technical-pedagogical consulting to 150 (one hundred and fifty) public schools with the highest results and 150 (one hundred and fifty) school with the lowest results presented through the SPAECE evaluation. Thus, it may be considered as and inductor politic to enhance the quality of teaching offered by the private schools whose results in the evaluation were less satisfactory. The present study aims to investigate how the corporation regime – management, pedagogical and financial – was established, during 2017, between two municipal public schools from *Ceará* state, which were benefited by the refereed public politic. The research – whose nature is qualitative – had as methodological strategy the case study of two schools of the 10thCREDE: one prized school (located in *Fortim* city) and one school supported (located in *Aracati* city), which established the cooperating regime of the Prize Grade Ten School. To product the data, it was used the documental analyses, quiz and semi structured interviews – instruments applied to 8 (eight) people of the teaching institutions investigated. The collected information points that, during the collaboration between the two analyzed schools and the execution of the planned actions, a variety of difficulties were faced by the participant subjects of the research. One the factors which generated more impediment for the cooperating regime be set according to the rules of the Program was the short time to develop the planned and necessary actions - remark presented in the speech of all collaborator subjects. The statistical data revealed that, under the cooperation regime, the schools, which participate of the research, had improved their educational results, which are shown in the *Ideb* and SPECE refereeing to the analyzed period. Therefore, it is affirmed that the cooperating regime established during 2017 between the two schools supported by the public politic presented in reference impacted positively and substantially in the results of the educational indicators of the 5th grade of the two teaching institutions.

KEYWORDS: Maximum Score School Award. Educational Regime. Educational Learning.

LISTA DE SIGLAS

ADE - Arranjos de Desenvolvimento da Educação

ALFA - Alfabetização

ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização

APDM-CE - Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará

APRECE - Associação dos Prefeitos dos Municípios do Estado do Ceará

APRECE - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará

BDT - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAEd/UFJF - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCEAE - Comitê Cearense de Eliminação do Analfabetismo Escolar

CEACE - Célula de Articulação do Censo Escolar

CEGED - Célula de Estudos, Gestão de Dados e Disseminação de Informações Educacionais

CETREDE - Parque de Desenvolvimento Tecnológico

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

COAVE - Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação

COPEM - Coordenadoria de Cooperação com os Municípios

CREDE - Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

DPAVE - Departamento de Pesquisa e Avaliação do Ensino

EA - Escola Apoiada

EDURURAL - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro

EF - Ensino Fundamental

EM - Ensino Médio

EP - Escola Premiada

FECOP - Fundo Estadual de Combate Pobreza

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

IDE-Alfa - Índice de Desempenho Escolar de Alfabetização

IDE/SPAECE - Índice de Desempenho Escolar

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IQE - Índice de Qualidade Educacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LSE - Levantamento da Situação Escolar

MEC - Ministério da Educação

NRCOM - Núcleo Regional de Cooperação dos Municípios

NTE - Núcleos Tecnologia Educacional

PAIC - Programa Alfabetização na Idade Certa

PARFIN - Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PMFE - Padrão Mínimo de Funcionamento Escolar

PNE - Plano Nacional de Educação

RCB - Referenciais Curriculares Básicos

SAAP - Sistema de Acompanhamento das Ações do PAIC

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAP - Sistema de Apoio Pedagógico

SciELO - Biblioteca Científica Eletrônica em Linha

SECULT - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SRM - Sala de Recursos Multifuncionais

SIGE - Sistema Integrado de Gestão Escolar

SME - Secretaria Municipal da Educação

SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNDIME/CE - União dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Revisão da Literatura	25
Figura 1 - Estrutura Organizacional do PAIC	51
Figura 2 - Eixos do PAIC	53
Figura 3 - Regime de Colaboração No Estado Do Ceará.....	69
Quadro 2 - Indicadores e Variáveis que formam os PMFE	83
Quadro 3 - Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa.....	86
Quadro 4 - Relatório de Visitas de Ações de Cooperação Técnico-Pedagógica	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores SPAECE-ALFA - FORTIM	73
Tabela 2 - Indicadores SPAECE 5º ANO - FORTIM	74
Tabela 3 - Indicadores IDEB Anos Inicias - FORTIM	74
Tabela 4 - Repasse ICMS 2009-2015 - FORTIM	75
Tabela 5 - Valores do Repasse do Prêmio Escola Nota Dez (2008 - 2015) - FORTIM.....	75
Tabela 6 - Indicadores SPAECE ALFA - EP	77
Tabela 7 - Indicadores SPAECE 5º ANO - EP.....	77
Tabela 8 - Indicadores IDEB 5º ANO - EP	77
Tabela 9 - Repasse do Prêmio Escola Nota Dez - 2015 EP.....	77
Tabela 10 - Aprovação, Reprovação E Abandono Escola Premiada (EP)	78
Tabela 11 - Indicadores SPAECE ALFA – ARACATI	79
Tabela 12 - Indicadores SPAECE 5º Ano – Aracati - CE	79
Tabela 13 - Indicadores IDEB Anos Inicias - Aracati- CE	79
Tabela 14 - ICMS -2009-2015 - Aracati- CE	79
Tabela 15 - Valores Do Repasse Do Prêmio Escola Nota Dez (2009 - 2015) Aracati- CE....	79
Tabela 16 - Indicadores SPAECE - ALFA - EA	80
Tabela 17 - Indicadores SPAECE 5º ANO - EA.....	81
Tabela 18 - Indicadores IDEB 5º ANO - EA	81
Tabela 19 - Repasse Do Prêmio Escola Nota Dez (2015) - EA	81
Tabela 20 - Aprovação, Reprovação E Abandono Escola Apoiada (2007 - 2014)	81

Tabela 21 - Plano De Aplicação Dos Recursos Financeiros - (Escolas Premiada E Apoiada)	102
Tabela 22 - Crescimento IDEB 5º Ano EP (FORTIM).....	128
Tabela 23 - Crescimento IDEB 5º Ano – Aracati - CE.....	128
Tabela 24 – Escala de Proficiência 5º ano.....	131
Tabela 25 – Escala de Proficiência 5º ano Aracati – Escola Apoiada.....	131
Tabela 26 - Cota Parte- ICMS – Aracati 2017/2018.....	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recursos Financeiros - 1ª Parcela (Escola Premiada e Apoiada)	104
Gráfico 2 - Média De Proficiência SPAECE-Alfa - Fortim – Aracati – CE	126
Gráfico 3 - Índice De Desempenho Escolar IDE/SPAECE - Língua Portuguesa 5º Ano	126
Gráfico 4 - Índice De Desempenho Escolar - IDE/SPAECE - Matemática (5º Ano)	127
Gráfico 5 - Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (IDEB) - (5º Ano).....	127
Gráfico 6 - Índice De Qualidade Educacional - IQE (2009 - 2015).....	129
Gráfico 7 - Recursos Financeiros - ICMS (2009 - 2015)	130
Gráfico 8 - Repasse De Recursos Dos Financeiros Do Prêmio Escola Nota Dez (2009 - 2015)	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 POLÍTICA EDUCACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E O REGIME DE COLABORAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ: ESTADO DA ARTE.....	24
2 O FEDERALISMO BRASILEIRO E O REGIME DE COLABORAÇÃO	35
2.1 O Regime de Colaboração no Brasil	35
2.1.1 O Regime de Colaboração Implantado no Estado do Ceará	40
2.1.2 O Comitê Cearense de Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE).....	44
2.2 A Consolidação do Regime de Colaboração no Ceará: Programa de Alfabetização Na Idade Certa (PAIC) - 2007.....	49
2.2.1 O Arranjo Organizacional do PAIC	51
2.3 O Prêmio Escola Nota Dez.....	55
2.4 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).....	56
2.4.1 Mecanismos de indução financeira: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	59
2.5 A Política de Indução à Cooperação Técnico-Pedagógica e o Prêmio Escola Nota Dez...	60
3 CAMINHO METODOLÓGICO	70
3.1 Campo da Investigação.....	70
3.1.1 Caracterização dos Municípios e das Escolas Premiada e Apoiada.....	71
3.1.1.1 Caracterização do Município de Fortim (Escola Premiada - EP).....	71
3.1.1.1.1 Indicadores Educacionais do Município de Fortim de 2007 a 2015 - Escola Premiada (EP).....	73
3.1.1.1.2 O Repasse do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).....	74
3.1.1.1.3 O Repasse do Prêmio Escola Nota Dez.....	75
3.1.1.1.4 Caracterização da Escola Premiada (EP).....	75
3.1.1.2 Indicadores Educacionais da Escola Premiada (EP) (2012 - 2017)	77
3.1.2 Caracterização do Município de Aracati - Escola Apoiada (EA).....	78
3.1.3 Caracterização da Escola Apoiada (EA)	80
3.1.3.1 Indicadores Educacionais da Escola Apoiada (2011-2017)	80
3.1.3.2 Infraestrutura das Escolas Premiada e Apoiada	82

3.2 Sujeitos da Pesquisa	86
3.2.1 Sujeitos da Escola Premiada (EP)	87
3.2.1.1 Diretora.....	87
3.2.1.2 Coordenadora Pedagógica	87
3.2.1.3 Professora	87
3.2.1.4 Gerente Municipal do PAIC	87
3.2.2 Sujeitos da Escola Apoiada (EA)	89
3.2.2.1 Diretora.....	89
3.2.2.2. Coordenadora Pedagógica	89
3.2.2.3 Professora	89
3.2.2.4 Gerente Municipal do PAIC	89
3.3 Processo de Produção dos Dados	89
3.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental.....	90
3.3.2 Pesquisa de Campo.....	91
3.3.3 Diário De Campo.....	91
3.3.4 Questionário	92
3.3.5 Entrevistas semiestruturadas.....	92
3.4 Processo de Análise e Interpretação dos Dados	94
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	96
4.1 CATEGORIA I - O Regime de Cooperação Técnico-Pedagógica Entre as Duas Escolas: concepções dos sujeitos acerca desta experiência	97
4.2 CATEGORIA II - Ações de Cooperação Administrativa, Pedagógica e Financeira Desenvolvidas por Duas Escolas Beneficiadas Pelo Prêmio Escola Nota Dez no Estado do Ceará.....	106
4.3 CATEGORIA III - Dificuldades e Formas de Enfrentamento Vivenciadas Durante um Regime de Cooperação Estabelecido Entre as Duas Escolas Beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez No Estado do Ceará.....	113
4.4 CATEGORIA IV - Impactos Gestados Por Um Regime De Colaboração Estabelecido Entre Duas Escolas Beneficiadas Pelo Prêmio Escola Nota Dez No Estado Do Ceará.....	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	149

APÊNDICES.....	159
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS.....	160
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: DIRETORA	166
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: GERENTE MUNICIPAL	168
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: COORDENADORA PEDAGÓGICA	170
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: PROFESSORA.....	172
APÊNDICE F - TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO	174
ANEXOS	175
ANEXO A- PROJETO EM REGIME DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICO ESCOLAS PREMIADA E APOIADA	176
ANEXO B- PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO PAIC.....	179
ANEXO C- LEI 14.371 DE 19 DE JUNHO DE 2009 – CRIA O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ	180
ANEXO D- DECRETO 29.896 DE 16 DE SETEMBRO DE 2009 – REGULAMENTA A LEI 14.371 QUE CRIA O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ.....	181
ANEXO E- LEI 15.052– ACRESCENTA O 5º ANO NO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ	182
ANEXO F- LEI 15.923– ACRESCENTA O 5º E 9º ANO NO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ	183

INTRODUÇÃO

O estado do Ceará comemorou, em 2017, dez anos do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), iniciativa política pública educacional instituída em 2007, no estado, com um desenho que trazia em seu arranjo, a efetivação de um pacto de cooperação entre o estado e todos os 184 municípios para alfabetização das crianças até o segundo ano de escolarização. Desde o seu lançamento, as ações do Programa vêm sofrendo modificações. Uma delas, o cenário desse trabalho, o Prêmio Escola Nota Dez que foi lançado, em 2009, como uma das ações do Programa de Alfabetização na Idade certa - PAIC, o Prêmio, criado através da Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (CEARÁ, 2012) e disciplinado na Lei Nº 14.580, de 21 de dezembro de 2009(CEARÁ, 2012), com regulamentação no Decreto Nº 29.896, de 16 de setembro de 2009(CEARÁ, 2012). O Prêmio funciona como política indutora para as escolas melhorarem seus resultados e política apoiadora às escolas com menores resultados do desempenho nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação a Educação Básica do Ceará (SPAECE). É destinado a premiar até 150 escolas públicas com os melhores resultados nos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e apoiar financeiramente as 150 escolas com mais baixos resultados nos indicadores educacionais do 5º e 9º ano (CEARÁ, 2012).

A escolha do objeto de estudo “O regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - proposto pela política do Prêmio Escola Nota Dez como ação a ser desenvolvida por duas escolas - premiada e apoiada - como critério de liberação da bonificação” não ocorreu de modo aleatório. Mas, relaciona-se com a vivência de professora municipal de Aracati, formadora do PAIC, aluna do curso de especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na linha de pesquisa de Políticas e Gestão da Educação.

Como educadora, corroboramos com a obra de Vygotsky (BASTOS, 2014) que evidencia a mediação para a aprendizagem, a importância de si e do outro no desenvolvimento cognitivo do sujeito, uma vez que “Vygotsky destacou o papel da educação no desenvolvimento humano[...] a posição que evidencia a função da aprendizagem como mola propulsora do desenvolvimento [...]” (BASTOS, 2014). Como professora, verificamos práticas exitosas de interações com crianças e adultos que cooperavam entre si, por meio de práticas educacionais, e despertaram em nós, a curiosidade pelo tema. A curiosidade da professora em querer compreender como e para que a política educacional existia nas escolas

cearenses, como impactava na aprendizagem, foi maior do que a (de)formação recebida, voltada apenas para o ensino, para a didática, fato que dificultou a elaboração e execução da pesquisa. Apesar de a obra de Vygotsky reportar-se ao contexto infantil, consideramos importante utilizarmos, por destacar o papel da educação no desenvolvimento humano (BASTOS, 2014), o que inspirou a pesquisadora a investigar o tema regime de cooperação do prêmio, abordado nesta pesquisa, pois o regime de colaboração atende a um critério constitucional, por compatibilizar autonomia e interdependência aos entes federativos para a oferta de um ensino de qualidade e contribui para a aprendizagem dos educandos, e, portanto, para a melhoria na qualidade do ensino, algo extremamente relevante para a ciência.

A pesquisa também é relevante socialmente por trazer a realidade vivenciada pelos municípios, abrindo espaço para ampliação e qualificação da discussão da política educacional, de modo geral e, ainda, para a melhoria do funcionamento do regime de cooperação, proposto pelo Prêmio. Finalmente, é relevante pessoal e profissionalmente, ao possibilitar-nos apropriarmos mais do Programa e de uma realidade local, e por contribuir para o aperfeiçoamento de nossa prática pedagógica e auxiliar na autoformação.

Apesar do interesse pelo tema regime de cooperação, a escrita desta dissertação não decorreu facilmente, pois, além de ser necessário desvencilhar-me da roupa de formadora do PAIC, professora do município de Aracati e ser cearense, lócus da política educacional investigada, havia estranhamento com a pesquisa, que se iniciou somente na Pós-graduação. Não havia familiaridade com o ambiente acadêmico, nem tão pouco com a pesquisa científica, portanto, como transformar a “curiosidade” da professora em problema a ser investigado?

À medida que líamos sobre o tema, percebíamos muitas nuances, precisávamos ter clareza do foco, também por estar envolvida com o objeto da pesquisa em questão. Para tanto, foi necessário afastarmo-nos para aproximarmos-nos. Conforme Vieira e Vidal (2013, p. 1076), (Essa página está correta?) sobre o movimento de afastar-se para aproximar-se “se tal movimento não é captado a olho nu, é preciso, pois, afastar-se para melhor ver e, assim, se aproximar”, exercitar o “olhar da observação”. Tinha olhos que se acostumaram a ver, e de tanto ver, não viam mais. Precisávamos distanciar-nos da roupa de formadora, que nos engessava, e exercitarmos “o aprendizado de olhar estudioso, curioso, questionador, pesquisador, envolver ações exercitadas do pensar: o classificar, o selecionar, o ordenar, o comparar, o resumir, para assim poder interpretar os significados lidos” (FREIRE, 1996, p. 02). O exercício de observador foi necessário e imprescindível para o resultado da pesquisa.

A epígrafe do filme “Você Acredita?” faz alusão a um grande tapete quando está sendo tecido com muitas tramas e cores, e nós, como crianças, vendo o verso do tapete, feio,

informe. Semelhantemente, a pesquisa, sem forma inicialmente, imprecisa, difícil, principalmente para uma investigadora inexperiente, e com as demandas do estudo de caso sob o ponto de vista intelectual, pessoal e emocional. Porém, na medida em que a pesquisa foi sendo delineada, aprofundada, as tramas imperfeitas do tapete pareciam ganhar “formas” definidas, a criança (pesquisadora) foi se tornando experiente aprendiz, e a pesquisa, atingindo os objetivos propostos.

Ao passo em que a pesquisa e a pesquisadora foram ganhando experiência, tomando “forma”, chegamos ao problema: Como o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - foi estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais de Aracati que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez? Para chegarmos à resposta da pergunta de partida, definimos o seguinte objetivo geral: Investigar como o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - foi estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez. Os objetivos específicos, segundo Costa e Costa (2014) são as etapas que devem ser cumpridas para que possamos atender ao objetivo geral. Portanto, estes são os objetivos específicos: i) Identificar as ações desenvolvidas durante o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - estabelecido, em 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez; ii) Analisar as dificuldades e as formas de enfrentamento decorrentes do regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - estabelecido, em 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez; iii) Observar os impactos resultantes do regime de cooperação - administrativo pedagógico e financeiro - estabelecido, em 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez.

Além desta parte introdutória, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O capítulo 1 traz uma discussão teórica acerca das temáticas que se articulam sobre o potencial da relação de cooperação proposta pelo Prêmio Escola Nota Dez, com ênfase na liderança dos diretores, para isso, destacamos a pesquisa de Coelho (2013). O capítulo 2 aborda as políticas públicas para a Educação Básica, reformas da educação brasileira, o federalismo brasileiro e regime de cooperação no Ceará, nos referenciamos em autores como Cury (2002a, 2002b, 2008, 2010); Abrúcio (2007, 2010, 2016); Vieira (2006, 2007, 2010) e Vieira e Vidal (2013). No capítulo 3, apresentamos a metodologia aplicada na investigação: a natureza da pesquisa, o campo da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, os procedimentos de produção dos dados e o

processo de análise e interpretação dos dados. No capítulo 4, evidenciamos e discutimos os dados e resultados da pesquisa de campo e dos documentos oficiais do Prêmio. Por fim, as conclusões verificadas nas análises teóricas e empíricas da pesquisa.

1 POLÍTICA EDUCACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E O REGIME DE COLABORAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ: ESTADO DA ARTE

O levantamento bibliográfico investiga a trajetória do regime de cooperação e a política de avaliação externa na educação do Ceará. Apresentamos a análise de pesquisas sobre a implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), especificamente as que abordam o Prêmio Escola Nota Dez, com ênfase no regime de cooperação no estado do Ceará e suas implicações para a garantia do direito de aprender das crianças, com uso de avaliações externas.

A busca foi realizada por assunto. O primeiro descritor foi a expressão Prêmio Escola Nota Dez, mas foi necessário realizar novas consultas, filtrando as expressões como a expressão "Regime de cooperação do Prêmio Escola Nota Dez". Buscamos teses, dissertações e artigos, que foram encontrados em banco de teses e dissertações como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BBTD), a Plataforma Sucupira e, Biblioteca Científica Eletrônica em Linha-SciELO.

Para compreensão do objeto de estudo, trazemos a definição do Prêmio Escola Nota Dez, que é uma ação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Esta iniciativa de política educacional do estado do Ceará, foi instituída através da Lei Nº 14.371, de junho de 2009 (CEARÁ, 2012) e consiste num sistema de premiação/bonificação direcionado às 150 escolas públicas que tenham alcançado melhores resultados de alfabetização, avaliados pelo SPAECE, aquelas escolas que obtiverem o Índice de Desempenho Escolar de Alfabetização - IDE Alfa situado entre 8,5 e 10,0 e o IDE- 5 situado no intervalo de 7,5 e 10. O Prêmio também auxilia financeiramente 150 escolas com menores índices, que recebem recursos para utilizarem nas ações de natureza técnica e pedagógica para melhorar os seus resultados. Para receberem o Prêmio/bonificação, as escolas são induzidas a colaborarem entre si de forma técnica e pedagógica (CEARÁ, 2012). A escola premiada (EP) deve escolher uma escola para apoiar, de acordo com a proximidade geográfica, com o objetivo de estabelecerem relações de gestão administrativa, pedagógica e financeira.

A iniciativa de política é alvo de diversas pesquisas na área de políticas educacionais, com o tema da alfabetização, avaliação, responsabilização e cooperação. Os bancos de teses e dissertações, periódicos e revistas têm abordado a política educacional do Ceará e algumas

apontam as causas do sucesso e propõem disseminação da experiência (ABRUCIO; SEGATTO; PEREIRA, 2016). O Prêmio Escola Nota Dez originou-se a partir do PAIC, que em 2007, inicia o seu processo de implementação, pesquisando sobre a alfabetização no estado do Ceará, e resulta no Relatório final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (CEARÁ, 2012). Há um modelo de gestão, em que o resultado da avaliação é utilizado em todo o processo, no monitoramento e reelaboração de suas ações, como no gerenciamento municipal, formação de professores e diretores e ações pedagógicas em sala de aula, para a melhoria da qualidade da educação no estado. De acordo com a SEDUC, há um ciclo, que não se encerra em si mesmo, ou seja, a avaliação não é o fim, mas um meio para reelaboração de metas educacionais.

Dentre os trabalhos encontrados, listamos as principais delas, conforme o tema do nosso trabalho. São elas:

Quadro 1- Revisão da Literatura

ANO	TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE - INSTITUIÇÃO	PROGRAMA
2013	Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)	Coelho	Universidade Federal de Juiz de Fora - Caed	Doutorado
2014	Políticas públicas interfederativas: coordenação na implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), do Ceará	Machado	Universidade de Brasília	Mestrado
2015	O Prêmio Escola Nota Dez: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar	Calderón, Raquel e Cabral	Scielo	Artigo
2015	A Hora da Alfabetização: Atores, ideias e instituições na construção do PAIC – CE	Sumiya	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Doutorado
2016	Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo	Abrúcio, Segatto e Pereira	Instituto Natura	-
2016	Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das EP de Sobral e das apoiadas de Caucaia, no ano de 2009	Araújo	Universidade Federal do Ceará	Mestrado
2010	A avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da alfabetização: uma análise da experiência do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)	Alves	Universidade Federal de Juiz De Fora - Caed	Mestrado
2015	Políticas de incentivo à escola melhoram a proficiência no Ensino Fundamental? Uma avaliação do Prêmio Escola Nota Dez	Carneiro	Universidade Federal do Ceará	Mestrado
2016	Política de responsabilização como estratégia para promoção de desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio Escola Nota Dez	Xavier	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Mestrado

Fonte: CAPES, SCIELO, BDTD

A tese “*Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC*”, Coelho (2013) analisa o Prêmio Escola Nota Dez na busca de evidências do efeito de uma relação de colaboração entre equipes. A autora destaca o papel dos diretores, por compartilharem experiências de práticas de gestão com foco na elevação dos resultados de aprendizagem dos alunos.

A atuação do Governo do estado do Ceará, em parceria com os municípios, é mencionada pela autora. Apesar de ser o responsável pelo Ensino Médio, o regime de colaboração é construído em torno de um conjunto expressivo de iniciativas como o transporte escolar, a cessão de técnicos em via de mão dupla, a merenda escolar etc, como o concurso de professores em 1998 realizado pela SEDUC, com a adesão de 137 municípios. Atualmente, atua como parceiro e indutor de uma política educacional para o Ensino Fundamental na área da alfabetização. A autora destaca o compromisso do Governo do estado, em 2007, cujo gestor, Cid Gomes “assume o papel federativo de coordenação e corresponsabilização pela educação básica no âmbito do Estado” (COELHO, 2013, p. 21). A política reforça a história de colaboração do estado e elevou os resultados de aprendizagem da escola pública (SPAECE, 2015). A relação de cooperação do Programa é descrita como positiva:

Tendência de melhoria evidenciada no resultado das escolas; pelo sinal de mudança, ainda que passível de mais investigação, no comportamento e envolvimento dos gestores políticos e técnicos dos municípios com os resultados do Programa e por novas práticas que são implementadas em vários municípios. (COELHO, 2013, p. 106)

A pesquisa destaca o ambiente gerado pelo encontro de diretores e suas equipes para realizar o intercâmbio de práticas pedagógicas e gestão, proposto pelo Prêmio como uma “ação potente quando investidos de um sentido de responsabilização por resultados, fértil e pode propiciar uma significativa aprendizagem organizacional, inclusive no que diz respeito à mudança de cultura” (COELHO, 2013, p. 155). Conclui que os diretores e sua liderança aparecem como fator importante para os resultados positivos das escolas cearenses. Quanto maior a liderança, melhores são os resultados.

Machado (2014), em sua dissertação: “*Políticas públicas interfederativas: coordenação na implementação do Programa de Alfabetização na Idade Certa do Ceará*”, buscou analisar a influência das regras que conformam a implementação da política, o alinhamento partidário entre os entes federativos, e o perfil profissionalizado da burocracia na

coordenação de políticas interfederativas à luz do caso do PAIC. Para tanto, a pesquisadora trata sobre o federalismo, municipalização e a necessidade de equalização da qualidade de escolas das redes em um mesmo território estadual.

Sumiya (2015) destaca que a implementação de uma política interfederativa, como é o caso do PAIC, não foi um processo simples, como também salienta Vieira e Vidal (2013, p. 1081): “o que se vê hoje pode parecer simples, mas não o é”. Sumiya (2015), faz menção à coalizão entre dois entes federados, estado e municípios, um processo muito complexo, que não é comum no território brasileiro. Para Machado (2014, p. 14):

A implementação de uma política por dois níveis de governo conjuntamente tende a ser complexa, pois nela podem atuar diversos partidos políticos que comandam diferentes estruturas administrativas, burocracias com diferentes capacidades. Há a possibilidade de múltiplos pontos de veto, de ausência de atuação dos atores, ou ainda de atuação desencontrada ou competitiva desses atores.

O aspecto centralizador e descentralizador do Programa é destaque:

PAIC, enquanto política de alfabetização, mescla elementos centralizadores e elementos descentralizadores, e busca uma combinação de autonomia e discricionariedade com uniformidade de direção e algum alinhamento ou coerência nas ações dos vários atores (MACHADO, 2014, p. 93)

A SEDUC “orquestra” e monitora a estrutura legal da implementação, a definição de metas e de um conjunto de medidas que são implementadas em todos os 184 municípios do estado. Apesar de um mesmo programa e mesmas ações implementados em todos os municípios, a autora ressalta a criatividade em alguns municípios empenhados com o programa. O implementam de modo diferenciado do que é proposto pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Apesar de receberem as mesmas formações, os mesmos materiais, cada um desses elabora ações que vão além daquilo que é orientado inicialmente. “Existem cento e oitenta e quatro formas de fazê-lo, além de muitas iniciativas que vão além do âmbito do Programa e que podem favorecer os bons resultados em alfabetização” (MACHADO, 2014, p.114). Nos municípios que obtêm bons resultados, há uma interação equilibrada entre ações centralizadoras por parte do estado e elementos de discricionariedade por parte dos municípios (MACHADO, 2014, p.100).

Salienta MACHADO (2014) que um Programa como o desenho institucional como o caso do PAIC gera ações mais sistematizadas, planejadas com um objetivo comum: a alfabetização dos alunos. Outro fator importante é o gerenciamento e acompanhamento das ações que permitem ver o todo e as partes do processo educacional não somente de salas de

aula isoladas, mas das escolas, do município e do estado. As avaliações externas e diagnósticas permitem realizar intervenções, a partir dos resultados.

A pesquisa concluiu que a coordenação tem se dado por uma burocracia qualificada e que tem construído uma cultura gerencial de acompanhamento e alinhamento das ações. Contribuindo com esse pensamento, Abrúcio, Segatto e Pereira (2016) apontam esse aspecto como fator positivo no alinhamento de ações coletivas em prol da busca por resultados.

No artigo “*O Prêmio Escola Nota Dez: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar*”, Calderón, Raquel e Cabral (2015) analisam o Prêmio como uma política indutora da melhoria dos resultados das escolas públicas nos índices de desempenho escolar do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). A trajetória educacional do estado do Ceará, que vem se destacando no cenário nacional é evidenciada na pesquisa, ao afirmar que o estado tem sido objeto de estudo no campo acadêmico-científico (CALDERÓN, RAQUEL e CABRAL, 2015, p. 521). Os autores destacam a relação de cooperação entre as escolas, por induzir a troca de experiências e conhecimentos entre as mesmas. Há uma cooperação entre pares. Citam que não é simplesmente o fato de as escolas atingirem as metas educacionais estaduais, mas a “indução de relações de cooperação por meio da transferência de conhecimentos e experiências, entre uma escola premiada e uma escola que não conseguiu bom desempenho nas avaliações estaduais (escola apoiada)” (CALDERÓN, RAQUEL e CABRAL, 2015, p. 223). Desse modo, a política de premiação induz às práticas meritocráticas alinhadas à estratégia de cooperação entre escolas, considerando como positivas assim como Abrúcio, Segatto & Pereira, (2016). Sousa (2013) ao contrário, critica esse tipo de prática, pois considera como uma corrida para alcançar os melhores resultados no ranking educacional, gerando responsabilização de alto impacto para as escolas.

Para Calderón, Raquel e Cabral (2015), o grande desafio dessa experiência, é aliar estratégias “meritocráticas” com estratégias de cooperação e colaboração no âmbito escolar rompendo com a visão amplamente disseminada de que as políticas baseadas na meritocracia propiciam o individualismo, a concorrência e a fragmentação da comunidade escolar (p. 524). Esse resultado também é visto por Abrúcio (2010), como já citado, como uma “competição administrada”. Calderón, Raquel e Cabral (2015), afirmam que a experiência do Ceará:

Pode ser replicada e adaptada a outras realidades educacionais. Entretanto, sua implementação exige uma visão sistêmica, ampla e holística do sistema educativo que o vai adotar, uma vez que, no âmbito educacional, políticas baseadas na valorização da meritocracia exigem criatividade e inovação, para que não surjam

‘feridas’ que destruam o sentimento de comunidade que deve primar no âmbito escolar. (CALDERÓN, RAQUEL & CABRAL, 2015, p. 536).

Apesar de estimular a disseminação do Programa, os autores ressaltam o cuidado para não estimular a competição entre as escolas, provocando a responsabilização na educação, fato que é fortemente criticada por Brooke (2006), Souza (2006; 2008), Afonso (2014), além de considerar a história de colaboração no estado do Ceará.

Na tese “*A Hora da Alfabetização: Atores, ideias e instituições na construção do PAIC-CE*”, Sumiya (2015), analisa o campo das políticas públicas de educação e verifica-se como o tema do analfabetismo escolar entrou na agenda do Governo do estado do Ceará e como o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi se configurando ao longo do tempo, - à luz das categorias analíticas oriundas dos modelos analíticos adotados: o Modelo de Múltiplas Dinâmicas, o Modelo de Coalizão Advocatória e o Neoinstitucionalismo Histórico. Segundo a autora, o tema alfabetização comumente era causa de estudos e investimentos na educação de jovens e adultos, porém, em 2007, o Governo do Ceará investe na alfabetização de crianças até os 8 anos de idade, por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394, de 1996, (BRASIL, 1996) instituir que o Ensino Fundamental passaria a ser de responsabilidade dos municípios, no estado do Ceará, estado que já existia expressiva oferta de Ensino Fundamental por parte dos municípios, a municipalização do ensino ocorreu anterior à Lei Federal, com a Lei Estadual Nº 12. 452, de junho de 1995, (CEARÁ, 1995a) que estabeleceu a municipalização do Ensino Fundamental, apesar de que o estado do Ceará atua em regime de cooperação com os municípios, investindo recursos estaduais no Ensino Fundamental. Em sua conclusão, Sumiya destaca que o estado do Ceará, apesar de fazer parte de uma região, que possui os piores indicadores educacionais do país¹, juntamente com a Região Norte, se diferencia apresentando bons indicadores educacionais, fato que, segundo a autora, inicia na década de 70 e se fortalece na política educacional do PAIC. “Há 11 anos, o Ceará, ao eleger o combate ao analfabetismo escolar como principal bandeira, encontra seus frutos e demonstra que as escolhas foram acertadas” (SUMIYA , 2015, p. 219).

A declaração é contestada por outros autores como Souza (2006) que criticam esse tipo de política educacional, por apresentar responsabilização aos atores escolares, que, por sua vez, buscam diversas estratégias para apresentarem resultados positivos de seus alunos

¹ Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/09/17/pnaic-1-a-cada-5-alunos-de-8-anos-nao-esta-alfabetizado.htm>>. Acesso em 17.09.2015.

nas avaliações externas. Sumiya (2015), apesar de considerar que a política educacional cearense pode ser replicada, esclarece que há aspectos peculiares do estado que garantiram o seu sucesso:

Prioridade política ao tema, envolvimento pessoal das principais lideranças políticas do estado, esforços para a criação de um clima estadual favorável com a participação e apoio de uma base ampla de atores e instituições essenciais para a consecução das ações, além da importância de se dedicar esforços para o reconhecimento do problema e ter as soluções discutidas por todos, antes da sua efetiva implementação. (SUMIYA, 2015, p. 219)

Vieira e Vidal (2013) reforçam essa análise revelando que a realidade cearense de cooperação não nasceu com o Programa PAIC, mas é fruto de uma longa experiência de cooperação no estado. Na pesquisa de Sumiya (2015), é destaque a cooperação entre os atores envolvidos, houve uma liderança política que envolveu a todos em torno de um único problema. “O processo de reconhecimento do problema, com a discussão dos indicadores de desempenho dos alunos, ocorreu ao mesmo tempo em que se discutiam as propostas de solução” (*ibidem*, p. 220).

O PAIC, apesar de estar nos moldes da política educacional já efetivada em Sobral, não tinha, a nível estadual, um modelo pronto, foi ganhando “corpo” à medida em que eram discutidos pelo Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo. Esta tese argumenta que as soluções não estão necessariamente prontas a priori e nem são estanques. “Mas sim, que são resultados de um processo de construção e ajustes contínuos, a partir da realidade encontrada” (SUMIYA, 2015, p. 221).

O aspecto positivo do Prêmio Escola Nota Dez, conforme a autora, pode ser verificado em suas conclusões: “A criação do PAIC pelo Governo Estadual é uma iniciativa que reforça tanto o regime de cooperação como a gestão por resultados, caracterizando o *path dependence* nas políticas educacionais do estado” (*ibidem*, p. 225). A autora cita o excesso de avaliações nas escolas públicas do estado, assim como Sousa (2012) e também critica o elevado número de avaliações. A isso, Afonso (2012, p. 227) denomina de “avaliocracia”, que é o excesso de avaliações nas escolas. “Se, de um lado, a avaliação é um instrumento importante que deve apoiar as práticas pedagógicas nas salas de aula, seu excesso pode levar à redução curricular”.

É possível verificar, na pesquisa acima citada, o aspecto positivo da cooperação para a construção de propostas com vistas à erradicação do analfabetismo de crianças no estado do Ceará. A autora encerra a pesquisa, “com a esperança de que, daqui a alguns anos, a questão

do analfabetismo escolar não seja mais um problema público a ser enfrentado” (AFONSO, 2012, p. 227).

Na pesquisa “*Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo*” Abrúcio, Segatto e Pereira (2016), avaliaram todas as unidades federativas do país e destacaram o Ceará, como o “estado que vem construindo uma escola pública de qualidade para todos” (ABRÚCIO, SEGATTO & PEREIRA, 2016, p. 63). O apoio técnico e financeiro dado aos municípios cearenses é evidenciado como um “modelo de Governança” bem-sucedido no fomento à colaboração federativa e para a melhoria dos resultados educacionais (ABRÚCIO, SEGATTO e PEREIRA, 2016, p. 67). A cooperação induzida pelo Prêmio Escola Nota Dez “revelou que é possível e desejável cobrar por metas. Cria-se um círculo virtuoso em prol da busca por resultados” (*ibidem*, p. 68).

Para os autores, a política educacional do estado do Ceará se destaca, quando consegue chegar à sala de aula, quando os sujeitos conseguem discutir sobre suas práticas, melhorando o aprendizado dos alunos. Essa análise é justificada pela indução à cooperação na dinâmica do Prêmio Escola Nota Dez. A partir do resultado da prova do SPAECE, que avalia alunos do 2º, 5º e 9º ano, com o resultado, 150 escolas com IDE-Alfa elevado são premiadas e 150 escolas com IDE-Alfa baixo são apoiadas pelas EPs, para que elevem seus resultados nas avaliações externas. Abrúcio (2010) trata dessa questão, como “competição administrada”, pois induz às escolas a não somente melhorarem seus resultados, como pensarem estratégias para melhorar a qualidade da aprendizagem de seus alunos, conjuntamente (CEARÁ, 2012, p.45).

Os autores concluem que:

O modelo de Regime de Colaboração no Ceará criou uma lógica que, ao fim e ao cabo, chega à sala de aula. Qualquer governo estadual que quiser melhorar ou reconstruir sua cooperação federativa com os municípios precisa estruturar ações que atinjam a escola, melhorando a atuação dos gestores e professores, e aumentando o aprendizado dos alunos. Ressalte-se que os municípios fazem o meio de campo essencial nesse jogo, fato que ainda não foi incorporado por completo no papel e na Governança dos governos estaduais brasileiros. (ABRÚCIO, SEGATTO & PEREIRA, 2016, p. 60).

Segundo os autores, para ser efetivo, o regime de cooperação deve chegar à sala de aula, e a política em regime de cooperação do estado do Ceará não somente olha para os resultados, mas o que produz esses resultados. Enfatizamos os argumentos dos autores, que

destacam entre outros fatores, a necessidade de investigar como os atores da escola percebem a política educacional indutora de cooperação.

Na dissertação “*Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009*”, Araújo (2016) investiga os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez como instrumento de gestão educacional *High Stakes* nos processos pedagógicos das EP de Sobral e das apoiadas de Caucaia, no Ceará, bem como em verificar se a política de bonificação adotada pelo Prêmio vem provocando mudanças no trabalho docente.

A autora destaca a utilização dos resultados do SPAECE para reorientar os processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral, “direcionando o que, como e para que ensinar” (ARAÚJO, 2016, p. 8). Destaca que esse processo é bem mais elaborado, sistematizado e monitorado em Sobral. Ressalta que, na “visão dos diretores e dos professores das EP e das EA, foi comum considerar o Prêmio Escola Nota Dez como uma iniciativa propositiva que vem gerando uma movimentação no cotidiano das instituições educativas em torno da melhoria do desempenho escolar” (*ibidem*, p.8). Em sua pesquisa, a autora destaca boas práticas de gestão e pedagógicas, que repercutiram de maneira eficaz na melhoria da proficiência dos alunos, como afirmou Coelho (2013). Mas também destacou que “As escolas em condição de apoiadas tendem a realizar as boas práticas de gestão e pedagógicas somente no período em que estão recebendo a cooperação técnico-pedagógica das instituições parceiras, não adequando por completo a cultura escolar replicada em suas escolas (*ibidem*, p.8).

Na pesquisa, evidencia que os processos pedagógicos da escola das EP e EA investigadas são orientados pelo teste padronizado do SPAECE direcionando o quê, como e para que ensinar (ARAÚJO, 2016, p. 162). Para a autora, o resultado da pesquisa mostrou alterações nas práticas docentes e, por conseguinte, afetando os processos pedagógicos das EP de Sobral e das apoiadas de Caucaia (ARAÚJO, 2016, p.164). A cooperação técnico-pedagógica empreendeu nas escolas, práticas de gestão e pedagógicas que repercutiram de maneira eficaz a melhoria da proficiência do SPAECE-Alfa. Conclui que o intercâmbio entre as instituições é válido para o aprendizado e para utilização das práticas exitosas nas escolas apoiadas. Considera a necessidade de mais pesquisas para verificar os resultados do Prêmio nas escolas do estado.

Seguindo a abordagem da avaliação, Carneiro (2015), em sua dissertação na área econômica: “*Políticas de incentivo à escola melhoram a proficiência no Ensino Fundamental? Uma avaliação do Prêmio Escola Nota Dez*”, objetiva avaliar o impacto

Programa de incentivo ao desempenho das escolas contempladas com base nos resultados das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil, de 2007 a 2011. O seu trabalho se diferencia das demais pesquisas, por ser realizado na área de economia. O trabalho tem como mote avaliar o impacto desse Programa de incentivos sob o desempenho futuro das escolas contempladas.

Para tanto, foram empregadas duas metodologias econométricas de avaliação, o modelo em diferenças e o diferenças em diferenças. A análise consistiu em verificar se as EP pelo desempenho no 2º ano do Ensino Fundamental apresentaram melhoria nas notas da avaliação do 5º ano. O resultado da análise do Prêmio mostrou-se “positivo e significativo sobre as escolas, em especial aquelas que já apresentavam bom desempenho. Infere-se que o apoio dado pelo Prêmio nos anos iniciais da vida estudantil tem efeito persistente, pelo menos até o 5º ano do Ensino Fundamental” (CARNEIRO, 2015, p. 32).

Com base nos dados analisados, foi possível verificar o avanço “substancial” no Índice de Qualidade Educacional, IQE, promovido pelo Programa Escola Nota Dez. Ainda explicita que: “A resposta positiva desta política de accountability na educação sugere que Programas que se utilizam desse sistema podem colaborar com a melhoria da qualidade do ensino público brasileiro” (*ibidem* p. 32).

A dissertação de Alves (2010), “*A avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da alfabetização: uma análise da experiência do Programa alfabetização na idade certa (PAIC)*”, verificou como as ações desenvolvidas pelo eixo de avaliação do Programa têm contribuído para a melhoria da qualidade da educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A autora considera que:

O PAIC indica a avaliação com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento dos alunos para verificar os progressos obtidos ao longo de sua aprendizagem na aquisição das competências básicas de leitura e escrita nessa etapa da escolaridade. Como resultado, identificou o uso da avaliação para a melhoria da aprendizagem, em oposição à avaliação classificatória e seletiva. Os “resultados desse trabalho ainda apontam para uma significativa mudança na prática do professor e na sistemática de avaliação” (ALVES, 2010, p. 63).

A avaliação no estado do Ceará, a partir da análise da autora, não se restringe à classificação, mas sim um ponto de partida para elaboração e redefinição de metas para a melhoria da qualidade da educação das escolas, assim como nas pesquisas de Coelho (2013), Abrúcio, Segatto e Pereira (2016), uma avaliação com metas bem definidas.

A pesquisa com o título “*Política de responsabilização como estratégia para promoção de desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio “Escola Nota Dez*”, de Xavier

(2016), analisa o impacto do Prêmio no desempenho das EP e apoiadas durante os três primeiros anos de vigência do Programa (2008-2010). A pesquisa trata do federalismo e regime de cooperação onde o Ceará se destaca, por sua história de colaboração e pontua esse aspecto, diferenciando-o dos demais estados brasileiros. A autora cita: “a política de responsabilização escolar do Ceará pode ser considerada como resultado de ações efetuadas para o fortalecimento das iniciativas de colaboração entre o Governo estadual e os Governos municipais” (XAVIER, 2016, p. 140).

A pesquisa aponta o PAIC como uma política de responsabilização positiva, devido à configuração do Prêmio, em que não classifica as escolas, em detrimento de outras, mas propõe um regime de cooperação entre as unidades escolares. Como a relação de parceria, a bonificação não é distribuída para os professores diretamente, mas para as escolas investirem em ações e recursos técnicos e pedagógicos, não descartando a possibilidade de bonificação salarial, mas fica a critério da escola.

Um fator que coincide com a pesquisa de Coelho (2013), é a liderança do diretor escolar. Para a autora, nas escolas onde há forte liderança, há uma frequência maior de EP. Coelho (2013, p. 142) afirma:

As análises mostraram que escolas com liderança do diretor reconhecida pelos professores e com maior colaboração docente, mais frequentemente foram premiadas, enquanto que escolas cujo indicador de liderança é menor foram mais frequentemente apoiadas foram mais frequentemente apoiadas.

Por analisar o Prêmio Escola Nota Dez no desempenho das EP e EA durante os três primeiros anos de vigência do Programa (2008 a 2010) considera que não foram observados impactos sobre as escolas, sugerindo em suas conclusões um período maior para compreender o impacto.

Em linhas gerais, as dissertações e teses concluem que:

- O estado do Ceará possui longo histórico de colaboração que favoreceu a implementação do PAIC;
- Há uma cultura de colaboração estendida a todas as entidades governamentais e não governamentais;
- O Programa Escola Nota Dez induz à cooperação entre escolas para a melhoria da qualidade educacional;

- Há uma coalizão - as políticas e Programas são definidos por meio de metas e objetivos comuns a todos em torno da alfabetização, de modo que todos sabem aonde chegar;
- Há união de insumos e resultados por meio de avaliações externas e diagnósticos.

O levantamento bibliográfico salientou o desejo por aprofundarmos a discussão sobre o regime de cooperação do Prêmio Escola Nota Dez, uma vez que o regime de cooperação chega à sala de aula, ainda não constatamos no levantamento, pesquisas que discutissem o tema.

2 O FEDERALISMO BRASILEIRO E O REGIME DE COLABORAÇÃO

A pesquisa bibliográfica apontou que a educação do Ceará possui um percurso histórico de colaboração entre estado e município e, nesta perspectiva, implementou a política de premiação intitulada Prêmio Escola Nota Dez, o que corresponde a uma das ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) com viés de colaboração e avaliação *High Stakes*. Com base nesse pressuposto, neste capítulo, discutiremos a trajetória histórica da educação no Brasil e no referido estado.

Para tanto, consideramos como indispensável compreendermos, inicialmente, a estrutura federativa do Brasil, as relações intergovernamentais, suas implicações na gestão de políticas públicas - especificamente, no Ceará -, assim como o pacto de colaboração entre estado e municípios do estado - ensejado pela implementação da política educacional PAIC.

2.1 O REGIME DE COLABORAÇÃO NO BRASIL

O Brasil possui um sistema de Governo Federativo - modelo jurídico-político - adotado simultaneamente à Proclamação da República de 1889. De acordo com Cury (2010, p. 153), a palavra Federação - que é a forma de estado - “provém do latim *foedus-eris*, que significa contrato, aliança, união, ato de unir-se por aliança e, também de se fiar, confiar-se, acreditar”. O autor ainda afirma que a República Federativa, representativa e presidencialista

foi promulgada com a Constituição de 1891 “[...] A República, passando de um regime centralizado para um descentralizado, adotará um modelo federativo no qual a dualidade União/ estados tem o poder central (União) com poderes limitados e os estados com poderes ampliados” (CURY, 2001a, p. 1198).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal (BRASIL, 1988), denominada de “Constituição cidadã” e, no artigo 23º, fica estabelecido que o Brasil volta a adotar o federalismo cooperativo, com competências comuns para União, estados, Distrito Federal e municípios. Segundo o dispositivo legal, as normas para a cooperação entre os entes federados teriam sua definição em Lei Complementar (BRASIL, 1988, parágrafo único). Além disso, a repartição de competências entre a União e os entes federados (estados, municípios e Distrito Federal) é o ponto central da forma federal de estado. Sobre as competências entre União, Distrito Federal e estados, Cury (2008, p.1200) destaca que “A Constituição de 1988, recusando tanto um federalismo centrífugo como centrípeto, optou por um federalismo cooperativo sob a denominação de regime de colaboração recíproca, descentralizado, com funções compartilhadas entre os entes federativos de acordo com os artigos 1º, 18º, 23º, 29º, 30º e 211º” (CURY, 2001, p. 1198).

Na tentativa de explicitarmos as normas legais que fixaram a estrutura de competências e responsabilidades para a oferta da Educação Básica, no Brasil, traremos os conceitos de colaboração e cooperação, em conformidade com o federalismo cooperativo vigente, a partir da Constituição de 1988. Para França (2005), a diferença entre regime de colaboração e de cooperação reside na forma pela qual as políticas educacionais se articulam entre os sistemas de ensino. Em suas palavras:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, em seu art. 8º elegeu o regime de colaboração como forma de propiciar articulação dos sistemas, porém essa articulação só se efetiva em âmbito de decisões de Governos, ou seja, pelo princípio da adesão voluntária. O regime de cooperação pauta-se na institucionalização das relações entre os sistemas, independente de ações de Governo, traduzindo a forma escolhida pela Constituição Federal, de 1988, para implementar as políticas educacionais, em nível de Estado (BRASIL, 2013 *apud* FRANÇA, 2014, p. 5)

Para a autora, o regime de cooperação regulamentado no artigo 23º, da CF (BRASIL, 1988), é o termo utilizado para as políticas educacionais e o regime de colaboração para os sistemas de ensino pactuados por adesão entre os entes federados. O regime de colaboração especifica como deve acontecer a colaboração e a cooperação nas políticas educativas, implementado no artigo 211º, da CF (1988). Para Fernandes (2013, p. 4), o regime de

colaboração é considerado como regras, o como fazer/agir/relacionar com as demais esferas da federação, uma forma de articulação democrática entre os entes, em oposição ao regime autoritário que permaneceu em vigor até 1988. Na colaboração, todos os entes colaboram entre si.

O federalismo cooperativo constituiu autonomia e interdependência aos entes federativos e o “objetivo é compatibilizar o princípio de autonomia com o de interdependência entre as partes, resultando numa divisão de funções e poderes entre os níveis de Governo” (ABRUCIO e FRANZESE, 2007 *apud* ABRÚCIO, 2010, p.41) supondo a divisão de responsabilidades e compartilhamento de ações, visando o atendimento educacional de qualidade. Desta forma, o regime de cooperação foi o caminho encontrado pelo Governo para o estabelecimento das relações democráticas entre os entes iguais e autônomos, criando uma estrutura horizontal e de cooperação para o alcance de objetivos comuns. Apesar da CF instituir o regime cooperativo entre os entes federados, não foram estabelecidas, porém, formas de cooperação, que deveriam ser definidas em Lei Complementar, como assim verificamos, no artigo 23º, parágrafo único da CF (BRASIL, 1988, p.28) "Leis complementares fixarão normas para cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional". Assim, a descentralização expressa, a partir de então, trouxe pouca coordenação entre os entes federativos, pois carecia ainda de regulamentação.

Como já exposto, apesar de orientar um regime de colaboração entre os entes federados, a Constituição não definiu as normas de cooperação. Como consequência disto, o que vemos, comumente, no Brasil, são “formas” de colaboração, que não podem ser nomeados de regime de colaboração. Com efeito, ao se referir à ausência da Lei, Cury (2002a, p. 173) afirma que nesta condição de indefinição, “o risco que se corre é de transformar a cooperação em competição, como no caso da chamada “guerra fiscal”. Semelhantemente, para Segatto (2016, p. 61), “a maior dificuldade federativa pós-constitucional foi a da implementação do regime de colaboração”. A esse fato, Abrúcio (2010, p.48), traz a expressão: “jogo do empurra”, visto que, por um lado, houve tentativas de criar formas de coordenação entre os níveis de Governo e, por outro, um jogo defensivo e não cooperativo.

Visto o impasse, um dos mecanismos utilizados para aprofundar a descentralização e o regime de colaboração foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394, (BRASIL, 1996), dado que o documento trouxe uma maior definição sobre o papel de cada ente federado e registrou a transferência e compartilhamento da execução das políticas do Governo Federal com os demais níveis de governo. Além disso, a LDB concedeu mais

autonomia aos entes federados, todavia, a cooperação técnica e financeira permanece imprescindível.

Na busca por ações descentralizadas, a CF e a LDB reconhecem a autonomia dos municípios como unidade federada, transferindo-lhes responsabilidades sobre o Ensino Fundamental e, aos estados, o Ensino Médio (BRASIL, 1996). Nesse novo ordenamento jurídico, o município é reconhecido com poder autônomo e, assim, passou a legislar sobre o poder local. Esse novo modelo trouxe a descentralização em substituição à centralização, vigente anteriormente, estabelecendo a municipalização das políticas públicas em regime de colaboração com as demais esferas de Governo para o cumprimento das novas responsabilidades. Contudo, os municípios passaram a ser não somente serem entes federados, mas também, encargos e atribuições, aos quais não conseguem administrar por falta de recursos financeiros (ABRUCIO; SANO & SYDROW, 2010, p. 4).

Os recursos para a efetivação dessa normatização vieram após a LDB, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)², que redistribuiu os recursos federais, estaduais e municipais destinados ao Ensino Fundamental partilhando-os, automaticamente, entre os Governos Estaduais e Governos Municipais, de acordo com o número de alunos matriculados em cada região de ensino.

O FUNDEF foi um incremento à descentralização e um avanço para a municipalização, pois esclareceu e normatizou as competências comuns, além de destinar os recursos para a garantia da qualidade na educação, dando maior vigor aos estados e, principalmente, aos municípios, que ficaram com a responsabilidade pelo Ensino Fundamental e, em sua maioria, apresentam grandes dificuldades em ofertar os serviços educacionais. Neste sentido, o regime de colaboração é uma peça-chave para a municipalização, porque as mudanças precisam de cooperação. Segundo França (2005, p. 5), “a definição de normas de cooperação recíproca entre os entes federados pode contribuir substancialmente para o fortalecimento do regime federativo”. Apesar de maiores definições sobre o papel de cada ente federado, o mecanismo não trouxe as normas de colaboração necessárias para a coordenação entre os entes federativos.

Em 2001, foi aprovado outro marco importante para a autonomia municipal e o fortalecimento do regime de colaboração: o Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano tinha vigência para dez anos e trouxe, na meta 19: “Aperfeiçoar o regime de colaboração entre

² <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/prof.pdf>

os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais e supletivas e das metas do Plano Nacional de Educação “(BRASIL, 2001, 79³). Apesar de utilizar o termo “aperfeiçoar”, passados os 17 anos de vigência do Plano, não foi criada nenhuma Lei que trouxesse as formas de colaboração. Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que, em seu texto, trouxe a seguinte definição para regime de colaboração: “Compartilhar competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de Programas de manutenção e desenvolvimento da educação, de forma a consertar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia” (BRASIL, 2007, p. 10). A regulamentação e definição de formas de colaboração, certamente, traria muitos benefícios à educação, principalmente, no Ensino Fundamental ofertado pelos municípios - ente que mais apresenta problemas em ofertar uma educação de qualidade, dado os grandes custos e poucos recursos financeiros disponíveis.

Em 2011, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação, por meio do Parecer Nº 9, de 2011 (BRASIL, 2011a), aprovando os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE). Segundo o Parecer, os arranjos educacionais são ferramentas de gestão pública e uma forma de trabalhar em rede para estimular a colaboração na oferta de educação de qualidade. Diferentemente dos consórcios - que precisam ter incentivos financeiros, nos ADE não precisa. Conforme Mozart (2012), os municípios não precisam investir recursos públicos, mas sim, ações colaborativas.

Apesar de preconizado na LDB e em marcos legais como o FUNDEB, PNE e ADE, o regime de colaboração ainda necessita de regulamentação das normas de colaboração, o que é possível verificarmos no texto final do PNE (BRASIL, 2001), ao recorrer ao termo “aperfeiçoar” o regime de colaboração entre os sistemas de ensino. No nosso entendimento, esse termo remete a completar, complementar, concluir, caracterizando, ainda, carência de formas de cooperação entre os entes federados.

Entendemos que, sem dúvida, houve um avanço quanto à descentralização e ao financiamento da educação. Entretanto, não há regime de colaboração específico, para a melhoria dos serviços educacionais no Brasil. Ao contrário disto, fica evidente a necessidade de elaboração de Leis que regulamentem as normas federativas sobre o regime de colaboração na educação.

³ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

2.1.1 O Regime de Colaboração Implantado no Estado do Ceará

No estado do Ceará, o processo de municipalização, na década de 90, foi realizado por meio de estratégias de gestão educacional bem definidas em colaboração com os municípios para a oferta do Ensino Fundamental. Em 1995, o estado aprovou a Lei de Municipalização do Ensino do Ceará Nº 12.452,06 de junho de 1995 (CEARÁ, 1995a), que fortalecia o regime de colaboração. Como característica básica, o documento estabelecia que o regime de colaboração deveria ocorrer entre o sistema estadual e os municípios, como podemos verificar no artigo 6º:

Ao estado do Ceará caberá, como condição para que se firme Acordo de Colaboração Mútua, aplicar no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, inclusive transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendidas as normas de execução orçamentária da administração pública e as responsabilidades a serem definidas no acordo supracitado celebrado com o Município. (VIEIRA, 2006, p. 246)

Diferentemente dos demais estados, onde a municipalização ocorre após normativa federal, o Ceará já havia estabelecido um processo de mudanças para a implementação de políticas educacionais - em parceria com os municípios cearenses, universidades e órgãos internacionais - prevendo formas diferentes de cooperação técnica e financeira, conforme estabelecido nos artigos 23º e 24º da CF (BRASIL, 1988). Em 1997, o Governo instituiu o Fundefinho “ao firmar convênios de municipalização com 124 municípios, estabelecendo um custo/aluno mínimo de R\$180,00 (cento e oitenta reais), a ser repassado àqueles municípios para que assumissem a oferta das séries iniciais” (VIEIRA, 2010, p. 277).

Assim, evidencia-se que as mudanças estruturais na educação do Ceará não são recentes, visto que ocorrem desde 1970, com políticas educacionais em regime de colaboração, mas que se intensificam na segunda gestão de Tasso Jereissati (de 1995 - 1998) com a universalização do ensino (NASPOLINI, 2001, p. 4), e continuaram até os dias atuais com a implementação da política educacional PAIC. As mudanças na estrutura educacional são ratificadas na pesquisa de Andrade, (2005):

O contexto político do Estado ajuda a compreender melhor o curso de uma proposta educacional de continuidade, que vem se dando ao longo de pouco mais de uma década. O Estado do Ceará vive nos últimos anos um contexto de reformas educacionais - desencadeadas com o processo de redemocratização do país, em 1985, quando começa um período de transição no Governo Estadual, marcado pela proclamada ruptura do coronelismo com sua política de clientelismo (1968-1986),

passando a um novo governo, voltado para um tipo de gestão dita racional/empresarial (ANDRADE, 2005, p. 96).

Inferimos que a municipalização no estado do Ceará, deste modo, é anterior à municipalização instituída no país, com a LDB de 1996. Na tentativa de apoiar os municípios os quais já atendiam nesse período - a maior parte alunos do Ensino Fundamental - o Ceará repassava aos municípios uma parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para complementar as despesas com os alunos e professores da rede municipal de ensino (VIEIRA, 2010). A colaboração na Lei de Municipalização do Ensino do Ceará nº 12.452, 06 de junho de 1995(CEARÁ, 1995a) pode ser verificada nos artigos 8ºe9º, onde aparecem os critérios de apoio e financiamento da educação cearense.

No artigo “Construindo uma história de colaboração na educação: a experiência do Ceará”, Vieira e Vidal (2013, p. 1076) propõem que “é preciso olhar o passado para entender o presente”. As autoras fazem uma análise da história de colaboração desse estado, o que o tornou um “terreno fértil” para que o PAIC - Programa ao qual iremos abordar mais adiante - se tornasse uma iniciativa de política educacional pautada no regime de colaboração entre estado e municípios; municípios e escolas e; escolas e escolas e, ainda, que apresenta resultados significativos no combate ao analfabetismo.

Sobre o regime de colaboração e municipalização no estado do Ceará, Vieira (2010) apresenta o processo de colaboração dividido em três períodos, a saber: instituição (de 1995 a 2002 - Lei de Municipalização) que “dispõe sobre o processo de municipalização do Ensino Público do Ceará e dá outras providências”(CEARÁ, 1995a); organização (de 2003 a 2006 - grupo de trabalho para elaboração de normas e procedimentos para implementação do regime de colaboração estado/municípios) compreendendo Recursos Humanos; Planejamento do Espaço Físico e da Rede Escolar e Transporte Escolar (CEARÁ, 2006, p. 117). O último período é o fortalecimento (de 2007 em diante - PAIC) (VIEIRA, 2010, p. 276 – 278. A autora corrobora para a compreensão do longo percurso histórico de colaboração no estado do Ceará.

Dessa maneira, o regime de colaboração, no estado do Ceará, foi e é um processo que se fortaleceu após aprovação da Lei de Municipalização do Ensino do Ceará, Nº 12.452, de 06 de junho de 1995 (CEARÁ, 1995) que dispõe sobre a municipalização, organiza normas e procedimentos para cumprir o regime de colaboração junto com todos os municípios e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. E, em 2007, o PAIC fortalece o processo com Decretos e Leis propondo normas e procedimentos

colaborativos em regime de colaboração horizontal e vertical, uma “descentralização orquestrada” (PADILHA, 2013, p.10). Apesar de o Ensino Fundamental ser responsabilidade do município, o estado assume conjuntamente a responsabilidade, tornando-se indutor de políticas educacionais do Ensino Fundamental.

A partir das reformas educacionais no estado do Ceará na década de 90, o estado passa a assumir a função de coordenador de políticas educacionais e, nessa condição, reestrutura a gestão administrativa e pedagógica para monitorar e avaliar os resultados do desempenho das escolas municipais e estaduais. Em 1996, as 14 Delegacias Regionais de Ensino (DERE) - que atendiam pedagógica e administrativamente as escolas da rede estadual - foram substituídas por 21 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) “que assumiram funções gerenciais nas áreas de recursos humanos, financeiros e atribuições nas áreas de desenvolvimento do ensino e da gestão escolar, tanto da rede estadual quanto das redes municipais” (PADILHA, 2013, p. 13), um passo importante, em que a SEDUC passa a ter uma relação mais próxima dos municípios.

A respeito disto, Vieira e Vidal (2013) apontam que não foi somente uma mudança de nomenclatura de órgãos. Para as autoras, as mudanças visaram atender às especificidades de cada região. Os dirigentes, que antes eram escolhidos por indicação política, passaram a ser selecionados publicamente. As Coordenadorias tornaram-se uma rede de comunicação entre estado e municípios, fortalecendo o regime de colaboração. Assim, “exercendo atribuições específicas no desenho do pacto colaborativo no Ceará, as CREDE operacionalizam as políticas estaduais e contribuem para sua chegada à ponta do sistema” (VIEIRA E VIDAL, 2013, p. 1086), os municípios e escolas.

Além disso, em 1996, foi criado o Sistema de Apoio Pedagógico (SAP) para organização e implementação do sistema de ensino em toda a rede pública (NASPOLINI, 2001, p. 174). Segundo Padilha (2013) o SAP era composto por um coordenador pedagógico e um técnico da Secretaria Municipal de Educação - SME (um da CREDE e um da SEDUC) que tinham como funções: “realizar capacitações, encontros regionais e municipais; implantar e desenvolver Programas de política educacional e; realizar visitas às salas de aula, a fim de acompanhar a efetivação do plano pedagógico de cada escola” (PADILHA, 2013, p.13). A partir do PAIC, em 2007, o SAP é ampliado e passa a ser Sistema de Acompanhamento das Ações do PAIC (SAAP) - um sistema informatizado para acompanhar as ações do PAIC, a partir dos dados e informações fornecidos por cada escola e registradas no sistema assegurando à CREDE e SEDUC acesso em tempo hábil. O Sistema possui um conjunto de

instrumentais que permitem o acompanhamento on-line das ações do Programa que é efetivado através de três instâncias: Município, CREDE e SEDUC.

Para Naspolini (2001), as reformas educacionais podem ser dois tipos: o fluxo vertical - com decisões tomadas em níveis hierárquicos superiores - e, o fluxo horizontal - em que as decisões não ascendem ou não são compartilhadas. Para o autor, o Ceará assume outro tipo de fluxo - em espiral - fazendo a fusão dos fluxos horizontal e vertical.

Nesse modelo, as decisões transitam tanto a partir dos níveis hierárquicos superiores (como as secretarias municipais e estadual de educação), como a partir da base (conjunto de escolas). Embora o percurso possa parecer mais longo e demorado, este modelo mostra-se mais resistente às pressões políticas e econômicas, o que demonstra a sua capacidade de garantir a sustentabilidade e adaptabilidade às mudanças. (NASPOLINI, 2001, p. 170)

Desde então, a reforma educacional cearense vem se consolidando conforme o modelo proposto pelo autor. Apesar de mudanças políticas e partidárias, a política educacional permanece sem interferências. Esse processo parece fácil. Mas, não o é. Conforme Naspolini (2001, p. 170), havia dois “desafios da reforma educacional cearense: credibilidade e recursos”. Os recursos necessários vieram com o FUNDEF para garantir a oferta do Ensino Fundamental, permitindo ao estado investir no Ensino Médio. De acordo com Vieira e Vidal (2013, p. 1081), no campo da confiança entre estado e municípios, ao longo do tempo, foi se buscando “um processo de aproximação e negociação entre o Governo Estadual e os Governos Municipais”. Para as autoras, no Ceará, a colaboração é uma construção histórica em que o “sucesso implica confiança e cooperação mútuas” (*ibidem*, p. 1080). Ainda, constitui um processo situado para além da política partidária. Além disso, o Ceará é um estado “pobre que descobre na união de forças, se não a solução, pelo menos um caminho para se construir” (*ibidem*, p. 1088). Com a municipalização, a rede estadual do Ceará não apenas repassou a matrícula e recursos financeiros para os municípios, mas “também pessoal, equipamentos, mobiliário”, inclusive prédios onde antes atendiam a rede estadual de ensino (VIEIRA e VIDAL, 2013, p. 1081). Essa confiança mútua pode ser traduzida em uma política educacional que vai além de diferenças político-partidárias.

No que se refere às ações do PAIC - as quais iniciaram em 2007 - um fato que chama a atenção, é que, apesar da troca dos prefeitos em três eleições já realizadas, continuam em funcionamento nos municípios. Esse fato é algo relevante e apontado por todos os autores analisados na pesquisa bibliográfica, além das metas bem definidas e confiança mútua.

2.1.2 O Comitê Cearense de Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE)

Em 2001, Ivo Gomes abandona a pasta de Secretário de Educação de Sobral e, em 2003, é eleito Deputado Estadual, assumindo, então, o cargo na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (MAIA, 2006). O Deputado levou sua experiência de Sobral⁴ com alfabetização e, na Assembleia Legislativa, inicia uma mobilização em torno do tema da alfabetização de crianças, a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2001 e SPAECE que evidenciavam baixos desempenhos dos alunos de 4ª série (5º ano) no domínio das habilidades de leitura, interpretação e escrita (CEARÁ, 2006). Tais resultados estavam associados a precários processos de alfabetização nas séries iniciais. O Deputado Ivo Gomes foi fundamental para que o PAIC se tornasse uma política de estado e não de Governo, alicerçada no regime de colaboração.

Com um problema comum - o analfabetismo - e, após muito diálogo na Assembleia Legislativa do Ceará, sobre os baixos resultados apresentados pelo estado, nas avaliações externas de 2001, divulgado em 2003, em março de 2004, decidiu-se criar um comitê para investigar o problema do analfabetismo no estado com o apoio do Presidente da Assembleia Legislativa. Assim, foi instituído o Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE) - um Comitê em regime de colaboração com a participação de diferentes instituições: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME - CE); a Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC); a Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Associação dos Prefeitos dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE) e; o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Deste modo, “estes atores sociais colocaram-se a serviço da compreensão do problema e da proposição de sua solução, inserindo o tema do analfabetismo escolar na agenda política e educacional do Estado do Ceará”. A meta do Comitê era superar o analfabetismo escolar até 2010 (CEARÁ, 2006). Para o Comitê, a situação atual indicada pelo resultado do Saeb apontava uma ineficiência do sistema educacional, uma negação ao direito de aprender das crianças, “a conclusão inevitável é a de que a escola pública, com estes resultados, está produzindo analfabetos” (CEARÁ, 2006, p. 24).

Entrevistamos a Professora Célia Maria Bernardo Carvalho, Ex-Gestora da Secretaria de Educação do Município de Aracati, no período de 2003 a 2007. Durante a entrevista, a

⁴ Cidade cearense com melhores resultados no Ideb e SPAECE.

professora ratificou a conclusão sobre o analfabetismo nas escolas públicas do estado. A professora expôs:

[...]as instituições perceberam que havia uma deficiência de aprendizagem dos alunos, que as escolas estavam formando analfabetos funcionais, então quando viram que o número de evasão, o número de reprovações no Estado do Ceará estava ultrapassando o limite, então elas (instituições parceiras), tomaram o propósito de fazer uma interferência. O Conselho Estadual de Educação que é o órgão que respalda educação do estado, e escolheram 40 municípios para poder fazer uma pesquisa diagnóstico, testes que já vinham elaborados por eles (Conselho Estadual de Educação). O Aracati estava entre os 40 municípios selecionados (BERNARDO, 2018).

Neste sentido, o Comitê assume o compromisso de: mapear e diagnosticar o analfabetismo escolar no estado; traçar um perfil das condições físicas, materiais e pedagógicas das escolas municipais e, ainda, avaliar os Programas e instituições de formação de professores do Ensino Fundamental (CEARÁ, 2006, p. 24). Para tanto, são realizadas três pesquisas.

A primeira foi o Diagnóstico do Nível de Alfabetização (DNA) na qual foram entrevistadas quase 10 mil crianças da 2ª série (atual 3º ano) para identificar o nível de habilidade de leitura e escrita. Segundo o Relatório Final do Comitê, mais de 6 meses foram utilizados para concluir o trabalho. A segunda pesquisa - conduzida por doutores, mestres e especialistas - investigou como as SMEs e as escolas públicas se organizam com o objetivo de propiciar às crianças um ambiente alfabetizador. Segundo o Relatório Final, a alfabetização de crianças não era uma prioridade e havia despreparo - quase completo - para o desempenho dessa tarefa importantíssima (CEARÁ, 2006). A pesquisa foi coordenada por um profissional de outro estado brasileiro que não tinha vínculo com instituições locais.

A professora Célia Bernardo corroborou com o resultado acima exposto:

[...] aqui foram quatro escolas escolhidas, a minha obrigação (como secretária de educação), era comprar gravadores, para os alunos e além dos gravadores dar ofício permitindo que eles fossem às escolas, porque já tinham as turmas selecionadas. Eles contrataram pesquisadores mesmo, especialistas em pesquisa. O primeiro texto eles liam e gravaram o aluno, para dizer que tinham entendido, a segunda prova eles mandavam o aluno ler o texto e eles gravavam e a terceira prova, o aluno tinha que escrever o que tinha entendido do texto, que tinha sido lido, aí foi o bicho ficou feio, porque depois que eles fizeram todo ajuntamento, dos 40 municípios, eles comprovaram de fato, que as escolas estavam sendo reprodutoras de analfabetos funcionais (BERNARDO, 2018).

As conclusões da pesquisa, já citadas por Bernardo (2018) apontam para a necessidade de uma profunda e urgente reformulação do currículo, das práticas de ensino e concepções teóricas sobre alfabetização de crianças (CEARÁ, 2006). A terceira pesquisa foi realizada nas instituições superiores de ensino do Ceará com o objetivo de identificar como estão sendo formados os profissionais da educação. A pesquisa foi coordenada por uma profissional de outro estado brasileiro que não tinha vínculo com instituições locais. Suas conclusões apontam para a necessidade de uma profunda e urgente reformulação de currículo, práticas de ensino e concepções teóricas sobre alfabetização de crianças (CEARÁ, 2006). Ratificamos no documento oficial “Relatório Final do Comitê Cearense de Erradicação do Analfabetismo”, que o trabalho do comitê segue o pressuposto de colaboração e teve o apoio de lideranças políticas, inclusive do presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, Sofia Lerche Vieira - Secretária de Educação do Estado -, senadores, o diretor do Inep, organizações privadas, professores de universidades públicas e privadas. Os custos da pesquisa para o comitê foram de R\$ 331.014,63, valor doado por instituições parceiras como o Serviço Social da Indústria-Sesi (CEARÁ, 2006, p. 28). As três pesquisas apontaram que:

- somente 15% de uma amostra de cerca de 8.000 alunos leram e compreenderam um pequeno texto de maneira adequada;
- 42% das crianças produziram um pequeno texto que, em muitos casos, eram compostos por apenas duas linhas. Nenhum texto foi considerado ortográfico pelos avaliadores;
- a maioria das universidades não possuía estrutura curricular adequada para formar o professor alfabetizador;
- grande parte dos professores não possuía metodologia para alfabetizar, abusava de cópias na lousa e usava muito mal o tempo de aula que era bastante reduzido: aulas começavam tarde, terminavam cedo e tinham intervalos longos (SEDUC, 2012, p. 18).

Observamos que a pesquisa⁵ não avaliou somente o baixo desempenho dos alunos em leitura e escrita. Além disto, a investigação avaliou também a estrutura curricular dos temas sobre alfabetização e a metodologia utilizada pelos professores nas suas aulas de algumas Universidades. Assim, consideramos que avaliar alunos - da Educação Básica - e professores - tanto da Educação Básica quanto da Superior - constitui uma investigação muito válida, visto trazer para análise todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a importância de cada sujeito no movimento de busca por um trabalho educacional de qualidade.

⁵ Os resultados da pesquisa evidenciaram que 85% dos alunos avaliados não leram e não compreenderam um texto de maneira adequada.

Após a conclusão da pesquisa, foram realizados, em Fortaleza, dois seminários com o tema “Alfabetização de crianças”. O Comitê se reuniu e realizou os seminários para disseminar os resultados obtidos nas três pesquisas. Na ocasião, houve a participação de representantes dos municípios cearenses, diretores e professores das escolas públicas. Nas macrorregiões do interior do estado e na capital cearense, também foram realizadas sete audiências públicas sobre Alfabetização. “As sete audiências públicas transformaram-se em instrumentos de denúncia do problema e, também, de anúncio de luta pela superação” (CEARÁ, 2006, p. 28).

Durante o seu processo de pesquisa e diagnóstico, o Comitê disseminou a problemática do analfabetismo escolar sensibilizando e mobilizando as pessoas para sua superação através da publicização, na mídia impressa e televisiva, de diversos materiais informativos. Aliado à história de colaboração do estado com os municípios, - a sensibilização e a divulgação - dos resultados da pesquisa sobre o analfabetismo no estado, adquiriu legitimidade para a sociedade e para os gestores municipais. Os resultados e diversas notícias sobre o trabalho do Comitê realizado no ano de 2004 podem ser encontrados, inclusive, em jornais como O POVO, Diário do Nordeste⁶, o que nos leva a concluir que os resultados da pesquisa sobre o analfabetismo foram amplamente divulgados em todo o estado. Após ampla divulgação, os municípios estavam informados sobre o problema, e que era comum a todos. Aqui, se faz necessário refletirmos sobre o pensamento de Sumiya (2015, p. 47):

Parece ser necessário que ocorra o processo de sensibilização antes que uma proposta seja levada a sério. Muitas propostas boas não foram sequer consideradas porque foram anunciadas antes que o público em geral, o público especializado ou a comunidade de políticas públicas estivesse pronto para ouvir.

De acordo com Kindon (1995 *apud* SUMIYA, 2015, p. 35), “um problema só passa a existir quando as pessoas passam a acreditar que alguma atitude deva ser tomada a respeito”. O trabalho do Comitê sobre a realidade educacional cearense mobilizou além de prefeitos de todos os municípios, instituições, sociedade e a mídia local. Como resultado da pesquisa, dos seminários e divulgação na mídia, o Comitê elabora um Relatório Final com um elenco de recomendações práticas e objetivas para que o analfabetismo de crianças dentro das escolas públicas cearenses possa ser enfrentado com eficácia. As recomendações para os gestores municipais apresentam quatro enfoques: aprendizagem, políticas de valorização do magistério, gestão municipal e formação docente para alfabetização de crianças. O trabalho

⁶ Jornais produzidos e que circulam no estado do Ceará.

do Comitê foi bastante intenso. Para o Comitê, a qualidade do ensino está vinculada ao direito à aprendizagem, mais especificamente à alfabetização de todas as crianças.

As ações estabelecidas no Relatório Final, configuram a proposta metodológica utilizada pelo PAIC (política educacional que ainda seria implementada em 2007), como a avaliação da aprendizagem nos anos iniciais, formação de professores, acompanhamento pedagógico e divulgação dos resultados obtidos pelo Saeb e pelo SPAECE (*feedback* das ações governamentais). Já se ensaiava uma política de responsabilização, onde as avaliações são determinantes para as políticas educacionais, com a ampla divulgação dos resultados. O Relatório Final do Comitê foi apresentado em novembro de 2004, após as eleições para prefeitos, em outubro. Novos prefeitos assumiriam em 2005, já conscientes do problema da alfabetização, e com propostas de traçarem estratégias de alfabetização nas suas agendas (O POVO, 2004). Essa estratégia também foi determinante para fortalecer a implementação do PAIC. Um problema comum a todos os prefeitos do estado, conscientes do resultado da pesquisa e com recomendações elaboradas para superar o problema do analfabetismo.

Após mobilização de vários parceiros, inclusive dos novos prefeitos que assumiram em 2005, a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) Ceará com parceira técnica e financeira do Unicef, criaram em 2005, o projeto piloto PAIC (CEARÁ, 2012). A primeira fase (piloto) do PAIC se estendeu de 2005 a 2006 e envolveu 56 municípios, inclusive os municípios das escolas dessa pesquisa, o alcance não foi maior devido a limitações orçamentárias. (CEARÁ, 2012). A principal ação dessa primeira fase do Programa foi a realização de duas avaliações externas de leitura e escrita dos alunos do 2º ano de caráter censitário.

A partir de 2004, houve a universalização do SPAECE em todas as escolas dos 184 municípios cearenses da rede estadual e municipal de ensino, avaliando os alunos do 5º e 9º ano do EF e 3º ano do EM. Em 2007, como o PAIC, o SPAECE passou por reformulações e passou a atender crianças do 2º do Ensino Fundamental, denominado SPAECE-Alfa, por tratar-se do período de alfabetização. A avaliação - que já vinha de longa data - passa a ser o carro-chefe das políticas educacionais do estado do Ceará.

Após o problema detectado, as sugestões para a superação desse problema elaboradas, abre-se uma janela (em continuidade às mudanças educacionais no estado), a política educacional PAIC, que surgiu de ações conjuntas, em regime de colaboração das várias instituições participantes. Quando Cid Gomes assume o Governo do estado do Ceará, em 2007, já havia um clima favorável para a implementação do PAIC e para ações em regime de colaboração entre o estado e todos os municípios em torno de um problema comum: o

analfabetismo. O regime de colaboração esteve presente em todos os momentos, desde a parceria entre os entes federados entre diferentes instituições, desde a problematização do analfabetismo, na pesquisa e diagnóstico, até a divulgação dos resultados e propostas de intervenção pedagógica. Sobre a avaliação no Ceará, Abrúcio, Segatto e Pereira (2016), ressaltam que o seu uso traz evidências científicas para as políticas públicas. “O trabalho do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar teve sucesso porque utilizou seus estudos como base para a transformação da Educação” (ibidem, p. 32). Foram três fatores que influenciaram na criação do PAIC: a experiência com a alfabetização de Sobral trazida pelo deputado Ivo Gomes, o diagnóstico sobre a alfabetização e as recomendações do Comitê, e o projeto-piloto do PAIC. O Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (CCEAE) de maio de 2004, além de diagnósticos sobre a qualidade da Educação Básica no Ceará, elenca recomendações práticas e objetivas para eliminação do analfabetismo de crianças nas escolas públicas cearenses.

2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO NO CEARÁ: PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) - 2007

Cid Gomes, irmão de Ivo Gomes (mobilizador do CCEAE), assume o cargo de governador do estado do Ceará em 2007, com um cenário propício, sociedade e governantes sensibilizados com a causa do analfabetismo em todo o estado. Cid Gomes também traz consigo, a experiência de Sobral, cidade onde foi prefeito nos anos de 1997 a 2004. Nesse período, Cid Gomes fez várias mudanças na educação do município de Sobral, com foco na alfabetização das crianças dos anos iniciais, resultando em bons indicadores educacionais, em 2004, 95,7% das crianças da 1ª série (atual 2º ano do Ensino Fundamental) eram leitores (MAIA, 2006, p. 16).

Em maio de 2007, o PAIC foi lançado como política pública educacional do Ceará com o objetivo de erradicar o analfabetismo no estado. O então Ministro da Educação Fernando Haddad, estava presente no lançamento do PAIC e nesse momento foi realizada a adesão dos prefeitos ao PAIC por meio de um Protocolo de Intenções⁷ celebrado entre o governador, a secretaria de educação do estado e os prefeitos dos 184 municípios, com características de uma política situada no marco do regime de colaboração, princípio previsto na CF, de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)

⁷ <http://www.PAIC.seduc.ce.gov.br>

é uma iniciativa de política pública do Governo do Ceará, coordenada pela SEDUC com o apoio do Governo Federal e de parceiros governamentais e não governamentais, realizada em regime de colaboração entre estado e municípios. O PAIC apoia os municípios na formulação e implementação de políticas voltadas à garantia do direito de aprendizagem com prioridade à alfabetização de crianças (CEARÁ, 2012a, p. 29).

Entre os seus objetivos, estão a priorização da alfabetização de crianças, implantar sistemas municipais de avaliação de aprendizagem, estimular o compromisso dos professores alfabetizadores com aprendizagem das crianças e o desempenho docente, políticas de incentivo à leitura e a escrita, dentre outras (CEARÁ, 2012).

De acordo com o livro “Regime de Colaboração para a garantia do direito à aprendizagem”, o PAIC foi caracterizado como um Programa com foco na gestão voltada a aprendizagem do aluno com a ênfase na mudança de cultura da gestão municipal e da gestão escolar, todas as ações devem convergir no direito de aprender (CEARÁ, 2012, p.67). Reiteramos que esse é um Programa prioritário na agenda do Governo Estadual e dos Governos Municipais.

O movimento em torno de um problema comum a todos a todos os municípios – o analfabetismo de crianças, contribuiu para o processo de adesão ao PAIC. O Programa apresentou apoio e colaboração para resolver um problema comum a todos, conseguindo dessa 100% de adesão. O programa mistura elementos de centralização e descentralização, garantindo autonomia aos entes, o que Machado (2014) denomina de “administração orquestrada”. Nesse modelo de coordenação de “descentralização orquestrada”, o Governo do estado considera que algumas decisões devem ser tomadas centralmente - ainda que com a participação dos municípios por meio de seus representantes no Comitê de Articulação - e que outras decisões devem ser tomadas pelos próprios municípios, no exercício de sua discricionariedade (MACHADO, 2014, p.96).

Entre as responsabilidades da SEDUC coube prestar assessoria técnica nos eixos do Programa, adequar suas ações à realidade e à diversidade dos municípios, além de avaliar os resultados das avaliações do 2º ano. Os municípios ficaram responsáveis por fornecer o apoio logístico e os materiais necessários para a realização das atividades do Programa, além de disponibilizar as equipes técnicas locais para implementação de propostas (CEARÁ, 2012).

Para evitar rupturas do Programa no município, a partir da mudança de gestão de prefeitos, foi lançado um conjunto de diretrizes⁸ para referenciar definição de metas pelas

⁸ <http://www.PAIC.seduc.ce.gov.br/index.php/component/content/article/3-slider-principal/247-apos-5-anos-do-PAIC-acontece-lancamento-do-livro-que-relata-o-regime-de-colaboracao-para-a-garantia-a-aprendizagem>

SMEs, na implantação de políticas voltadas para alfabetização de crianças. Após ampla sensibilização, divulgação e implementação do PAIC, para os gestores cearenses, a aprendizagem está fortemente ligada à alfabetização das crianças e conseqüentemente à qualidade da educação e devem orientar as ações desenvolvidas nos municípios e nas escolas.

A partir dessas diretrizes da SEDUC, cada município elabora um Plano de Trabalho Anual, contemplando ações em cada eixo do Programa, com metas e metodologias para alcançá-las. A SEDUC acompanha o cumprimento das metas estabelecidas (CEARÁ, 2012, p. 76) que é realizada pelos Centros Regionais de Educação e pelos municípios, através dos gerentes municipais, os quais trataremos mais adiante.

2.2.1 O Arranjo Organizacional do PAIC

O arranjo organizacional do PAIC tem como objetivo a erradicação do analfabetismo no estado do Ceará, com a criação de um sistema de ensino articulado com os municípios cearenses. Com o objetivo de garantir a estrutura institucional necessária ao andamento das políticas de cooperação, o Programa possui três estruturas hierárquicas organizacionais: duas delas na esfera estadual e uma na esfera municipal. São elas:

A Célula de Gestão dos Programas e Processos Estaduais, da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios - COPEM;
Os Núcleos Regionais de Cooperação com os Municípios - NRCOMs, das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDE e;
As equipes municipais do PAIC, em cada uma das cento e oitenta e quatro secretarias municipais de educação do estado (CEARÁ, 2012).

Figura 1



Estrutura Organizacional do PAIC

Fonte: SEDUC,2012.

A criação da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM) e do Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios (NRCOM) foi fundamental para operacionalizar o regime de colaboração, significando um avanço na resolução do arranjo organizacional. São instâncias direcionadas a promover a articulação com os municípios e viabilizar a cooperação, com profissionais capacitados para exercer as funções previstas, zelando pelo respeito à autonomia do município (CEARÁ, 2012, p.71). Destacamos que esse processo de retroalimentação dos dados e diálogo entre a COPEM, as CREDE's e os NRCOM's são essenciais para avaliar e propor ações para a superação de possíveis dificuldades de municípios, escolas, professores ou alunos. As equipes municipais são constituídas por uma gerente municipal que é responsável por liderar a equipe a qual, nos moldes da COPEM, possui mais duas ou três pessoas para articular o Programa, no município, e enviar os dados à NRCOM que, por sua vez, envia à COPEM.

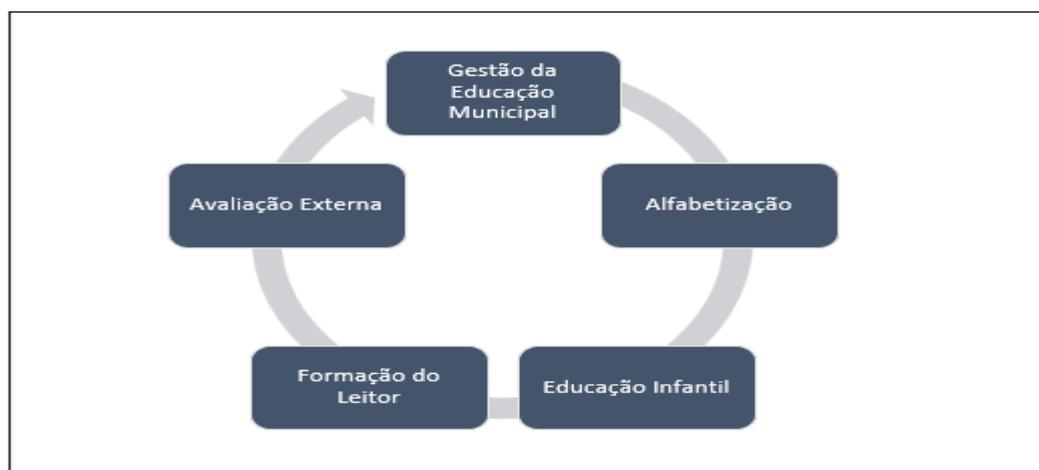
Para fortalecer o regime de colaboração, foi criado o Sistema de Acompanhamento das Ações do MAIS PAIC (SAAP), um sistema informatizado de coleta de informações que são fundamentais para que o município tenha uma visão mais ampliada da sua rede escolar e possa direcionar um olhar para o aprimoramento das ações de gestão e das práticas

educativas, permitindo também à SEDUC essa visão (SEDUC, 2017). Após o diagnóstico realizado pela Prova MAIS PAIC, consolidados bimestralmente, por escola, que inserem os resultados no site, a gestão municipal, regional e estadual do programa pode ter acesso em tempo real da situação de todos os municípios. O Sistema possui um conjunto de instrumentais que permite o acompanhamento on-line das ações do programa que é efetivado através de três instâncias: Município, CREDE que presta apoio técnico e acompanha a elaboração e execução do Plano de Trabalho Anual (PTA), do PAIC junto aos Municípios da sua região e a SEDUC que armazena os dados e gera os relatórios necessários à SEDUC.

Outra importante ferramenta para a gestão municipal é o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) que tem como finalidade, fortalecer o regime de colaboração entre o estado e os municípios. A SEDUC adaptou e disponibilizou um sistema informatizado para que as SMEs pudessem utilizá-lo e aperfeiçoarem sua capacidade de gerenciamento de suas redes de escolas. É um sistema informatizado que tem como objetivo principal armazenar dados relacionados à rede de escolas para serem monitorados e acompanhados pela SME, mensalmente, com baixos custos. Visa construir uma base de dados única, fiel, que reflitam de fato a realidade das escolas (SEDUC, 2017). O SIGE representa uma grande ferramenta de integração online entre as escolas, as SME e o Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), viabilizando o acompanhamento da matrícula, do desempenho acadêmico e da frequência dos alunos por parte de gestores educacionais e escolares.

A equipe do PAIC, na COPEM, é organizada em torno dos cinco eixos de ação do Programa interdependentes: Gestão da Educação Municipal; Avaliação Externa; Alfabetização; Formação do Leitor e; Educação Infantil (CEARÁ, 2012).

Figura 2 - Eixos do PAIC



Fonte: SEDUC, 2012 Elaboração própria

A Gerente municipal sensibiliza e articula ações junto aos prefeitos, secretários de educação e escolas, sobre os resultados das avaliações externas, especificamente do SPAECE, e monitora as ações do Prêmio Escola Nota Dez, participando das visitas de cooperação técnico-pedagógica realizadas entre as escolas, para elaboração de estratégias que visem à melhoria da aprendizagem das crianças, com a articulação e complementação de todos os eixos do PAIC.

Em 2015, o Programa passa por mais mudanças, o governador Camilo Santana lança o MAIS PAIC - Programa de Aprendizagem na Idade Certa, em substituição ao nome do início do Programa, o qual era denominado PAIC. A medida teve como finalidade ampliar o trabalho de cooperação já existente com os 184 municípios, que além da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, passou a atender também do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses. A iniciativa apoia a aprendizagem dos alunos para que sigam com sucesso, tenham bons resultados e ingressem no Ensino Médio bem preparados (SEDUC, 2017). Em 2015, o Ideb mostrou que as escolas públicas do estado apresentaram bons resultados, a meta para os anos iniciais, que era de 4,2, foi superada e o estado alcançou 5,7 (INEP, 2017), sendo considerada como uma experiência a ser disseminada entre os outros estados da federação (ABRUCIO, 2016). Ainda é necessário salientarmos que, em 2012, o desenho do PAIC serviu de modelo para o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que foi lançado a nível nacional em 2013. O estudo de Abrúcio, Segatto e Pereira (2016) traz, ainda, 10 propostas para que o modelo cearense possa ser expandido para outros estados, guardadas as suas particularidades:

- 1) Combate à cultura compartimentalizada: os alunos de um estado são responsabilidade dele, não importa em que rede estejam estudando;
- 2) Os municípios devem estar envolvidos em políticas estaduais, por meio de fóruns ou pactos, em torno de metas;
- 3) O envolvimento da sociedade fortalece o regime de colaboração;
- 4) A existência de uma Coordenadoria, na Secretaria Estadual para interlocução com os municípios é fator de indução da colaboração;
- 5) Bom funcionamento das estruturas regionais dos governos estaduais;
- 6) Estabelecer mecanismos de competição administrada e ação colaborativa;
- 7) Estruturar a colaboração em torno de políticas e Programas definidos por meio de metas objetivas, de modo a saber aonde chegar;
- 8) Casamento entre insumos e resultados, com retroalimentação constante;
- 9) Dar flexibilidade ao modelo de colaboração para que a assessoria técnica e pedagógica seja customizada para municípios e escolas;
- 10) Estruturar ações que cheguem à escola e à sala de aula, melhorando a atuação de gestores e professores e a aprendizagem dos alunos. (p. 64).

O regime de colaboração, segundo Vieira (2007, 2010) e Naspolini (2001), é ratificado no relatório de Abrúcio, Segatto e Pereira (2016), que destaca a política educacional PAIC na

consolidação do regime de colaboração do estado. O trabalho realizado por Sumiya (2015) traz algumas convicções centrais sobre a iniciativa do PAIC, que reforçam o anunciado no relatório. A convicção de que há uma idade certa para a alfabetização, para ela, toda criança, independentemente de sua condição socioeconômica tem o direito de aprender, a importância do regime de colaboração entre os entes federados e das parcerias com diversas instituições, e por fim, a preocupação com o bem-estar das crianças em processo de alfabetização (público-fim) e, por fim, a atenção dada aos professores, profissionais que atuam na ponta do sistema e que são essenciais para o sucesso da alfabetização infantil.

A estrutura organizacional do PAIC se configura uma burocracia que gera, na ponta, a aprendizagem na idade certa de crianças e tem modificado a realidade educacional cearense, conforme se verifica em dados educacionais do Ideb e SPAECE apresentados no capítulo metodológico.

2.3 O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

As reformas educacionais no estado do Ceará, principalmente, a partir da institucionalização da avaliação com o Sistema Permanente de Avaliação da educação Básica do Ceará (SPAECE) e com o Programa PAIC possibilitam monitorar e estabelecer novas ações nas políticas públicas da educação cearense. À medida que os resultados são alcançados ou não, é necessário reelaborar metas, fazer ajustes. O plano inicial, muitas vezes é abandonado, o que não significa perder, mas adequar às necessidades que vão surgindo.

Após o PAIC ser lançado em 2007 como política pública, o Programa passou por reformulações para que o objetivo de alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade fosse alcançado. Entre as mudanças, destacamos a criação do Prêmio Escola Nota Dez em 2009, por meio da Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (SEDUC, 2012) com o objetivo de fortalecer o regime de colaboração, combinando insumos, apoio às escolas e cobrança, o que Abrúcio (2006) denomina de “competição administrada”. O Prêmio requer análise, pois a sua dinâmica é composta de iniciativas por meio das quais é redimensionado um conjunto de valores, tais como “cooperação, colaboração e corresponsabilidade no âmbito escolar” (CALDERÓN, RAQUEL e CABRAL, 214, p.20), em suas conclusões, os autores destacam a parceria entre Escolas Premiadas (EP) e Escolas Apoiadas (EA) como uma “experiência que pode ser replicada e adaptada a outras realidades educacionais”, a proposta do Prêmio Escola Nota Dez é que uma escola com bons resultados na avaliação externa do SPAECE apoie

técnica e pedagogicamente outra escola com baixos resultados que trataremos, posteriormente.

2.4 SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE)

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) foi implementado, em 1992, pela Secretaria da Educação (SEDUC), com o objetivo de promover um ensino de qualidade e equânime para todos os alunos da rede pública do estado (SEDUC, 2017), realizando avaliações em turmas de 4^a e 8^a (5^o e 9^o ano) série do EF e 3^o ano do EM. A avaliação é realizada em escolas públicas estaduais e municipais de forma censitária e universal, utilizando testes (eventualmente com itens elaborados pelos professores da rede pública), tendo como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), do Ministério da Educação (MEC) e os Referenciais Curriculares Básicos (RCB) da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)⁹. São aplicados, também, questionários contextuais, investigando dados socioeconômicos e hábitos de estudo dos alunos, perfil e prática dos professores e diretores.

Conforme Lima (2007, p.119), são objetivos do SPAECE :

- Fomentar uma cultura avaliativa no Estado do Ceará a partir do desenvolvimento permanente do Sistema de Avaliação;
- Possibilitar a todos os elementos envolvidos no processo educativo (alunos, professores, administradores e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados escolares que vêm sendo obtidos no 1^o Grau, ao final do ano letivo;
- Analisar as necessidades de aprendizagem consideradas básicas, tendo em vista a formulação e o monitoramento das ações educacionais. (CEARÁ, 1992b apud LIMA, 2007, p.119)

Para o autor, a avaliação no estado do Ceará é concebida como uma ferramenta de gestão do sistema para a melhoria dos indicadores educacionais. Na avaliação, materializa-se a gestão por resultados, atrelados às políticas de incentivo e premiação, como forma de motivar os agentes envolvidos no processo educacional (LIMA, 2007). O SPAECE propõe uma avaliação que não se encerra em si mesma, apenas classificando os alunos e instituições, conforme a SEDUC, o SPAECE, estabelece por objetivo, fornecer subsídios para formulação,

⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_Permanente_de_Avaliação_da_Educação_Básica_do_Ceará

reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da rede pública de ensino do estado do Ceará (SPAECE, 2017, p. 4). Apesar de ser a proposta inicial da SEDUC, não observamos nas práticas cotidianas, a utilização das avaliações para a melhoria da qualidade educacional.

Em 2007, as avaliações ganham mais força no estado, a gestão de Cid Gomes, a utiliza como ferramenta de gestão educacional do PAIC. Para atender às demandas e prioridades da política educacional PAIC, o SPAECE passa por mudanças em seu desenho organizacional, estruturado em três grandes linhas avaliativas: Avaliação da Alfabetização (SPAECE - Alfa - 2º ano); Avaliação do Ensino Fundamental - 5º e 9º anos; e Avaliação do ensino médio - 1ª, 2ª e 3ª séries (CEARÁ, 2012). O SPAECE - Alfa possibilitou ter um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura de cada aluno, o qual permite estabelecer comparações com os resultados das avaliações realizadas pelos municípios e, também com avaliações nacionais, como a Provinha Brasil. A partir de então, no estado, se verifica um grande número de avaliações no interior das escolas, a “3ª geração de avaliação”, conforme cita Souza (2006), por ser uma avaliação forte no interior das escolas. Além das avaliações nacionais, os alunos são submetidos às avaliações locais, testes padronizados como a Prova MAIS PAIC, de caráter censitário, é aplicada sempre no início do primeiro semestre letivo, conforme documentos da SEDUC, na busca de propiciar tempo para que ocorram as intervenções pedagógicas planejadas para sanar as dificuldades.

O teste de Língua Portuguesa é composto por 20 itens de múltipla escolha e quatro itens abertos, construídos a partir de uma matriz de referência¹⁰ dividida em três eixos: apropriação do sistema de escrita, leitura e escrita. Para cada eixo, a matriz prevê conjuntos de habilidades expressas por descritores, correspondentes ao ano dos alunos avaliados. Nos testes, cada item avalia uma habilidade. A Prova MAIS PAIC 2º, 3º, 4º e 5º anos define-se também como uma avaliação externa à escola, em larga escala, com o propósito de ser censitária e universal, aplicada a todos os alunos matriculados no 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das escolas públicas (municipais e estaduais) do Estado do Ceará. Devido à sua natureza específica, apresenta-se como um instrumento pedagógico com fins

¹⁰ Matriz de Referência é composta por um conjunto de descritores que explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis.

exclusivos de diagnóstico para intervenção imediata no processo formativo (SEDUC, 2017, p. 4).

O SPAECE, por sua vez, realiza avaliações anuais e é determinante para as ações do PAIC inclusive para a bonificação das 150 escolas com melhores resultados e incentivo para as 150 escolas com menores resultados, por meio do Prêmio Escola Nota Dez, que será discutido no capítulo seguinte. O SPAECE passou a compreender a avaliação de leitura dos alunos do 2º ano do EF (SPAECE-Alfa) e o domínio das competências e das habilidades esperadas para as demais etapas de escolaridade, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos do 5º e 9º anos do EF e nas turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries do EM. As informações coletadas, a cada edição, identificam o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos do estado (SPAECE, 2017).

Sobre a utilização das avaliações como ferramenta de gestão da educação cearense, Souza e Oliveira (2010 apud Lima, 2012) discorrem que:

A ênfase em processos de avaliação em larga escala é hoje considerada estratégica como subsídio indispensável para a formulação e monitoramento das políticas educacionais. Não há evidências de que nenhum sistema educacional que se preze e que esteja preocupado em melhorar a sua eficiência, equidade e a qualidade tenha ignorado a importância da avaliação como ferramenta eficaz de gestão (p. 41).

Contrários a este pensamento, Abrúcio, Segatto e Pereira (2016) ressaltam que, no Ceará, a avaliação traz evidências científicas para as políticas públicas. O trabalho realizado pelo Comitê Cearense para erradicação do analfabetismo, em 2004, realizou avaliações no estado em parceria com diversas instituições, inclusive universidades, com o objetivo de “explicitar a problemática do analfabetismo escolar, desenvolvendo pesquisas e divulgando relatório contendo os resultados em relação ao analfabetismo, a formação dos professores e sua prática em sala de aula” (CEARÁ, 2012, p. 123). Para os autores, “o trabalho do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, em 2006, teve sucesso porque utilizou seus estudos como base para a transformação da Educação” (ABRÚCIO, SEGATTO e PEREIRA, 2016, p. 32). Os dados resultantes se tornam um modo estável de verificar a evolução dos indicadores e resultados na educação do estado, possibilitando construir ferramentas que possam corrigir as dificuldades retratadas, como afirmam os autores, transformar uma realidade.

2.4.1 Mecanismos de indução financeira: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Em continuidade às mudanças, em 2009, o Ceará cria dois mecanismos de indução financeira a fim de estimular a priorização da alfabetização pelos municípios. O primeiro foi a alteração dos critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no ICMS. Uma nova Lei Estadual condicionou parte do repasse do imposto a indicadores de educação, saúde e meio ambiente. A primeira distribuição foi em 2009, tendo 2007 e 2008 como base de cálculo.

Anteriormente, a regra vigente de distribuição do ICMS aos municípios cearenses desde 1996 estava estabelecida pela Lei Nº 12.612 de 06 junho de 1995 (CEARÁ, 199a) e previa 12,5% de acordo com a proporção de gastos em educação sobre a receita municipal; 7,5% distribuídos 40 equitativamente entre todos os municípios; 5% de acordo com a população de cada município (PADILHA, 2013, p. 39-40). Distribuído segundo esse critério, os municípios não se esforçavam para alterar os seus indicadores e assim receber mais recursos financeiros. As mudanças dos critérios deixaram de considerar critérios demográficos e territorial, e passam a considerar critérios voltados para o desempenho dos municípios em políticas públicas. Segundo documento do IPECE (2007, p.3), a mudança na Lei foi proposta a fim de promover uma distribuição equitativa “com ênfase na melhoria de indicadores sociais” por meio da recompensa a “municípios que se comprometerem e, efetivamente, obtiverem melhoras nos indicadores de educação, saúde e meio ambiente”.

Desta forma, o objetivo principal da mudança da Lei era: “a geração de uma saudável competição entre as gestões municipais, levando à melhora dos indicadores relacionados com o desenvolvimento do município e, conseqüentemente, do Estado” (IPECE, 2007 *apud* BRANDÃO, 2014). Em pesquisa, Brandão(2014) avalia o impacto da nova política de ICMS do Ceará, e destaca que o “Ceará é o único estado do país que adotou em sua legislação de distribuição de ICMS apenas critérios ligados à esfera das políticas públicas” (p.74).

Em entrevista, a coordenadora do COPEM, Lucidava Bacelar relata à Sumiya (2015) sobre as estratégias utilizadas pelo governador Cid Gomes para priorizar a alfabetização nos municípios. “O governador sabia que apenas o discurso de que a alfabetização é importante iria acabar, não teria sustentação ao longo do tempo” e, assim, pensou em um mecanismo de indução dos municípios (SUMIYA, 2015, p.181). Na avaliação da equipe da Secretaria, essas estratégias de atrelar os recursos oriundos do ICMS aos resultados educacionais dos municípios foi decisiva para o engajamento dos prefeitos (CEARÁ, 2012, p. 87). E a coordenadora pontuou: “nós temos consciência de que o PAIC nasceu fora da SEDUC, ele

creceu somando a cultura de outras políticas” (BACELAR, 2014 *apud* SUMIYA, 2015, 181). É importante destacar que o Programa não nasceu com um desenho pronto, foi sendo elaborado, a partir da história de reformas na educação cearense que datam de 1970 (VIEIRA, 2007), da experiência de Sobral, do resultado do comitê cearense e dos resultados obtidos nas avaliações externas, o que fortaleceu ainda mais o regime de colaboração no estado. Vieira (2010) fazendo considerações sobre o mecanismo de indução financeira via - ICMS, afirma que ele pode representar um controle de qualidade que vinha faltando ao regime de colaboração no estado, em relação à transferência de recursos, primeira via FUNDEF e depois via FUNDEB.

A vinculação da distribuição da cota-parte do ICMS a indicadores de resultados na educação, saúde e meio-ambiente, faz parte de um novo modelo de gestão pública, a Gestão Pública por Resultados (GPR). A partir de 2009, a ênfase é dada aos resultados e não mais aos gastos, “visando melhorar a gestão nessas áreas de investimento e estimular os municípios a melhorarem seus indicadores e servir de ferramenta importante na tomada de decisões e planejamento de políticas públicas” (TEIXEIRA, 2015, p. 12). Os 25% distribuídos entre os municípios, conforme Lei Estadual, atualmente é distribuído em função de três índices: Índice de Qualidade da Educação (IQE), que responde por 18% da composição do repasse; o Índice de Qualidade da Saúde (IQS) que responde por 5%; e o Índice de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), com 2% (SEDUC, 2012). A mudança não alterou a adesão dos municípios, uma vez que a adesão foi anterior à mudança da Lei do ICMS, no lançamento do PAIC, mas a SEDUC admite que foi essencial para que a alfabetização ganhasse atenção do gestor municipal, a mudança dos critérios de distribuição do ICMS também trouxe impactos positivos nos resultados dos indicadores nas avaliações educacionais do estado.

2.5 A POLÍTICA DE INDUÇÃO À COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA E O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

O segundo mecanismo, tema do nosso trabalho, foi a criação do Prêmio Escola Nota Dez. O Prêmio, idealizado pela SEDUC por meio da Lei N° 14.371, de junho de 2009 (SEDUC, 2012) teve por objetivo melhorar os resultados da alfabetização de crianças, dispondo no início do Programa, como diretrizes, as duas primeiras séries do Ensino Fundamental das escolas da rede pública.

A lógica do Prêmio é bonificar as escolas que alcançam os melhores resultados no Índice de Desenvolvimento Escolar-Alfabetização (IDE-Alfa - 2º ano) entre 8,5 e 10,

traduzida em incentivos financeiros. Por sua vez, as EP são incentivadas a apoiar outras escolas que tenham apresentado desempenhos pouco satisfatórios no IDE-Alfa, tornando-se corresponsáveis pelo desenvolvimento das ações de assistência e cooperação técnico-pedagógica. Conforme a SEDUC (2017), o Prêmio é financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) e administrado pela SEDUC.

Em 2011, o Governo do estado, por meio da SEDUC, expandiu as ações do Programa até o 5º ano, com vistas a melhorar os resultados de aprendizagem da etapa inicial do Ensino Fundamental. Essa iniciativa é denominada Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5). A Lei Nº 14.371/2009 (SEDUC, 2012) foi revogada e aprovada a Lei Nº 15.052 de 06 de dezembro de 2011 (SEDUC, 2012) que disciplina o Prêmio Escola Nota Dez, regulamentada pelo Decreto Nº30.797, de 29 de dezembro de 2011 (SEDUC, 2012). O Prêmio, antes direcionado apenas às escolas do 2º ano do Estado do Ceará, a partir da criação da Lei 15.052 de 06 de dezembro de 2011 (SEDUC, 2012), passa a premiar e contribuir com os 2º e 5º anos das escolas públicas (SEDUC, 2013).

O Prêmio, assim, é destinado às escolas públicas do Ceará, com melhor resultado no Índice de Desempenho Escolar do 2º ano do Ensino Fundamental (IDE-Alfa) no intervalo entre 8,5 e 10 e as escolas públicas do 5º ano do Ensino Fundamental (IDE-5) no intervalo entre 7,5 e 10 (SEDUC, 2013). As escolas que possuem bom IDE são denominadas EP que recebem valor calculado considerando o índice per capita por aluno de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), correspondente a multiplicação do número de alunos do 2º e /ou do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental avaliados pelo SPAECE, de acordo com o artigo 5º da Lei Nº 15.923/2015, de 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017). Para que sejam premiadas, conforme Lei Nº 15.052/2011 de 06 de dezembro de 2011 (SEDUC, 2012) serão premiadas a cada ano até 150 escolas que atendam às seguintes condições:

- I – ter no momento da avaliação de alfabetização do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;
- II – ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar- Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez), inclusive;
- III – ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE (SEDUC, 2013, p.7)

Quanto à premiação das escolas com bom desempenho no 5º ano do Ensino Fundamental, de acordo com o artigo 3º, da Lei Nº 15.052, de 06 de dezembro de 2011

(SEDUC, 2012), serão premiadas até 150 escolas entre as que atendam às seguintes condições:

- I – Ter, no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental regular;
- II – Ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar- 5º ano (IDE-5) entre 7,5 (sete e meio) e 10,0 (dez);
- III – Ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará-SPAECE no 5º ano. (SEDUC, 2013, p. 12)

O Prêmio é entregue em duas parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 75% do valor total e a segunda parcela correspondente a 25% (SEDUC, 2017). O recebimento da segunda parcela será mediante alguns critérios:

- I – A comprovação da execução da ação de cooperação técnica pedagógica entre a escola premiada e a apoiada com exceção das escolas premiadas com base nos resultados do 2º ano;
- II – A manutenção ou elevação dos bons resultados, obtidos pelas escolas premiadas, na melhoria da aprendizagem dos alunos, comprovados através do IDE-Alfa, IDE-5 e IDE-9, ao final do segundo ano de execução do Plano de Aplicação de Recursos da 1ª parcela;
- III – A melhoria dos resultados da escola de 5º e 9º ano apoiada, que deverá obter, no ano de 2017, nota mínima de 5,0 no IDE-5 e 5,0 no IDE-9. §1º. A comprovação da execução da ação de cooperação técnico-pedagógica será atestada pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação –CREDE, responsável pela região onde se encontrarem as escolas participantes (SEDUC, 2017).

De acordo com as regras do Prêmio Escola Nota Dez, as escolas que tiveram menor desempenho escolar – 150 escolas com menor IDE-Alfa (2º ano) e 150 escolas com menor IDE-5 (5º ano), no resultado do SPAECE, denominadas Escolas Apoiadas, receberão apoio financeiro e pedagógico para elevar a qualidade de suas ações educacionais (SEDUC, 2017). O valor da contribuição financeira é calculado considerando o índice per capita por aluno de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), correspondente à multiplicação do número de alunos do 5º e/ou dos 9º anos do Ensino Fundamental avaliados pelo SPAECE, de acordo com o artigo 6º, da Lei Nº 15.923, 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017). O resultado do SPAECE é divulgado no ano seguinte à realização da avaliação externa, que ocorre no início de dezembro e a divulgação em meados de maio.

O que se verifica na distribuição do Prêmio, é que não há equidade, visto que a escola que apresenta menor desempenho no resultado das avaliações do SPAECE, recebe a metade do valor por aluno, em relação à EP. A EP assume compromisso de cooperação com as escolas apoiadas. A parceria entre as EP e EA é apresentada pela SEDUC/COPEM levando

em consideração dois critérios: a) Classificação da EP no ranking; b) Proximidade da EP à EA. De acordo com a SEDUC, após estabelecida a parceria, o representante do município assina um termo de aceitação e compromisso na execução da Cooperação Técnico Pedagógica. As escolas são induzidas a estabelecerem parceria técnico-pedagógica. Sobre a definição das parcerias a Coordenadora da COPEM, em entrevista à Coelho (2013, p. 73) esclarece:

Sempre que sai um resultado, nós chamamos todos os gerentes municipais para estabelecermos as parcerias com os gerentes municipais. A gente leva uma proposta de distância entre uma escola e outra, leva a proposta da história de uma escola e da outra, e é assinado um termo de responsabilidade pela parceria. Os secretários assinam, e o diretor da escola, para formalizar o ato de adesão àquele processo. Depois que a gente faz isso, a gente se reúne com as escolas. Fazemos uma reunião regional, chamando os diretores e os presidentes da unidade executora para tratar do plano, quais os passos, trabalhar o manual de orientação.

Para comprovação da relação da cooperação técnico pedagógica entre as EP e EA são enviados à COPEM/SEDUC instrumentos preenchidos online, disponibilizados no Manual de Orientações do Prêmio Escola Nota Dez¹¹. Um dos instrumentos é o Relatório de Visitas da Ação de Cooperação Técnico Pedagógica - Execução do artigo 8º, da Lei Nº 15.923, 15 de dezembro de 2015 (SEDUC,2017). Para cada visita realizada deverá ser inserido no SISTEMA PARFIN (Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros) os relatórios correspondentes às mesmas. Exemplo: seis visitas, seis relatórios. Outro instrumental é Relatório de Visita Final da Ação de Cooperação Técnico-Pedagógica¹² entre as EP e EA-deverá ser inserido no SISTEMA PARFIN apenas01(um) questionário que corresponde a todas as visitas. Por sua vez, a COPEM consolida, basicamente, dois tipos de informações: “informações sobre as condições gerais em que a ação de cooperação se realizou informações sobre a Programação desenvolvida no âmbito das escolas no que concerne mais especificamente à cooperação técnico- pedagógica” (COELHO, 2013, p. 51).

A gerente municipal também é responsável por monitorar e registrar as informações, os planos de cooperação, o intercâmbio entre as escolas e as ações, número de visitas, dificuldades e formas de superação. Esse registro é feito no Questionário de Acompanhamento da Ação de Cooperação Técnico Pedagógica entre as EP e EA. É apropriado trazer alguns compromissos sobre o Prêmio, levantados sobre a relação de cooperação entre as escolas, destacadas por Coelho (2013).

¹¹ <http://www.PAIC.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/section/8-premio-escola-nota-10>

¹² <http://www.PAIC.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/biblioteca>

O primeiro pressuposto diz respeito às estratégias utilizadas que promovem o movimento de escolas e redes em “direção ao cumprimento de metas” e outro é a escola mostrar a outra as suas ações pedagógicas que resultaram na aprendizagem de seus alunos. Na pesquisa, uma das fragilidades encontradas na relação de cooperação ensejada pelo Prêmio, é o tempo para transferência dos recursos e execução das ações, que ocorre em meados de agosto, inviabilizando o tempo de execução das metas estabelecidas.

Há pouco tempo para efetuar esse acordo de cooperação técnica as escolas apoiadas não têm tempo hábil para absorver as rotinas escolares das premiadas. [...] as escolas premiadas ficam impossibilitadas de realizar um bom trabalho com suas parceiras (COELHO, 2013, p. 23).

Esse tempo reduzido também foi verificado em outros trabalhos, como Araújo (2016) e Calderón, Raquel e Cabral (2015). Os participantes da relação de cooperação do Prêmio que participaram das pesquisas apontam a necessidade de mais tempo para realizar as ações.

Em 2011, houve duas mudanças para fortalecer o sistema de premiação e o regime de colaboração por meio da Lei Nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011 (CEARÁ, 2011a) para obtenção do Prêmio Escola Nota Dez. A primeira mudança foi o fato de que, para ganhar o Prêmio, deixou de ser suficiente que somente uma escola municipal tivesse bons resultados. Para ser EP, o município dessa escola precisa ter no mínimo 70% de todos os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental do município no nível desejado na escala do SPAECE, agora todo o município precisa estar mobilizado em torno da alfabetização e não somente uma escola. Outra mudança foi que essas escolas não podem ser beneficiadas com o apoio mencionado por mais de duas vezes consecutivas.

No documento “Manual de orientações para elaboração, execução e Prestação de contas do plano de aplicação dos recursos Financeiros do Prêmio Escola Nota Dez - 2017” verificamos, no art. 9º da Lei Nº 15.923/2015 de 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017) e no artigo 5º do Decreto Nº 32.079/2016 de 09 de novembro de 2016 (SEDUC, 2017), que o recebimento dos recursos financeiros, referentes a segunda parcela da premiação ou contribuição financeira, está condicionado a:

- I – A comprovação da execução da ação de cooperação técnica-pedagógica entre a escola premiada e a apoiada com exceção das escolas premiadas com base nos resultados do 2º ano;
- II – A manutenção ou elevação dos bons resultados, obtidos pelas escolas premiadas, na melhoria da aprendizagem dos alunos, comprovados através do IDE-Alfa, IDE-5 e IDE-9, ao final do segundo ano de execução do Plano de Aplicação de Recursos da 1ª parcela;

III – A melhoria dos resultados da escola de 5o e 9o ano apoiada, que deverá obter, no ano de 2017, nota mínima de 5,0 no IDE-5 e 5,0 no IDE-9.
§1º. A comprovação da execução da ação de cooperação técnico-pedagógica será atestada pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE, responsável pela região onde se encontrarem as escolas participantes (SEDUC, 2017, p. 12)

A relação de cooperação técnico-pedagógica entre as EP e EA mostra-se como um dos fatores centrais do Programa e condicionante para receber a segunda parcela do Prêmio, existem incentivos para ambas escolas quanto a infraestrutura, capacitação de professores e atividades complementares, por meio de uma cooperação mútua. Conforme esse documento, a EP recebe 75% do valor da premiação na primeira parcela, e os 25% são atrelados à relação de cooperação com uma escola que apresenta baixos índices educacionais. Do mesmo modo, a escola apoiada (EA), recebe 50% do valor total da ajuda financeira na primeira parcela e os 50% restantes, na segunda parcela atrelados à relação de cooperação com a outra escola e elevação dos índices educacionais.

Carneiro e Irffi (2015), em pesquisa realizada sobre a premiação, realizam pesquisa na área econômica, que avalia o Prêmio enquanto política de incentivo para melhorar a proficiência dos alunos do Ensino Fundamental no estado do Ceará. O autor traz em sua conclusão que “o efeito do Prêmio Escola Nota Dez sobre as EP permanece positivo e estatisticamente significativo em todos os estratos das proficiências de português e matemática” (*ibidem*, p. 29), ainda aponta para um impacto positivo e significativo do Prêmio sobre as escolas, em especial aquelas que já apresentavam bom desempenho.

Os resultados apontam indícios de que o apoio dado às escolas - que apresentavam índices mais baixos - possibilitou que estas se igualem às escolas de notas médias, indicando um aumento na proficiência dos alunos. “Assim, infere-se que o apoio dado pelo Prêmio nos anos iniciais da vida estudantil tem efeito persistente, pelo menos até o 5º ano do Ensino Fundamental” (CARNERO, IRFFI, 2015, p. 29).

Conforme dados da SEDUC, o PAIC foi ampliado para atender os alunos e professores do 6º ao 9º ano em 2015. Conforme SEDUC (2017), a ampliação do programa ocorreu pelos resultados baixos apresentados nesse nível de ensino, apontando para uma descontinuidade das ações e o baixo rendimento dos alunos. É importante ressaltar que o autor assinala que os dados mostram, de um modo geral, que a Educação Básica do estado do Ceará, passou por uma evolução substancial no período analisado -2007 a 2011-“nesse sentido o presente estudo mostra que parte desse quadro de melhorias pode ser creditada à política de incentivo educacional Prêmio Escola Nota Dez” (CARNERO, IRFFI, 2015, p. 29).

Corroborando com essa análise, Xavier (2016) evidencia o crescimento dos indicadores educacionais das EP e EA, a partir da política de responsabilização e do Prêmio Escola Nota Dez. O crescimento mais significativo foi observado nas EP: Apontando para nossa hipótese de que o crescimento mais elevado ocorreria para as EP que recebiam mais recursos e poderiam, já na primeira parcela, utilizar o recurso financeiro para a bonificação, efetuando assim, uma maior motivação junto aos professores (CARNERO e IRFFI, 2015, p. 125).

O grande número de avaliações nas escolas, a divulgação de seus resultados têm sido alvo de críticas, por gerar uma política de *accountability*, ou “responsabilização” onde a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos (BROOKE, 2006, p. 337). Segundo essa política, gestores e professores têm se tornado responsáveis pelos resultados da instituição. Assim, toda a dinâmica de avaliação, premiação, “ranqueamento” e responsabilização correspondem à política do *accountability* criticada por Souza (2013; 2014), Afonso (2014) e debatida por Brooke (2006; 2008), segundos os autores, as escolas e seus atores são responsabilizados pelos resultados obtidos nas avaliações externas. Brooke (2008, p. 94) define a política de responsabilização como “Tentativa de melhorar os resultados das escolas mediante a criação de consequências para a escola ou para professores individuais, sejam elas materiais ou simbólicas, de acordo com o desempenho dos alunos medidos por procedimentos avaliativos estaduais ou municipais” (BROOKE, 2008, p. 94).

Em linhas gerais, a competição e meritocracia ensejadas pelo Prêmio produzem bons resultados, uma “competição administrada” conforme Abrúcio (2006), por tratar-se de um modelo em que o Governo estabelece mecanismos controlados de competição, visando a aumentar o desempenho de órgãos, serviços públicos e entes territoriais, nesta situação, são construídos indicadores para mensuração dos resultados, e geralmente são distribuídos recursos conforme a performance dos participantes. Na política educacional cearense, procura-se, também, criar estímulos para motivar os que têm pior desempenho e criar mecanismos de apoio a estes, incluindo muitas vezes a necessidade de os “melhores” ajudarem os “piores”.

A competição administrada depende, ademais, da transparência quanto às regras e em relação à divulgação dos resultados. Cabe frisar que o sucesso desse instrumento de gestão vincula-se à capacidade de mobilizar os atores governamentais em busca da melhoria contínua e da importância de determinados temas ou Programas.

Em relatório já citado, sobre o regime de Colaboração do Ceará, financiado pelo Instituto Natura, Abrúcio, Segatto e Pereira (2016) ressaltam o modelo de Regime de

Colaboração no Ceará. Para os autores, o modelo da política educacional do estado criou uma lógica que, ao fim e ao cabo, chega à sala de aula. Para eles, qualquer Governo Estadual que quiser melhorar ou reconstruir sua cooperação federativa com os municípios precisa estruturar ações que atinjam a escola, melhorando a atuação dos gestores e professores, e aumentando o aprendizado dos alunos (ABRUCIO; SEGATTO & PEREIRA, 2016, p. 69).

Para os autores, essa combinação de mecanismos de competição administrada e ação colaborativa, como os presentes na distribuição da cota-parte do ICMS vinculada a resultados educacionais e no Prêmio Escola Nota Dez, revelou “que é possível, e desejável, cobrar por metas, torná-las transparentes, premiar os que obtêm melhores resultados e fazer com que estes ajudem os que tiveram pior desempenho” (ibidem,p.68).

Cria-se um círculo virtuoso em prol da busca por resultados, que ao final gera uma nova cultura administrativa de busca de excelência sem ignorar a questão sistêmica da igualdade (ABRÚCIO, SEGATTO e PEREIRA, 2016). Calderón, Raquel & Cabral (2015), ainda destacam que o Prêmio tem um diferencial quanto a práticas meritocracias. Para eles, o Prêmio tem o desafio de aliar estratégias meritocráticas com estratégias de cooperação e colaboração no âmbito escolar, rompendo com a visão amplamente disseminada de que as políticas baseadas na meritocracia propiciam o individualismo, a concorrência e a fragmentação da comunidade escolar.

O diferencial do Prêmio Escola Nota Dez não é só o fato de reconhecer e valorizar o mérito, isto é, o trabalho realizado pelas escolas que atingiram as metas estaduais, mas também – e principalmente – induzir relações de cooperação por meio da transferência de conhecimentos e experiências, entre uma EP e uma escola que não conseguiu bom desempenho nas avaliações estatais (EA).

A política de responsabilização do estado do Ceará vem sofrendo críticas sobre os possíveis impactos desse tipo de política na área da educação. Brooke e Cunha (2011, p.46) ao analisarem a experiência do estado do Ceará, afirmam que:

No caso das políticas de premiação, por outro lado, em que as escolas com melhor desempenho são aquinhoadas com recursos até vultosos, como no caso do Ceará, a mensagem é claramente de competição e de incentivo a todas as escolas para que melhorem seus resultados.

Há uma crença de que investir recursos nas escolas com melhores e mais baixos resultados nas avaliações externas serve de incentivo para a melhoria do desempenho dos alunos. Mas a singularidade no desenho da política de avaliação externa presente no Prêmio escola Nota Dez, validando o pensamento de Calderón, Raquel e Cabral (2014), não é

somente o fato de reconhecer e valorizar as escolas com melhores desempenhos, mas principalmente induzir relações de cooperação por meio de troca de experiências e conhecimento entre escolas com melhores resultados e escolas com menores desempenhos nas avaliações externas.

Numa revisão de literatura sobre o trabalho colaborativo na educação, Damiani (2008) busca discutir e afirmar a importância do desenvolvimento de atividades colaborativas nas escolas, por meio de análise dos resultados de diferentes investigações que enfocaram as atividades colaborativas entre professores e alunos. A autora inicia com o conceito de trabalho colaborativo segundo Parrilla (1996 *apud* ARNAIZ; HERRERO; GARRIDO e DE HARO, 1999), grupos colaborativos são aqueles em que todos os componentes compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses.

É importante destacar que, nos estudos levantados, são utilizados os termos colaboração e cooperação alternadamente ou como sinônimo, para designar trabalho em grupo. Costa (2005 *apud* DAMIANI, 2008, p.214) argumenta que:

Embora tenham o mesmo prefixo (*co*), que significa ação conjunta, os termos se diferenciam porque o verbo cooperar é derivado da palavra *operare* – que, em latim, quer dizer operar, executar, fazer funcionar de acordo com o sistema – enquanto o verbo colaborar é derivado de *laborare* – trabalhar, produzir, desenvolver atividades tendo em vista determinado fim.

Assim, na cooperação, há ajuda mútua, mas pode existir relações hierárquicas, desiguais entre os seus membros e na **colaboração**, por outro lado, ao trabalharem juntos, para Damiani (2008) “os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade pela condução das ações”.

A ação do Prêmio Escola Nota Dez alterna ações de cooperação e colaboração, com normas determinadas pelo Programa que induzem relações de cooperação e ações colaborativas entre os sujeitos das escolas premiada e apoiada. Souza (2006) aponta que premiações na educação podem gerar disputas, porém, autores como Brooke (2008), Calderón, Raquel e Cabral (2014), afirmam que os efeitos do Prêmio no Ceará induzem uma cultura de colaboração entre as escolas.

Torres, Alcântara & Irala (2004 *apud* DAMIANI, 2008) argumentam que a colaboração pode ser entendida como uma filosofia de vida, enquanto que a cooperação seria vista como uma interação projetada para facilitar a realização de um objetivo ou produto final.

Na interação entre os sujeitos participantes de ações de cooperação técnico-pedagógica do Prêmio, os sujeitos da EP fazem intervenções e propõem ações de acordo com a sua prática pedagógica, que conforme resultados do SPAECE, nas escolas investigadas foram bem-sucedidas e podem promover o aumento do desempenho dos alunos da EA.

Nesse sentido, Álvares e Del Rio (1996 *apud* DAMIANI, 2008, p. 215-216) consideram que quem aprende “toma emprestado”, paulatinamente, tais modelos de seus interlocutores mais capacitados, podendo assim chegar a ultrapassar seus limites como no processo de troca de experiência entre os sujeitos das duas escolas que estabelecem parceria, à isso, trazemos. Na conclusão do seu trabalho, Damiani (2008) sugere que o trabalho colaborativo apresenta potencial para auxiliar no enfrentamento dos sérios desafios propostos pela escola atual em nosso país, o desenvolvimento de atividades colegiadas podem criar um ambiente rico em aprendizagens acadêmicas e sociais tanto para estudantes como para professores, assim como proporcionar a estes um maior grau de satisfação profissional. “O trabalho colaborativo possibilita, além disso, o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade - que se foram perdendo ao longo do caminho trilhado por nossa sociedade, extremamente competitiva e individualista” (DAMIANI, 2008, p. 225).

A partir do que foi exposto, podemos pensar que o trabalho colaborativo proposto pelo Prêmio entre gestores e professores das escolas cearenses apresenta potencial para enriquecer práticas pedagógicas e de gestão, conforme Damiani (2008) criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica.

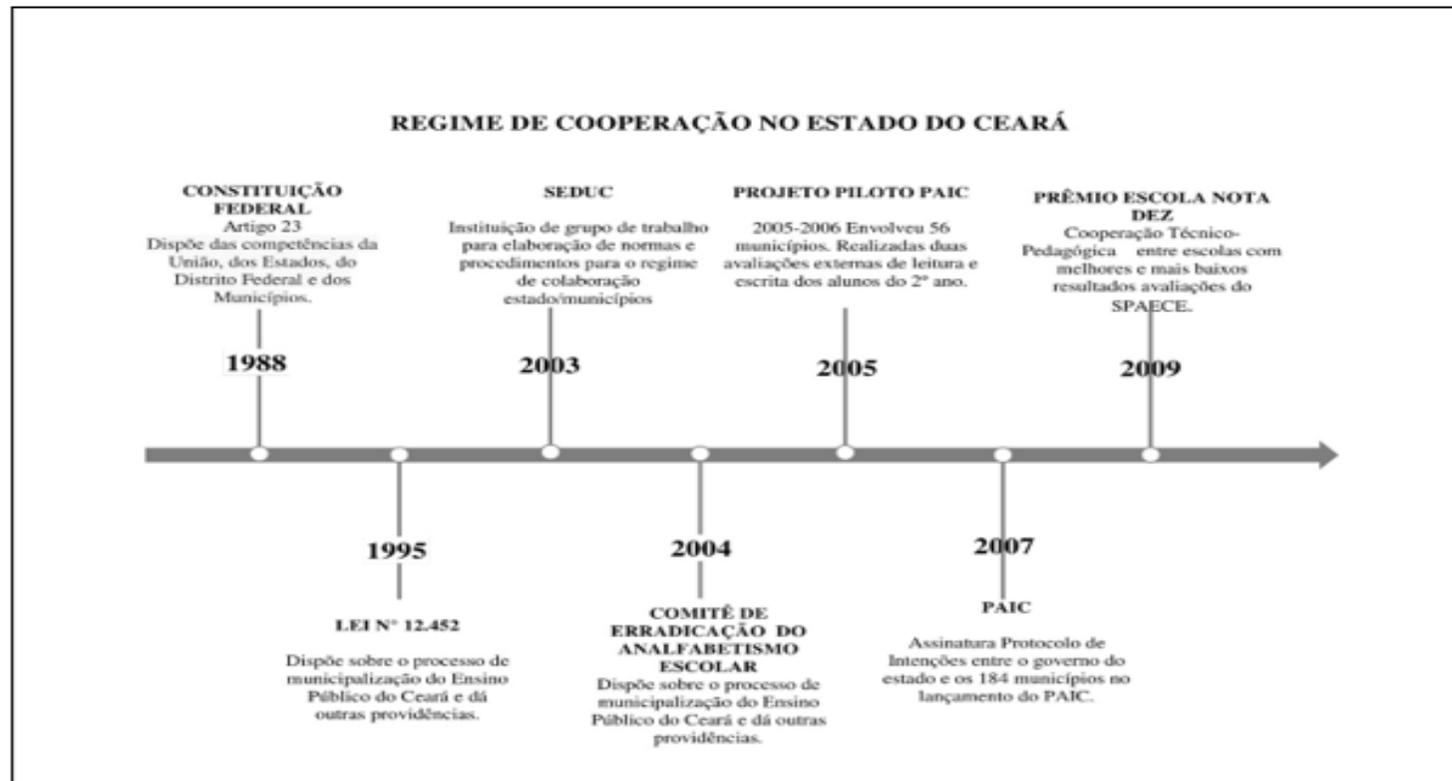
Vieira e Vidal (2013) sobre a cooperação entre escolas, as autoras destacam que “[...] a cooperação entre escolas apresenta-se como um mecanismo de aproximação natural e peculiar ao Ceará”. Para as autoras:

O tempo dirá se os resultados deste processo de colaboração horizontal induzida provocaram os impactos desejados sobre o conjunto da rede escolar. É oportuno registrar, contudo, que, considerando o conhecimento hoje acumulado sobre redes colaborativas, a alternativa encontrada pelo Ceará faz sentido. A ideia de incentivos financeiros para escolas com melhores e piores resultados, porém, esbarra numa questão prática: qual será o espelho para unidades localizadas fora dos extremos e que são a grande maioria? Buscarão chegar ao topo ou, movidas pela inércia, optarão pelo Prêmio de consolação dos piores resultados? Os primeiros estudos sobre tais iniciativas, realizados sob os auspícios da Secretaria de Educação do Ceará, indicam que ainda é cedo para se chegar a conclusões sobre a matéria. A indução em si parece ser positiva, mas as formas de implementação, contudo, podem ser aperfeiçoadas (*ibidem*, p. 1088).

A história do regime de cooperação no estado do Ceará, que combina insumos e cobrança por meio da política de avaliação externa é sem dúvida, um terreno fértil a ser

explorado na busca da melhoria do ensino público. O Ceará apresenta uma longa história no regime de colaboração, que traz singularidades próprias. Na figura 3, apresentamos um pouco da história de colaboração que ganha força com a CF, de 1988 e é consolidada com o PAIC.

Figura 3 - Regime De Colaboração No Estado Do Ceará



Fonte: SEDUC(2012), Vieira (2010) Elaboração Própria

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos elementos da metodologia aplicada na investigação como: a natureza da pesquisa, o campo da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, os procedimentos de produção dos dados e o processo de análise e interpretação dos dados.

A natureza da pesquisa é a qualitativa por esta corresponder a uma abordagem que possibilitou-nos acessar o ambiente natural da pesquisa como fonte direta de dados (MOREIRA, 2002; DENZIN e LINCOLN, 2006). A estratégia metodológica utilizada foi o estudo de caso que, segundo Yin (2001, p. 19), “apresenta questões do tipo como ou por que” e o pesquisador tem “pouco controle sobre os eventos”. Segundo o autor, o método é útil em uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo, em profundidade e, em seu contexto de vida real. Especialmente, quando as fronteiras entre o fenômeno e o ambiente em que estão inseridas são difíceis de precisar. Assim, a escolha por esta estratégia para esta investigação se justifica pelo seu potencial explicativo de um evento que ainda está acontecendo e pela complexidade do objeto de estudo.

3.1 CAMPO DA INVESTIGAÇÃO

Iniciamos a pesquisa realizando, junto à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 10ª CREDE no município de Russas-CE, levantamento de dados sobre as escolas que constituíam a Regional, em total de treze municípios da região do Vale do Jaguaribe. Para a seleção das escolas a serem pesquisadas, elencamos os seguintes critérios:

- I) Escolas que participaram do Programa PAIC, desde o início, em 2005, a partir do projeto piloto;
- II) Escolas que apresentavam uma evolução nos indicadores de alfabetização;
- III) Escolas que apresentavam maior incidência de premiação e consequentemente de parceria de cooperação técnico-pedagógica;
- IV) Escolas que estabeleceram parceria de cooperação, em 2015, em municípios próximos territorialmente.

Logo depois de uma pesquisa exaustiva, chegamos à escola que ocupa o 1º lugar entre os municípios da 10ª CREDE, a qual está localizada no município de Fortim, no litoral leste do Ceará. A instituição de ensino se destacou pelos bons índices educacionais, no SPAECE, e pelas premiações alcançadas em anos alternados, a saber: 2011, 2013 e 2015 e 2017. A escola

apresenta, ainda, evolução nos índices da alfabetização e conseguiu manter-se como Escola Nota Dez até o ano de 2017. Segundo a SEDUC, a escola a ser apoiada pela EP, de Fortim, em 2017, seria do município de Aracati, localizado a 22 km, portanto, tornava a pesquisa viável quanto aos recursos financeiros e humanos.

Buscamos fazer conexões entre o caso estudado e a realidade mais ampla, para compreender a relação de cooperação administrativa, pedagógica e financeira do Prêmio Escola Nota Dez nas escolas do estado do Ceará, complementando a investigação com a leitura dos documentos e dados educacionais das escolas premiada e apoiada, cruzando os dados dos documentos, realizada durante toda a pesquisa e encontram-se neste trabalho: Lei Nº 14.371, de 19 de junho de 2009 (SEDUC, 2012), que regulamenta o Prêmio Escola Nota Dez, o Decreto Nº 29.896 de 2009 de 16 de setembro de 2009 (SEDUC, 2012), que o regulamenta, a Lei Nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017), e o Manual de Orientações do Prêmio Escola Nota Dez - 2017 que inclui normas e procedimentos para premiação e bonificação, além da cooperação técnica e pedagógica das EP e EA.

Quando elaboramos o problema, a pesquisa seria realizada em turmas do 2º ano, base para o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Porém, após a escolha da EP, constatamos que, em 2015, os critérios de escolha da parceria que era entre turmas do 2º ano haviam sido alterados pela Lei Nº 15.923, de 15 de novembro de 2015 (CEARÁ, 2015), a qual estabelece o 5º e o 9º ano na relação de parceria do Prêmio Escola Nota Dez.

Deste modo, o 2º ano passou a não mais ser apoiado, visto que, conforme dados da SEDUC, em 2017, o problema do analfabetismo no 2º ano já havia sido resolvido em 80%, em todo o estado do Ceará. A parceria entre as escolas pesquisadas - premiada e apoiada - ocorreu em 2017, em turmas do 5º ano, concernente aos resultados de 2015.

Para maior compreensão acerca do campo da pesquisa, faremos uma breve apresentação dos municípios em que as escolas estão situadas bem como os seus indicadores de aprendizagem e infraestrutura.

3.1.1 Caracterização dos Municípios e das Escolas Premiada e Apoiada

3.1.1.1 Caracterização do Município de Fortim (Escola Premiada - EP)

A Escola Premiada, a qual será identificada na pesquisa pela sigla EP, está situada no município de Fortim, cidade do Litoral Leste do estado do Ceará, distante 111 km da capital do estado. Possui área de 296 km². Sua população estimada em 2016 era de 16.115

habitantes. A principal atividade econômica reside na pesca industrial, turismo e na agricultura de subsistência.

Na área educacional, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o município possui 11 escolas que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e faz parte da 10ª CREDE. No ano de 2015, a matrícula era assim distribuída: Educação Infantil -583 alunos, Ensino Fundamental - 2.216 alunos.

Devido ao número de matrículas, o município está classificado pela 10ª CREDE como de porte intermediário¹³. Em 2015, o Ideb do município foi 6,0 e a proficiência no SPAECE, do 5º ano, foi 243,9, considerado como padrão de desempenho adequado (SEDUC,2017). O município também é destaque na mídia¹⁴, por manter-se no ranking acima da média e no patamar mais alto da educação do estado desde 2010 quando saiu do nível intermediário para o desejável, conforme padrão do PAIC.

Em pesquisa de campo, durante entrevista com a gerente municipal do MAIS PAIC foi citado a existência do Dossiê da Educação 2016, elaborado pela SEDUC, por meio da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM) que tem por objetivo “demonstrar o cenário da educação municipal relativo ao período de 2007 a 2016, tendo como referência os indicadores educacionais e o Pacto de Cooperação firmado entre os Municípios e o Governo do Estado” (SEDUC, 2016). O documento faz um breve histórico sobre a política educacional MAIS PAIC, que iniciou em 2007, com o objetivo de extinguir o analfabetismo escolar no estado por meio de “ações articuladas em cooperação com os municípios” (SEDUC, 2016). O documento destaca ainda, a parceria com os municípios que vem sendo fundamental para os resultados no Ceará, e a parceria com instituições como UNICEF, APRECE, UNDIME-CE, APDM-CE, SECULT e Fórum de Educação Infantil do Ceará. Tomando como base o Dossiê 2016, apresentaremos os indicadores educacionais dos municípios das escolas premiada e apoiada nos últimos nove anos, ou seja do início do Programa em 2007 até 2015, ano em que a SEDUC tem dados consolidados de todo o estado.

Os indicadores educacionais apresentados são resultados das avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) conforme já exposto, é uma avaliação que acontece anualmente com o intuito de medir a proficiência de todos os estudantes do 2º, 5º e 9º ano. A proficiência é dividida em padrões de desempenho, que são categorias que retratam o nível de aprendizagem do aluno; a partir das avaliações aplicadas.

¹³ A divisão por porte é realizada pela CREDE 10-Russas, conforme população dos municípios.

¹⁴ <http://revistalitoralleste.blogspot.com/2014/05/fortim-e-escola-nota-dez-em-dose-dupla.html>

Na alfabetização, o perfil das crianças pode estar nos níveis: desejável, suficiente, intermediário, alfabetização incompleta e não alfabetizado¹⁵.

Já no 5º e 9º ano, o perfil dos alunos pode estar nos níveis Adequado, Intermediário, Crítico e Muito Crítico¹⁶. A proposta do Mais PAIC é que, a partir do resultado dessa avaliação externa, os gestores escolares, coordenadores pedagógicos e dirigentes municipais avaliem suas práticas, políticas e Programas, também que os professores utilizem o resultado das avaliações para orientar e replanejar a sua prática em sala de aula (SEDUC, 2016). É importante lembrar que os resultados do SPAECE de cada município são responsáveis pela maior parte do repasse do ICMS, sendo o IQE, é o coeficiente aplicado e que indica o valor repassado aos municípios, ou seja, cada município receberá recursos de acordo com o seu desempenho na educação.

3.1.1.1.1 Indicadores Educacionais do Município de Fortim de 2007 a 2015 - Escola Premiada (EP)

Traremos o resultado dos indicadores educacionais apresentados pelos municípios e escolas premiada e apoiada, para efeito de verificação do programa na aprendizagem dos alunos.

Tabela 1- Indicadores SPAECE-ALFA - FORTIM

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
155,8	118,4	185,1	182,4	244,9	181,6	199,4	221,7	236,0

Fonte: SPAECE (2016)

¹⁵ Uma Matriz de Referência é composta por um conjunto de descritores que explicitam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização e o nível de operação mental necessário para a realização de determinadas tarefas. Tais descritores são selecionados para compor a matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de um teste de múltipla escolha, cujos itens implicam a seleção de uma resposta em um conjunto dado de respostas possíveis.

¹⁶ Os Padrões de Desempenho são categorias definidas a partir de cortes numéricos que agrupam os níveis da Escala de Proficiência, com base nas metas educacionais estabelecidas pelo SPAECE. Esses cortes dão origem a quatro Padrões de Desempenho – Muito crítico, Crítico, Intermediário e Adequado –, os quais apresentam o perfil de desempenho dos alunos.

Tabela 2 - Indicadores SPAECE 5º ANO - FORTIM

DISC.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LP	174,5	175,3	176,0	195,3	215,7	218,8	234,6	243,9
MT	174,9	179,1	187,8	217,4	226,6	227,2	248,3	267,1

Fonte: SEDUC (2016)

As avaliações externas nacionais, o Saeb é responsável por avaliar os estudantes no 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, realizada nas escolas e municípios a cada dois anos.

Tabela 3 - Indicadores IDEB Anos Iniciais - FORTIM

2007	2009	2011	2013	2015
4,2	4,3	5,0	5,7	6,0

Fonte: SEDUC (2016)

3.1.1.1.2 O Repasse do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Como já abordado, o Ceará é o único estado do país que adotou em sua legislação de distribuição de ICMS apenas critérios ligados à esfera das políticas sociais públicas.

Ainda sobre o ICMS, Vieira (2010) afirma que o mecanismo pode representar um controle de qualidade que vinha faltando ao estado no regime de colaboração no estado, em relação à transferência de recursos (p.281).

Conforme SEDUC (2016), de tudo que o Estado arrecada com esse imposto, 25% é distribuído com todos os 184 municípios. Dessa porcentagem, o Governo Estadual repassa 75% de acordo com o Valor Adicionado FUNDEF e depois via FUNDEB Fiscal (VAF), que é uma distribuição que depende do ICMS arrecadado. Os outros 25% é a chamada Cota Parte do ICMS, que é distribuída entre os municípios. O critério para distribuição é o Índice de Qualidade (IQ) em áreas estratégicas para o bem-estar da população: Educação, Saúde e Meio Ambiente. Da Cota Parte de 25%, 18% são relativas à Educação (IQE); 05% à Saúde (IQS); 02% ao Meio Ambiente (IQA). O Índice de Qualidade Educacional (IQE) é formado pelos seguintes indicadores:

O Índice de Qualidade Educacional (IQE) é formado pelos seguintes indicadores: 1. Taxa de aprovação nas cinco primeiras séries do Ensino Fundamental; 2. Nota da alfabetização; 3. Evolução da nota da alfabetização; 4. Nota do Ensino Fundamental;

5. Evolução da nota do Ensino Fundamental. As médias dos alunos na Alfabetização e 5º ano são medidas pelo SPAECE (SPAECE, 2016, p.5).

Apresentamos a seguir, os valores do repasse do ICMS referentes aos 18% do IQE recebidos pelo município de Fortim entre 2009 e 2015:

Tabela 4 - Repasse ICMS 2009-2015 - FORTIM

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ICMS	R\$ 1.150.960	R\$ 1.747.670	R\$ 1.702.499	R\$ 2.640.976	R\$ 2.219.512	R\$ 2.944.169	R\$ 3.462.272
IQE	0,096	0,120	0,106	0,147	0,107	0,130	0,148

Fonte: SEDUC (2016)

3.1.1.1.3 O Repasse do Prêmio Escola Nota Dez

O Prêmio Escola Nota Dez faz parte do MAIS PAIC e foi criado com o objetivo de apoiar e incentivar os municípios e as escolas cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita no Ensino Fundamental. O Prêmio funciona como política indutora para as escolas melhorarem seus resultados e política apoiadora às escolas com menores resultados.

O objetivo é oportunizar às escolas contempladas o desenvolvimento de ações de cooperação técnico-pedagógica, visando reverter os déficits de aprendizagem das escolas apoiadas, além de estimular as EP a manter um trabalho de qualidade educacional.

Tabela 5- Valores do Repasse do Prêmio Escola Nota Dez (2008 - 2015) - FORTIM

PREMIADA	APOIADA	TOTAL
R\$ 325.500,00	R\$ 11.500,00	R\$ 337.000,00

Fonte: SEDUC (2016)

3.1.1.1.4 Caracterização da Escola Premiada (EP)

A EP está situada na zona urbana do município e foi fundada como escola de 1º grau (atual Ensino Fundamental), em março de 1980, sob o Decreto Nº 23, de 12 de dezembro de 1979¹⁷.

¹⁷ <http://professoramarialuiza.blogspot.com/2008/05/historico.html>

A EP apresenta resultados acima da média municipal e da projeção do Ideb. Em 2015, o Ideb da escola, assim como do município, foi de 6,0 - resultado acima da meta estabelecida para a escola (de 5,1) e acima da média projetada para 2021 (de 5,9) pelo INEP.

No SPAECE de 2015, a proficiência da escola, no 5º ano, em Matemática, foi de 281,0, o que a levou ao padrão de desempenho adequado (verde-escuro). O 5º ano, em Língua Portuguesa, a proficiência foi de 259,5 - padrão de desempenho considerado adequado (verde-escuro). O Índice de Desempenho Escolar - IDE/SPAECE (estadual) do 5º ano, em 2015, foi de 8,6.

Como mencionamos, anteriormente, a escola estabeleceu parceria com a EA no ano de 2017, a partir dos resultados do SPAECE, do 5º ano, de 2015. A instituição foi Escola Nota Dez, no 2º ano, em 2011, 2013, 2015 e 2017, tendo recebido também o Prêmio Revelação¹⁸, em que a escola apresentou bom desempenho no resultado do SPAECE, esse prêmio foi recebido pela escola nos anos de 2015 e 2017. Em virtude de todos estes destaques alcançados pelo desempenho de seus estudantes, a EP é considerada como escola de excelência.

Apesar de ter, desde 2011, proficiência suficiente para ser premiada, precisa aguardar um interstício de dois anos referente à periodicidade da premiação, conforme rege o artigo 11º, da Lei Nº 15.92306 de junho 2015 (SEDUC, 2017). De acordo com o dispositivo legal, “as escolas premiadas ou apoiadas com contribuição financeira, nos termos da presente Lei, ficam impedidas de concorrerem, no ano subsequente, aos mesmos Prêmios com os quais já foram contempladas”.

Durante o período da pesquisa, a EP atendia a 810 alunos matriculados no Ensino Fundamental I e II (não há alunos do Ensino Médio, que está sob a responsabilidade do Estado), distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite. A instituição contava com um corpo docente formado por: 40 professores efetivos e 19 com contrato temporário.

A sua área física inclui: 20 salas de aula, cantina, sala de professores, biblioteca, secretaria, coordenação, diretoria, quadra de esporte coberta, banheiro adaptado, sala para Atendimento Educacional Especializado, laboratório de informática, pátio, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)¹⁹, sala para rádio escola, sala de reuniões, sala para aula de artes, salas de aula e, ainda, possuía um anexo onde funcionava a Educação Infantil.

¹⁸Prêmio semelhante ao MAISPAIC. Porém, concedido somente a turmas de 5º ano as quais também receberam o Prêmio MAISPAIC.

¹⁹ Espaço físico em que é ofertado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) - serviço de caráter pedagógico oferecido no contraturno da escolarização do aluno com fins de complementação ou suplementação da escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial que, conforme a Política Nacional de Educação

3.1.1.2 Indicadores Educacionais da Escola Premiada (EP) (2012 - 2017)

Os indicadores educacionais apresentados a seguir, são resultantes da avaliação externa do SPAECE, que acontece anualmente nas escolas públicas do estado do Ceará e auxiliam as políticas públicas e organização do trabalho educacional nos municípios e escolas, conforme exposto anteriormente.

Tabela 6- Indicadores SPAECE ALFA - EP

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
266,7	149,8	215,1	197,8	246,6	256,2	275,3

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 7 - Indicadores SPAECE 5º ANO - EP

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
LP	206,7	215,9	226,2	242,9	259,5	254,7	282,2
MT	242,1	227,8	233,4	249,2	281	274,6	295,7

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 8 - Indicadores IDEB 5º ANO - EP

IDEB							
2007	2009	2011	2013	2015	2017		
4,4	4,5	5,3	5,9	6,0	6,9		
METAS PROJETADAS							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Tabela 9 - Repasse do Prêmio Escola Nota Dez - 2015 EP

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) são: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

ANO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO DE COOPERAÇÃO – 2017

Escola	1º PARCELA	PREMIADA	5º ANO	R\$ 106.500,00
---------------	------------	----------	--------	----------------

Tabela 10 - Aprovação, Reprovação E Abandono Escola Premiada (EP) (2007 – 2014)

ANO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2007	84,61	13,67	1,7
2008	84,96	13,78	1,25
2009	93,69	5,18	1,12
2010	94,96	3,89	1,14
2011	97,55	1,95	0,48
2012	97,97	2,02	0
2013	98,51	1,23	0,24
2014	99,15	0,84	0

Fonte: SEDUC (2017)

3.1.2 Caracterização do Município de Aracati - Escola Apoiada (EA)

A Escola Apoiada, a qual será identificada na pesquisa por EA, faz parte da rede pública de Aracati, município que também compõe a 10ª CREDE.

Aracati é um município do estado do Ceará, no Brasil, a 150 km da capital cearense Fortaleza e possui grande extensão territorial com 1.229 km². E população estimada em 73.629 pessoas²⁰. A economia conta com sua base na agricultura, carcinicultura (criação de camarões em cativeiro), comércio local e indústrias.

Na área educacional, conforme Censo Escolar/INEP (BRASIL, 2017), possui 46 escolas municipais cujas matrículas registram-se na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, totalizando em 9.018 alunos. Devido a este número de alunos atendidos, está classificada, na 10ª CREDE, como município de grande porte, juntamente com mais 3 municípios.

O Ideb, de 2015, foi de 5,7 - nos anos iniciais - e, proficiência no SPAECE de 2015, foi de 215,5 - padrão considerado como de desempenho intermediário, como apresentaremos a seguir.

²⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aracati/panorama>

Indicadores educacionais do Município de Aracati 2007 -2015 (Escola Apoiada)

Tabela 11 - Indicadores SPAECE ALFA – ARACATI

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
132,3	127,9	134,7	142,3	170,0	165,8	173,6	184,3	180,3

Fonte: SEDUC (2016)

Tabela 12 - Indicadores SPAECE 5º Ano – Aracati - CE

DISC.	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
LP	158,8	158,1	172,4	182,5	198,1	204,1	210,9	215,5
MT	174,9	179,1	187,8	217,4	226,6	227,2	248,3	267,1

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 13 - Indicadores IDEB Anos Inicias - Aracati- CE

2007	2009	2011	2013	2015
3,8	4,1	4,8	4,8	5,7

Fonte: SEDUC (2017)

Repasso Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Tabela 14- ICMS -2009-2015 - Aracati- CE

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ICMS	R\$ 1.153.275	R\$ 905.044	R\$ 1.474.710	R\$ 1.300.603	R\$ 1.814.424	R\$ 2.041.079	R\$ 2.162.738
IQE	0,096	0,062	0,091	0,072	0,087	0,090	0,092

Fonte: SEDUC (2016)

Repasso do Prêmio Escola Nota Dez

Tabela 15 - Valores Do Repasse Do Prêmio Escola Nota Dez (2009 - 2015) Aracati- CE

PREMIADA	APOIADA	TOTAL
R\$ 564.375,00	R\$ 330.750,00	R\$ 895.125,00

Fonte: SEDUC (2017)

3.1.3 Caracterização da Escola Apoiada (EA)

A EA foi fundada 1999 e está localizada na zona urbana e, numa área de risco. Atende 476 alunos da sede do município- zona urbana, matriculados no Ensino Fundamental I e II, no período da manhã e tarde.

O corpo docente da escola é composto por: 02 professores efetivos e; 21 com contrato temporário. A sua área física possui: 06 salas de aula, cantina, sala de professores, biblioteca, secretaria, quadra de esporte (sem cobertura), banheiro adaptado, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), laboratório de informática e pátio.

A EA foi apoiada, no ano de 2017, a partir dos resultados da avaliação externa do SPAECE de 2015, do 5º ano do Ensino Fundamental, com proficiência 190,5, em Língua Portuguesa - padrão de desempenho intermediário (verde-claro) e, proficiência 189,8, em Matemática - padrão de desempenho crítico (amarelo), sendo que a meta é que o padrão de desempenho atinja o adequado que é a cor verde-escuro. O Índice de Desempenho Escolar - IDE/SPAECE 5º ano (estadual) foi 3,3, considerado como um índice baixo, quando comparado à EP que foi de 8,6, em 2015 e; 9,7, em 2017. O Ideb da escola foi 5,0²¹, em 2015, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Apesar de superar a meta que era de 4,7, há uma orientação para que a escola melhore e supere o Ideb 6,0.

A parceria foi firmada entre as turmas do 5ª do Ensino Fundamental e não entre turmas do 2º ano, como regulamentado no início do Programa, devido aos resultados destas turmas. Segundo dados da SEDUC (2017), 88,20% das crianças do 2º ano encontram-se alfabetizadas, ao término dessa série. Assim, a parceria de cooperação ocorreu entre turmas do 5º ano, por serem consideradas como “muito crítico”, no estado.

3.1.3.1 Indicadores Educacionais da Escola Apoiada (2011-2017)

Tabela 16- Indicadores SPAECE - ALFA - EA

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
136,0	165,8	153,5	179,2	180,0	204,4	185,3

²¹<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb>

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 17- Indicadores SPAECE 5º ANO - EA

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
LP	166,0	202,5	178,8	201,3	190,5	208,4	225,2
MT	174,6	198,0	179,4	209,3	189,8	208,4	233,1

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 18 - Indicadores IDEB 5º ANO - EA

IDEB					
2007	2009	2011	2013	2015	2017
3,6	-	3,8	3,7	5,0	5,6

METAS PROJETADAS							
2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
-	3,8	4,1	4,5	4,7	5,0	5,3	5,5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Tabela 19 - Repasse Do Prêmio Escola Nota Dez (2015) - EA

ANO DE EXECUÇÃO DA AÇÃO DE COOPERAÇÃO (2017)				
Escola	1º PARCELA	APOIADA	5º ANO	R\$
				16.500,00

Fonte: SEDUC (2017)

Tabela 20 - Aprovação, Reprovação E Abandono Escola Apoiada (2007 - 2014)

ANO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2007	87,89	8,28	3,82
2008	91,84	6,52	1,63
2009	91,87	7,5	0,62
2010	89,89	9,57	0,53
2011	91,44	5,34	3,2
2012	95,08	3,82	1,09
2013	94,75	2,62	2,62
2014	96,21	3,36	0,42

Fonte: SEDUC (2017)

3.1.3.2 Infraestrutura das Escolas Premiada e Apoiada

O Inep (2017) destaca a importância da infraestrutura para o processo de aprendizagem dos alunos, portanto, aplicamos um questionário da infraestrutura das escolas (Apêndice) em cada uma das escolas investigadas. O conceito de infraestrutura escolar de acordo com o site Escolas Exponenciais, que discute assuntos sobre gestão escolar, compreende desde itens básicos, como fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas com mobiliários adequados e de boa qualidade, banheiros e cozinha, pátios, parques e brinquedoteca. Espaços de apoio didáticos como bibliotecas, laboratórios, quadras, entre outros espaços para organização do funcionamento escolar, como salas de professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc. Passando também por equipamentos e materiais didático-pedagógicos, como computadores com acesso à internet e demais insumos tecnológicos²². A garantia do padrão de qualidade da educação é princípio constitucional da educação nacional, previsto no artigo 206º, inciso VII, da CF. Foi replicada no artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação instituído pela Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001(BRASIL, 2001).

Conforme apresentamos anteriormente, o Ensino Fundamental está sob a responsabilidade dos municípios, que, muitas vezes, não têm recursos financeiros para financiar uma Educação Básica de qualidade, dependendo do repasse do FUNDEB, que não pode ser investido em infraestrutura, exposto no artigo 23º, incisos I, pois não são consideradas como manutenção e desenvolvimento da Educação Básica. Desse modo, as precárias condições das escolas públicas brasileiras são apresentadas no Censo Escolar de 2017, e estudos têm mostrado que a infraestrutura impacta no desempenho dos alunos nas avaliações externas, como verificamos no estudo de Soares, Razo e Fariñas (2006) que incluem a infraestrutura escolar como fator importante para explicar os baixos resultados da educação na área rural.

O ambiente escolar também é um dos fatores para a permanência dos alunos na escola e para garantir uma educação de qualidade, conforme documentos oficiais, acima expostos. O Inep (2010) destaca a importância da infraestrutura nas escolas como fundamental no processo de aprendizagem.

²² <https://escolasexponenciais.com.br/qual-a-influencia-da-infraestrutura-escolar-no-aprendizado>

É recomendável que uma escola mantenha padrões de infraestrutura necessários para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, oferecendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola (BRASIL, 2010, 43).

Conforme Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2010), a abrangência dos padrões de infraestrutura física seria, de acordo com o PNE, quanto à:

a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação; d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar. e) mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos; f) adequação às características das crianças especiais (FNDE, 2010)

Em 2006, o FNDE publicou no âmbito do Programa FUNDESCOLA o guia de Consulta Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola: Ensino Fundamental, ambiente físico escolar, com o objetivo de “oferecer, aos gestores educacionais, subsídios para a elevação de suas escolas ao padrão mínimo de funcionamento”.

Em 2008, foram iniciados os estudos para construção de um Sistema Informatizado para o Levantamento da Situação Escolar – LSE a ser preenchido por todas as instituições públicas do país que ofertem a Educação Básica que servem de referência para um conjunto de regras capazes de gerar o índice Padrão Mínimo de Funcionamento Escolar – PMFE, estabelecidas pelo MEC e FNDE, especificamente para a primeira versão do LSE.

Conforme documento LSE, o Índice PMFE é calculado, a partir do cruzamento de 15 indicadores sintéticos, (Quadro 2) conformados por 369 variáveis, detalhadas nos itens a seguir:

Quadro 2 - Indicadores e Variáveis que formam os PMFE

INDICADOR	ÁREA	ESPECIFICAÇÃO DO INDICADOR	QUANTIDADE DE VARIÁVEIS
I	Cadastro da Escola	Serviços oferecidos	42
II	Características do Prédio	Infraestrutura Básica	21
III		Acessibilidade	15
IV		Avaliação do Prédio	16
V		Entorno da Escola	19
VI		Utilização	36

VII	Características Físicas dos Ambientes	Condições dos Elementos da Edificação	8
VIII		Aspectos Gerais	13
IX		Componentes Construtivos	11
X		Acessibilidade	4
XI	Material Didático	Da escola	43
XII		Atividades práticas	41
XIII		Aluno com cegueira	3
XIV	Equipamento	Em geral	59
XV	Mobiliário	Em geral	38
TOTAL		15	369

Fonte: Documento técnico do LSE (BRASIL,2010a, p. 10)

Conforme já evidenciamos, na busca de responder ao objetivo da nossa pesquisa, utilizamos um Questionário da Infraestrutura das escolas premiada e apoiada para caracterização do ambiente físico, que foi preenchido *in loco*, durante visita de campo às escolas.

É necessário explicar que, por conta da dificuldade em termos acesso ao LSE e a esclarecimentos sobre a pontuação do PMFE, na presente pesquisa, só foi possível pontuar as escolas parcialmente, visto que o questionário aplicado nas escolas não contemplou todos os 15 indicadores do PMFE e suas 369 variáveis. Mas foi suficiente para verificarmos a qualidade do espaço ofertado, pois foram observados 130 itens no roteiro de observação da infraestrutura das escolas apoiada e premiada, distribuído em 6 itens a saber: 1. Caracterização da escola, 2. Quadro de Informações disponíveis para a Comunidade, 3. Infraestrutura Física e Serviços, 4. Equipamentos Pedagógicos, 5. Serviços Públicos, 6. Aspectos gerais, somados todos os aspectos, dariam um total de 189 pontos.

O resultado da infraestrutura das escolas, quanto à caracterização, mostra que a EP tem mais anos de existência e maior número de salas existentes e ocupadas, uma diferença de 71,43% na quantidade de salas, e 41,23% na quantidade de alunos em relação à EA. Outro dado que nos chama atenção, é o fato de serem escolas situadas em centro urbano, porém os sujeitos tanto da EP, quanto da EA, falaram sobre a localização da EA, ser em área de risco e interferir na aprendizagem dos alunos. A EP possui 59 professores, dos quais 52,50% são funcionários permanentes efetivados no município, diferente da EA, que conta com 23 professores, dos quais 90,48% possui contrato temporário. Esse grande número de professores temporários gera uma rotatividade, que de algum modo, prejudica a aprendizagem dos alunos. Arroyo & Abramowicz (2009 *apud* AZEVEDO, 2012) descrevem que a rotatividade docente

prejudica a organização pedagógica da Instituição, no que diz respeito à organização do horário de aulas, da hora atividade por disciplina, agendamento de reuniões entre outras atividades. Corroborando com o pensamento dos autores, de acordo com o estudo de Duarte (2009, p. 10):

Outro dos problemas recorrentemente apontados como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado é a elevada rotatividade de professores ao longo de um mesmo período letivo. As descontinuidades geradas nessas trocas e a natural demora na adaptação na relação professor-aluno implicam num prejuízo do processo de ensino-aprendizagem dificultando a formação de capital humano dos alunos.

A rotatividade gera uma descontinuidade de ações que implicam na dificuldade de aprendizagem dos alunos.

No item 2 do questionário, sobre as informações disponíveis para a comunidade, tanto a EP quanto a EA, não possuíam quadros informativos, com dados dos indicadores educacionais da escola, em desacordo com os princípios da gestão democrática, que considera importante a participação da comunidade escolar e local para melhor o convívio e solidariedade social. O gestor escolar precisa criar uma cultura para que toda comunidade escolar se conscientize da importância na participação das tomadas de decisões e dos resultados da escola.

A infraestrutura física e serviços das escolas, contida no item 3, revelam que a EP, apesar de não contemplar todos os aspectos contidos no questionário, oferece uma infraestrutura melhor do a EA, com mais salas disponíveis para direção, coordenação e sala de reuniões. Conforme já mencionado, a infraestrutura influencia no resultado dos alunos, pois interfere não somente no cognitivo, mas também na socialização dos alunos. Quanto aos equipamentos pedagógicos, a EP disponibiliza de mais recursos, com uma diferença expressiva na oferta de material pedagógico em relação à EA. Os materiais pedagógicos são de fundamental importância no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno e como forma de aproximar o aluno do conteúdo ministrado, facilitando a aprendizagem (SOUZA, 2007). Os serviços públicos ofertados nas escolas são fatores importantes nos padrões mínimos para funcionamento das instituições, e as escolas premiada e apoiada oferecem basicamente os mesmos serviços, bem como uso do uniforme, utilização das bibliotecas.

Com base nas informações obtidas neste estudo, com o objetivo de identificar a realidade das escolas Premiada e Apoiada pelo Prêmio Escola Nota Dez, de acordo com os PMFE, constatamos que a EA possui infraestrutura que se diferencia da EA, com mais

ambientes educativos, mas não podemos generalizar que há mais qualidade no ensino ofertado pelo fato da EA não apresentar ambiente e infraestrutura similar à EP.

Consideramos necessário desenvolver mais pesquisas que aprofundem sobre os padrões mínimos para funcionamento das escolas, pois pode representar um grande avanço na qualidade do ensino. Com base nos dados obtidos, consideramos que deve ser dada maior importância à infraestrutura das escolas pelo poder público e pelos próprios gestores e professores, porque o ambiente escolar e a infraestrutura são indicadores de qualidade da educação e interferem no desempenho dos alunos.

3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram 8 profissionais da educação, dos respectivos municípios em que as escolas estão situadas. A saber:

- 1 diretor de cada escola;
- 1 coordenador de cada escola;
- 1 professor do 5º ano de cada escola;
- 1 gerente municipal do PAIC de cada município.

Os sujeitos fazem parte da rede de ensino municipal como efetivos e outros com contrato temporário. Foram escolhidos para a pesquisa por atuarem, diretamente, com o objeto do estudo: o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - proposto pela política do Prêmio Escola Nota Dez como ação a ser desenvolvida por duas escolas - premiada e apoiada - como critério de liberação da bonificação.

Quadro 3 - Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

SUJEITO	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	TEMPO NO CARGO OU FUNÇÃO
Diretora EP	Licenciatura em áreas específicas - EF, UECE	-	26 anos professora 7 anos Secretária de Educação 2 anos Gestora Escolar
Coordenadora EP	Pedagogia	Educação Infantil	21 anos como professora (na EP há 19 anos)
Gerente EP	Pedagogia Licenciatura em áreas específicas - EF, UECE	Coordenação Escolar	20 anos (como professora); 8 anos (como gerente municipal)
Professora EP	Pedagogia	-	13 anos como professora contratada na EP

Diretora EA	Pedagogia	Educação Infantil	17 anos como professora do município
Coordenadora EA	Pedagogia	Gestão Escolar	30 anos como professora do município
Gerente EA	Letras	Gestão Escolar	20 anos como professora do município
Professora EA	Pedagogia	Psicopedagogia	20 anos como professora do município

Fonte: Dados coletados durante as entrevistas

3.2.1 Sujeitos da Escola Premiada (EP)

3.2.1.1 Diretora

A diretora da EP é licenciada em áreas específicas de 1º ao 9º ano e especialização em Gestão Escolar. É servidora efetiva do município há 26 anos, atuando como professora, Secretária de Educação (durante 7 anos) e, atualmente, como diretora. Possui 9 anos de experiência com o PAIC, desde quando atuava no município como Secretária de Educação.

3.2.1.2 Coordenadora Pedagógica

A coordenadora pedagógica possui formação em Pedagogia e especialização em Educação Infantil. É professora do município há 21 anos, dos quais 19 anos foram prestados na EP. A sua experiência com o PAIC tem o mesmo tempo de criação do Programa: há 11 anos.

3.2.1.3 Professora

A professora possui formação em Pedagogia e especialização em Educação Infantil. É contratada pelo município há 13 anos. Atualmente, atua como professora do 5º ano, do Ensino Fundamental. Destaca o fato de ter sido aluna da EP, durante toda a sua jornada como estudante, fato que mencionou com orgulho. A sua experiência com o PAIC é de 7 anos.

3.2.1.4 Gerente Municipal do PAIC

Para operacionalizar o regime de colaboração nos municípios, foi necessário um arranjo organizacional, na SEDUC, como a criação da Coordenadoria de Cooperação com os

Municípios (Copem), 20 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e os Núcleos Regionais de Cooperação com os Municípios (NRCOMs).

Todas estas instâncias possuem equipes de apoio para o desenvolvimento do Programa no município. A equipe é liderada por um gerente municipal e obedecem a uma divisão similar à Copem: três ou mais pessoas (a depender do tamanho do município e da estrutura da SME) que se dividem na execução das ações dos eixos do Programa. Os municípios da pesquisa possuem 1 gerente municipal.

Das atribuições do gerente municipal, conforme SEDUC (2012, p.74)²³, destacamos:

- Coordenar, conjuntamente com sua equipe de trabalho, as ações do PAIC no município;
- Manter interlocução com o secretário municipal da educação e o prefeito municipal para viabilizar a implementação das ações do Programa no município;
- Estabelecer interlocução com a Secretaria da Educação - SEDUC e a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE, diretores, coordenadores, professores, famílias e comunidade local;
- Coordenar o processo de construção, execução e avaliação do Plano de Trabalho Anual - PTA do PAIC;
- Coordenar a execução das metas acordadas no âmbito do PAIC e definidas no PTA do município, promovendo para isto, todos os encaminhamentos e articulações necessárias à sua realização;
- Acompanhar e monitorar a distribuição dos materiais do PAIC no município, bem como, o processo de prestação de contas junto à SEDUC;
- Coordenar os processos de formação pertinentes ao PAIC realizados no município;
- Enviar sistematicamente para CREDE, as informações acerca das ações do PAIC realizadas no município;
- Observar o cumprimento dos prazos estabelecidos para o desenvolvimento das ações do PAIC;
- Viabilizar a infraestrutura necessária para realização das avaliações externas junto à Secretaria Municipal da Educação - SME;
- Coordenar o processo de disseminação e análise dos resultados das avaliações do PAIC;
- Refletir, analisar, promover discussões e propor soluções para as dificuldades identificadas no município, em conjunto com seu grupo de trabalho.

Assim, podemos compreender que o papel coordenador e articulador do gerente municipal do PAIC é fundamental, pois é o elemento de ligação entre a SEDUC, municípios e escolas. A gerente municipal da EP possui licenciatura em áreas específicas de 1º ao 9º ano e especialização em Coordenação Escolar. É servidora efetiva do município há 20 anos. Durante este período, atuou como professora e, desde 2009, ocupa a função de gerente municipal, totalizando, assim, 9 anos de experiência com o PAIC.

²³<http://www.PAIC.seduc.ce.gov.br/index.php/o-PAIC/eixos-do-Programa/eixo-de-gestao/130-gerentes-do-PAIC-atribuicoes-e-perfis>

3.2.2 Sujeitos da Escola Apoiada (EA)

3.2.2.1 Diretora

A diretora da EA possui licenciatura em Pedagogia e especialização em Educação Infantil. É professora efetiva do município há 17 anos e, atualmente, está como diretora. Possui 4 anos de experiência com o PAIC.

3.2.2.2. Coordenadora Pedagógica

A coordenadora pedagógica possui formação em Pedagogia e especialização em Gestão Escolar. É servidora efetiva do município há 30 anos, período que exerceu a função de professora, diretora e, atualmente, está como coordenadora pedagógica. Possui 11 anos de experiência com o PAIC.

3.2.2.3 Professora

A professora possui Pedagogia e especialização em Psicopedagogia. É servidora contratada pelo município há 6 anos. Atuou como professora do 5º ano do Ensino Fundamental e, desde 2018, leciona em turmas do 4º ano e no Ensino Fundamental II. Possui 6 anos de experiência com o PAIC.

3.2.2.4 Gerente Municipal do PAIC

A gerente municipal da EA possui formação em Letras. Tem especialização em Gestão Escola. Possui 19 anos de experiência como professora e atua como gerente municipal do PAIC há 1 ano e meio.

3.3 PROCESSO DE PRODUÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados teve início em 2016, quando passamos a pesquisar: documentos sobre as reformas educacionais ocorridas no estado do Ceará; relatórios, Leis e Decretos de criação do PAIC e do Prêmio Escola Nota Dez, Dossiê da Educação produzido pela SEDUC sobre os indicadores educacionais de cada município.

Durante este processo, encontramos diversos materiais disponíveis em: sites da SEDUC, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); no portal do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) que disponibiliza informações sobre o SPAECE e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os procedimentos de operacionalização para produção de informações da pesquisa foram:

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica e Análise Documental

Com o propósito de responder à pergunta: “Como o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro, foi estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais de Aracati que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez? A primeira etapa da investigação consistiu numa busca, em bancos de dados e periódicos, sobre o regime de colaboração e o Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará. Neste processo, encontramos produções científicas sobre o PAIC, sobre a avaliação externa e o sistema de premiação.

O segundo procedimento metodológico foi a análise de documentos que regem o PAIC e o Prêmio Escola Nota Dez e seus suportes legais, Leis e Decretos, Relatórios oficiais, protocolos, o que nos proporcionou uma maior apropriação da lógica e funcionamento do Programa, assim como fundamentação para análise dos dados empíricos obtidos nesta investigação. Encontramos no site da SEDUC, diversos documentos sobre a criação do PAIC e sobre o Prêmio, e encontramos uma diversidade de material produzido pelo Ceará, que fundamenta desde a ideia inicial do Programa, toda a sistematização da política educacional, configurando um arranjo organizacional e com indicadores positivos desde a implementação, em 2007.

Apesar de ser qualitativa, a pesquisa também traz dados quantitativos na busca de oferecer uma visão conjunta das evidências e, ainda, para contextualizar o estudo. Assim, apoiados em Yin (2001, p. 126), utilizamos diversas fontes, na pesquisa, a fim de identificarmos, explorarmos, compreendermos a relação entre as escolas. Para o autor:

Qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se baseada em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa (YIN, 2001, p. 126).

Na busca por dados, participamos também da Formação de Aplicação dos Recursos do Prêmio Escola Nota Dez, realizada na 10ª CREDE, em Russas- CE, onde recolhemos indicadores sobre as escolas e informações sobre o Prêmio Escola Nota Dez, além de documentos necessários à pesquisa como o Manual de Orientações para Elaboração, Execução e Prestação de Contas do Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.

3.3.2 Pesquisa de Campo

Como técnica na SME de Aracati, realizávamos visitas periódicas nas escolas públicas municipais, para observar as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores.

Durante esta experiência, aprendemos que é no “chão” da escola que as políticas acontecem. Ou seja, o produto final não se alcança sem os atores principais e, é dentro das escolas que eles estão. Assim como no estudo de caso, também consideramos importante realizar visitas às escolas nos dois municípios investigados, fazer observações diretas nestas instituições, perceber o que não foi mencionado sobre a política educacional nos documentos oficiais e nas entrevistas, conhecer as ações pedagógicas e a infraestrutura, o que nos possibilitou ter acesso a elementos importantes para a pesquisa.

3.3.3 Diário De Campo

O diário de campo foi utilizado como apoio à pesquisa, com registro das observações realizadas durante as visitas nas escolas do contato com os sujeitos da nossa investigação. O procedimento também nos auxiliou nos registros de conversas, relatos e situações informais como, por exemplo, o primeiro contato com as escolas. A escolha do recurso apoia-se na proposta de Minayo (1993, p. 100), em que o diário de campo é utilizado anteriormente às entrevistas formais.

Conforme já mencionado, a escrita do projeto não se constituiu um processo simples, pois por meio dele construíram-se novos saberes, algumas vezes complementando-os ou sobrepondo-os, desse modo, o diário de campo ainda auxiliou na auto formação da pesquisadora, empregado como um espaço para retratar e pensar sobre experiências pessoais referentes a vivência de ser pesquisadora. Barbosa & Hess (2010) enfatizam que o diário tem a potencialidade de formar “um aprendiz mais reflexivo e menos alienado de si e da sociedade

no qual se encontra” (BARBOSA & HESS, 2010, p. 25). Além do qual, oportuniza ao escrevente, à medida que escreve, a compreensão do processo de pesquisa. Para os autores o diário promove: “formação para a pesquisa; para a escrita e, principalmente, formação de si como autor de sua atuação no social da vida cotidiana” (BARBOSA & HESS, 2010, p. 15). Ressaltamos que a proposta desse exercício de escrita pessoal, é que se torne, gradativamente pública.

Realizamos duas visitas na EP e três visitas na EA em caráter de observação, registramos no diário de campo os aspectos que nos chamaram atenção e que iam de encontro aos objetivos traçados para a investigação. Os registros nos serviram para a complementação no processo de coleta de dados e corresponde a um espaço em que constam não apenas notas de campo, mas também, o que vimos e ouvimos.

3.3.4 Questionário

O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Utilizamos um questionário²⁴ (Apêndice II) para avaliarmos a infraestrutura das duas escolas. Neste protocolo continham perguntas sobre as condições gerais da escola como: infraestrutura, serviços, quadro de funcionários, biblioteca escolar, computadores, equipamentos pedagógicos e serviços públicos.

3.3.5 Entrevistas semiestruturadas

Escolhemos a técnica de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos (roteiros nos Apêndices III, IV, V e VI): por se tratar de uma técnica flexível, cumprir um papel estratégico na previsão de erros, antecipando enfoques, hipóteses e outras orientações úteis para as reais circunstâncias da investigação, de acordo com as demandas da pesquisa, apontando a importância da interação e por favorecer uma aproximação entre pesquisador e sujeito pesquisado. Sobre a entrevista, Szymanski (2004, p. 12) afirma que:

²⁴ Questionário elaborado pela equipe da Professora Eloísa Vidal (Universidade Estadual do Ceará - UECE), ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado [...]. A intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra.

Para Triviños (1987, p. 152), a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações”. Destacamos que o contato inicial com os sujeitos colaboradores da pesquisa foi muito espontâneo. No momento em que me identifiquei como pesquisadora, expliquei os objetivos da pesquisa e, ainda na ocasião, os participantes da pesquisa foram informados do sigilo das informações e, posterior a isso, assinaram o “Termo de Esclarecimento e Consentimento” (anexo VII). O documento solicitava o consentimento dos sujeitos colaboradores da investigação para que suas falas fossem gravadas em áudio e, e em seguida, transcritas para análise.

Sobre o conteúdo das entrevistas, ressaltamos não seriam divulgadas na íntegra, mas, que seriam apenas utilizadas nesta dissertação e tratadas de forma ética, sem a identificação dos sujeitos, a fim de garanti-los o anonimato e a privacidade.

Entre os meses de março a maio de 2018, realizamos 1 entrevista com cada sujeito, totalizando em 8 e um total de 503 minutos de áudio. Para isto, elaboramos 4 roteiros de entrevistas, conforme cargo/função exercido pelo participante, a saber: 1 roteiro para o diretor (apêndice 1); 1 roteiro para o coordenador (apêndice 2); 1 roteiro para o professor (apêndice 3) e; 1 roteiro para a gerente municipal do PAIC (Apêndice 4) com o objetivo de verificarmos como o regime de colaboração, proposto pelo Prêmio Escola Nota Dez - enquanto política de avaliação externa – se efetivou nas práticas administrativas, pedagógicas e financeiras das escolas das redes públicas municipais. O documento continha itens relativos: às ações desenvolvidas pelos sujeitos para a legitimação do regime de cooperação; às dificuldades e formas de enfrentamento decorrentes da experiência do regime de colaboração e; os impactos gestados por este processo. Para conseguirmos aplicar a entrevista com os sujeitos selecionados, precisamos retornar às escolas mais de 1 vez, visto os horários dos colaboradores da pesquisa serem diversificados.

Após transcrição das entrevistas e início da análise, observamos que a pesquisa estava muito ampla e não respondia à pergunta inicial sobre a cooperação técnico-pedagógica entre as duas escolas beneficiárias do Prêmio, assim, foi necessário formular novas perguntas e elaborar um novo roteiro de entrevistas (apêndice). Os sujeitos colaboradores da pesquisa

foram comunicados da necessidade de participarem de uma nova entrevista, executadas em julho de 2018 e mais tempo foi necessário para a transcrição das falas dos sujeitos e novas categorias de análise foram produzidas. O tempo de gravação de todos os sujeitos nessa segunda entrevista foi de 336 minutos, somado ao total da primeira entrevista que foi de 503 minutos temos um total de 839 minutos de gravações.

3.4 PROCESSO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados obtidos por meio de entrevistas, documentos e questionários, foram analisados com base em alguns aspectos da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) e Franco (2012), sem, portanto, tomarmos como única técnica para análise dos dados e sem perdermos o rigor da pesquisa. Na pesquisa, utilizamos mecanismos elaborados por nós mesmos, usando a criatividade e a experiência de observadores, para responderas questões propostas na pesquisa. A proposta dos autores nos auxiliou na análise das falas dos sujeitos colaboradores de nossa pesquisa. De acordo com Bardin (2011, p. 47), a Análise de Conteúdo:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Conforme o autor, a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de mensagens ou indicadores que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. As etapas da técnica segundo Bardin (1977 *apud* FRANCO, 2012, p. 53-54), são organizadas em três fases: “pró-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação”. Na pró-análise selecionamos o material que seria analisado, organizado. Para torná-lo operacional, vivenciamos quatro etapas, Bardin (1977 *apud* FRANCO, 2012, p. 53-54) a fim de sistematizarmos as ideias iniciais. A saber:

- 1ª etapa: leitura flutuante, que consistiu no primeiro contato com os documentos oficiais, Leis, Decretos, Manuais de Orientação do Prêmio Escola Nota Dez, textos;
- 2ª etapa: momento de escolha dos documentos e definição do que seria analisado;
- 3ª etapa: elaboração dos objetivos;
- 4ª etapa: elaboração de indicadores para chegar à interpretação do material coletado.

Na segunda fase, de exploração do material, ocorreu a construção das operações de codificação. Quando realizamos: os recortes dos textos e as convertemos em unidades de registros; a definição de regras de contagem e; a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas (BARDIN, 2011).

Na terceira fase ocorreu o tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação. Esta etapa consistiu em captarmos os conteúdos explícitos e implícitos contidos em todo o material coletado, como os documentos, dados educacionais das escolas e municípios da pesquisa e entrevistas (BARDIN, 2011).

Sintetizando, o método nos permitiu analisar o material obtido, a partir das falas dos sujeitos registradas nas entrevistas e dos apontamentos feitos em Diário de Campo. A teoria nos fundamentou para a etapa empírica que foi a investigação propriamente dita e produção dos dados, a partir das entrevistas. Por fim, as categorias de análise construídas nos viabilizaram uma compreensão acerca das relações investigadas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme anunciamos nos dados obtidos foram tratados à luz do procedimento de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (2011) e Franco (2012). Para Franco (2012, p. 21), a mensagem pode ser “verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

A investigação teve como objeto da pesquisa a cooperação técnico-pedagógica a qual foi induzida pela política educacional do estado do Ceará. Desse modo, durante a pesquisa, extraímos os dados por meio de encontros presenciais com os sujeitos; observações *in loco* - às quais foram registradas no diário de campo; questionário da infraestrutura; relatórios de visitas das escolas; e plano de aplicação de recursos, sempre com perspicácia para não fazermos interpretações sem o devido rigor necessário à pesquisa científica.

Empregamos as fases da proposta de Bardin (2011) desde a organização dos documentos, objetivos, indicadores - que compõem a fase da pré-análise até a exploração do material. Para a análise dos gráficos, utilizamos a taxa de variação percentual que corresponde a quanto à variação absoluta representa em relação a um dos valores (GARCIA, VALENTE & BARBO, 2016). Por fim, realizamos o tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação.

Vejamos a fórmula:

1. Subtrair um valor (B) ao outro (A);
2. Dividir o resultado por um dos valores (normalmente pelo valor A);
3. Multiplicar por 100 e acrescentar o símbolo “%”; 4. Arredondar (opcional).

$$\text{Variação relativa} = \frac{\text{(Valor B - Valor A)}}{\text{Valor A}} \times 100$$

Após a leitura criteriosa dos documentos relativos ao Prêmio Escola Nota Dez, os dados obtidos foram agrupados em quatro categorias, conforme o procedimento de Análise de Conteúdo, de Bardin (2011).

Assim, as categorias elaboradas foram as seguintes:

- Categoria I - O regime de cooperação técnico-pedagógica entre as duas escolas: concepções dos sujeitos acerca desta experiência;
- Categoria II - Ações de cooperação administrativa, pedagógica e financeira desenvolvidas por duas escolas beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará;
- Categoria III - Dificuldades e formas de enfrentamento vivenciadas durante um regime de cooperação estabelecido entre as duas escolas beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará;
- Categoria IV- Impactos gestados por um regime de colaboração estabelecido entre duas escolas beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará.

Na primeira categoria, apresentamos o discurso dos sujeitos sobre como perceberam a experiência do regime de cooperação proposto pelo Prêmio Escola Nota Dez como requisito para recebimento da 2ª parcela do Prêmio. Na segunda categoria, expomos as ações de cooperação - administrativa, pedagógica e financeira - estabelecidas pelas duas escolas, conforme a perspectiva de cada sujeito participante da pesquisa. Na terceira categoria, abordamos as dificuldades decorrentes do regime de cooperação assim como as formas de enfrentamento elaboradas pelos sujeitos. Na quarta categoria, verificamos os impactos resultantes do regime de cooperação para: as duas escolas; os sujeitos colaboradores da pesquisa e; a aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental matriculados nas instituições investigadas.

4.1 CATEGORIA I - O REGIME DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA ENTRE AS DUAS ESCOLAS: CONCEPÇÕES DOS SUJEITOS ACERCA DESTA EXPERIÊNCIA

Conforme mencionamos, a ação de cooperação entre as escolas beneficiárias do Prêmio corresponde a uma etapa indispensável para o recebimento da 2ª parcela²⁵. Assim, nesta categoria, apresentamos as concepções dos sujeitos colaboradores da pesquisa acerca da experiência vivida de colaboração.

²⁵ Conforme disposto na Lei Nº 14.371, de junho de 2009 (SEDUC,2012) - que cria o Prêmio Escola Nota Dez e; na Lei Nº 15.923, de dezembro de 2015 (SEDUC,2017) - que altera os critérios de premiação; no Manual de Orientações Prêmio Escola Nota Dez de 2017 e; no plano de Aplicação dos Recursos Financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.

Ao ser interrogada acerca do que o regime de cooperação representou para ela, Djacira, diretora da EP, respondeu que considera positiva a ação, visto que, se a sua escola realiza um bom trabalho, a experiência tem potencial para ajudar a outras escolas que apresentam um índice baixo. Esta ideia pode ser constatada neste trecho de sua fala:

Eu acho muito positivo. A premiação vem como investimento para a escola em material que vai colaborar com a aprendizagem desse aluno. Eu concordo com essa política do Prêmio de não premiar a escola no total deixando sempre um dever de casa a ser feito: ter que apoiar outra escola que está com o índice baixo. O trabalho que deu certo na minha escola está dando certo na escola apoiada.

Com pensamento semelhante, Daiana, diretora da EP, acredita que a parceria constitui uma forma de estimular sua escola a desenvolver práticas pedagógicas eficientes e que promovam a aprendizagem dos alunos. Ainda, acrescenta que o recurso cedido pela SEDUC auxilia na compra de material necessário à escola, como assim podemos observar na sua fala:

É uma questão muito voltada a incentivar a escola. Eu acho que serve muito como motivação. Quem não sonha com uma escola no nível dez? Então, eu acho que é um investimento que vale à pena. A premiação ajuda muito: na questão do material - que se usa na escola - que é comprado; na estrutura que, às vezes, você precisa e só aquele rapasse que a gente recebe do Governo Federal não é suficiente.

Ao ser questionada, Gliciane - gerente municipal do PAIC da EP também ressalta o efeito positivo da ação de cooperação atrelada ao recurso financeiro. Porém, afirma que pode tornar-se uma “vitrine” ao expor as fragilidades dos municípios que não desenvolvem o Programa conforme é pré-estabelecido, o que tende a prejudicar as escolas. Para a gerente:

A ação tem um viés muito positivo. A visita ao município apoiado, eu vejo que é uma “faca de dois gumes”²⁶, o nosso apoio é meramente pedagógico, se a escola de lá não faz, não tem apoio para fazer, se o município de lá não faz, não dá apoio para escola fazer, aí ele atrapalha, ele perde o recebimento da segunda parcela da escola que foi apoiada. A ação é bem-vinda, só que tem todo um processo no meio do caminho, entaves.

Ainda para Gabriela, o regime de cooperação poderia ser melhor elaborado, tendo em vista compreender a vinculação do referido regime ao recurso financeiro. Ou seja, o regime funciona como uma obrigação a ser cumprida para, assim, “alimentar” o sistema. Em seu discurso, expõe:

²⁶ Expressão popular para caracterizar uma situação que, em dadas circunstâncias, traz boas estimativas. Em outras, pode ser prejudicial.

É como se fosse uma imposição, uma obrigação. Antes, poderia ser feito assim: trabalho de conscientização. Isso ajudaria mais no processo educacional. Que não fosse visto somente por uma obrigação de uma com a outra ((escola)) para alimentar o sistema. Para receber. Fosse visto como uma forma de cooperação, de ajudar porque nós somos o território. Nós somos o PAIC. O estado do Ceará ficou no terceiro lugar no Ideb Nacional não foi por acaso. É porque nós trabalhamos em rede. Eu acho que houve essa questão da importância de se trabalhar em rede independente de se receber segunda parcela. Eu acho que poderia ser melhor esse regime de cooperação.

Assim como Djacira - diretora da EP, Cristina - coordenadora pedagógica da EP - percebe o regime de cooperação como positivo, mesmo que esteja vinculado ao recebimento da 2ª parcela. A coordenadora destaca que o recurso restante não é tão expressivo. Mesmo assim, a ação de cooperação traz muitos benefícios para a sua escola. Este pensamento está evidenciado nesta fala da coordenadora:

Eu acho que é um incentivo. A gente faz também. Nem tanto a intenção de dinheiro porque é só 25% que fica para a gente receber depois. Mas, a nossa vontade é que aquela escola cresça. Veio para ajudar a escola a melhorar o índice de aprendizagem e, com isso, beneficiou muito. Muito mesmo.

Como podemos constatar a seguir, Catarina - coordenadora pedagógica da EA - compartilha do mesmo pensamento:

Vi que não é em relação a essa verba que vem *pra* dar um bom resultado porque, quando a gente faz um bom trabalho, busca mesmo, o nosso aluno para ele aprender. Claro! Utilizamos também o recurso para ter material. Com atividades diversas para que tudo venha a acontecer. Essa cooperação é de suma importância. Nessa cooperação que veio nos dar mais credibilidade.

Priscila - professora da EP - expõe que não participou da cooperação para receber o recurso, mesmo que a verba auxilie na compra de material. Porém, estabelecer a parceria teve como o objetivo principal: a aprendizagem dos alunos do 5º ano da EP, como podemos observar na sua fala:

A gente vê esse resultado nos alunos. Não vejo a parte de números. Eu vejo a aprendizagem deles, quando eles são avaliados. Eu não vejo muito a parte do dinheiro. É importante! Mas, eu vejo mais a aprendizagem mesmo dos alunos.

Patrícia -a professora da EA - tem um pensamento semelhante ao de Priscila - professora da EP.

Não deixa de ser importante. Não queria que fosse trabalhado só por conta de uma verba. É importante para o material didático, pois não deixa de ser um investimento para a educação. Acredito que os recursos financeiros são importantes.

Todavia, a docente apresenta um certo descontentamento em virtude do seu trabalho ter sido avaliado somente pelo resultado da avaliação do SPAECE, a qual ocorre em um dia específico. Para Patrícia, a avaliação - que é pontual - desconsidera todo o processo do regime de cooperação, seu esforço e a realidade dos alunos. Vejamos o que a professora comenta:

Acho mais importante a cooperação. Ser apoiada é um incentivo. Agora, a partir de um resultado é muito injusto. Você mede toda uma escola, sua turma apenas por uma nota. Uma nota é o ponto final e não vê todo o processo. Acredito que os recursos financeiros são importantes. Mas, acho mais importante a cooperação que passamos até chegar naquele momento. O professor, em sala de aula, sabe todo o processo pelo qual ele ((o aluno)) passou. Mas, a avaliação não. Só vai avaliar aquele momento.

De um modo geral, podemos perceber que os sujeitos da EP consideram a regra que vincula o recebimento da 2ª parcela da premiação/bonificação a ações em regime de cooperação entre as duas escolas como positiva para: as ações da escola; aquisição de recursos materiais e a aprendizagem dos alunos. Porém, Gliciane - gerente municipal do PAIC da EP - faz ressalvas quanto às visitas à EA, visto que a leva a expor as fragilidades do Programa, quando não executado corretamente no município apoiado. A gerente considera a etapa de visitas como uma “faca de dois gumes” por induzir o sujeito a expor falhas do município como, no seu caso, a falta de apoio da SME da EP. Na sua concepção, esse aspecto atrapalha o recebimento da segunda parcela e, por isso, denomina-o de “entraves” ao regime de cooperação do Prêmio.

No caso de Gabriela - gerente municipal do PAIC da EA - a experiência de colaboração é percebida como uma “imposição, obrigação”. A gerente comenta que o Programa do estado do Ceará trabalha em rede e, como tal, deveria existir a cooperação sem a associação ao recebimento da 2ª parcela, visto que estado e município compartilham informações sobre o Ensino Fundamental. Sobre isso, Vieira (2007) afirma que “a melhoria da escola pública requer um entendimento de tal natureza e a concepção de uma rede única de ensino” (VIEIRA, 2007, p. 51).

Daiana e Catarina - diretora e coordenadora da EA, respectivamente - concordam que o regime de colaboração é um incentivo para as escolas, uma motivação para elevar os indicadores educacionais dos alunos, pois o recurso - proveniente da 2ª parcela - beneficia a compra de mais materiais didáticos, contribui para a melhoria da infraestrutura e, ainda, bonificações profissionais da escola. Daiana, também considera essa ação como um “peso muito grande”, pois se não cumprir com o “seu dever” pode prejudicar a outra escola e não é do seu desejo “atrapalhar a outra escola”.

Sem desconsiderar a importância dos recursos para a compra de material para a realização de atividades diversificadas, Priscila - professora da EP - considera que, durante sua participação na parceria, não visava premiação. Ao contrário disto, pensava na aprendizagem dos alunos da EA. Entendemos que a docente compreende a importância do recurso e da cooperação. Todavia, considera como mais importante a experiência de cooperação que, a seu ver, é um incentivo. Apesar de julgar os recursos como importantes, destaca que, o regime de cooperação técnico-pedagógico, não “fosse só por conta de uma verba” e faz uma crítica em relação à avaliação do SPAECE em virtude medir a aprendizagem dos alunos apenas por “uma nota, somente um dia”. Na sua visão, a avaliação desconsidera todo o processo educacional que tem por trás da nota.

Aqui, consideramos importante destacar dois pontos. O primeiro é relacionado ao recurso financeiro subordinado ao regime de cooperação entre as duas escolas. Apesar de ter sido considerado importante para a execução das atividades pedagógicas, técnicas e administrativas da escola, os sujeitos participantes da pesquisa não expressaram demasiada importância ao recurso financeiro que é ratificado, conforme destacado na seguinte fala de Cristina - coordenadora pedagógica da EP: “Eu acho que é um incentivo, a gente faz também nem tanto a intenção de dinheiro, porque é só 25% que fica para a gente receber depois”. Esta ideia também está presente na fala de Priscila - professora da EP. O segundo ponto, é a avaliação do SPAECE, exame que ocorre num dia específico do ano letivo. A partir dos resultados alcançados pelos alunos nesta avaliação, a instituição é classificada desconsiderando, assim, todo o esforço dos sujeitos durante o processo, suas dificuldades e formas de superação - tanto dos professores quanto dos alunos e pais.

Em relação à associação linear dos testes à qualidade do ensino, Souza (2014) critica e faz a seguinte colocação: “Iniciativas dessa natureza revelam a crença dos formuladores das políticas educacionais de que os testes têm se constituído em meio promissor da melhoria da qualidade do ensino” (SOUZA, 2014, p. 410). A autora ainda questiona se as avaliações em larga escala têm propiciado a melhoria da qualidade da educação, visto que para ela, o que ocorre, muitas vezes, é a responsabilização dos professores pelo resultado sobrecarregando-os.

Contrário à Souza, Brooke (2006) considera que a avaliação do desempenho do aluno pode tornar-se parte de um sistema de responsabilização. Porém, visa estimular a melhoria da aprendizagem mediante a divulgação dos resultados da escola corroborando com o que expõe as premissas do Programa de que a avaliação não é um fim em si mesmo, mas um meio, para a melhoria da qualidade da educação.

Concordamos com a visão de Brooke (2006) por considerarmos que a avaliação tem potencial para constituir-se como uma ferramenta poderosa para a melhoria da aprendizagem, à medida que os resultados são exaustivamente analisados pelos docentes e gestores e, a partir disso, são estabelecidas metas para superação das dificuldades de aprendizagem reveladas pelo exame.

Sobre os recursos financeiros do Prêmio, consideramos necessário apresentarmos o Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros de cada escola. Ambas escolas elaboraram o referido Plano em conformidade com exigência expressa no artigo 9º, da Lei Nº 15.923, 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017) e no artigo 5º, do Decreto Nº 32.079, 09 de novembro de 2016 (SEDUC, 2017) do Prêmio Escola Nota Dez. O Prêmio visa a manutenção ou elevação dos bons resultados e a melhoria da aprendizagem dos alunos, os quais são comprovados através do IDE-5²⁷.

Com base nas análises realizadas acerca da aplicação dos recursos financeiros oriundos do Prêmio pela EP e pela EA, aferimos que ambas escolas aplicaram as verbas obedecendo aos critérios contidos no Manual de Aplicação dos Recursos do Prêmio. Entre os itens contidos, aparece nos planos das duas escolas: aplicação de seis visitas de cooperação técnico-pedagógica; aquisição de equipamentos, material de expediente, material didático-pedagógico, material esportivo e livros; taxas bancárias e; coleções para a biblioteca.

A EP diverge um pouco da EA ao incluir no seu plano: recursos financeiros; serviço de manutenção técnica; material de recreação; reforma-reparos; material de copa e cozinha e; bonificação de profissionais. Vale salientar que os recursos da premiação podem ser aplicados até 20% em bonificação para profissionais envolvidos para a melhoria dos indicadores educacionais. E, no plano da EP, consta que 20% dos recursos foram utilizados para bonificar os profissionais que contribuíram - direta ou indiretamente - para a elevação dos índices educacionais. A EA incluiu em seu plano a compra de mobiliário para guardar os recursos didáticos adquiridos, conforme podemos verificar na tabela, a seguir:

Tabela 21 - Plano De Aplicação Dos Recursos Financeiros - (Escolas Premiada E Apoiada)

Cooperação	%	Cooperação	%
------------	---	------------	---

²⁷Juntamente com outras instituições de ensino, as escolas premiada e apoiada participaram de uma formação sobre a prestação de contas do Prêmio, em Russas (CE), especificamente, na CREDE 10 - regional responsável pelas escolas do Vale do Jaguaribe. No momento, estávamos presentes realizando a pesquisa de campo e acompanhamos as explicações sobre o preenchimento dos relatórios financeiros, abertura de conta e outros assuntos financeiros. Com isso, percebemos a burocracia para liberação do recurso, para execução e prestação de contas do mesmo.

Ação Proposta	Técnico- Pedagógica Escola Premiada Valor (R\$)		Técnico- Pedagógica Escola Apoiada Valor (R\$)	
Seis visitas de cooperação técnico-pedagógica	600,00	0,56	1.200,00	7,27
Aquisição de equipamentos	21.022,50	19,74	5.884,50	35,66
Material de expediente	5.227,70	4,91	3.073,00	18,62
Material Didático-pedagógico	5.494,00	5,16	1.693,50	10,26
Serviço de Manutenção técnica	2.720,00	2,55	-	
Material de Recreação	4.578,90	4,3	-	
Reforma-Reparos	32.660,00	30,67	-	
Taxas bancárias	600,00	0,56	600,00	3,64
Material de copa e cozinha	3.750,00	3,52	-	
Bonificação de profissionais	21.300,00	20	-	
Material Esportivo	5.007,30	4,70	1.530,00	9,27
Livros e coleções para a biblioteca	3.567,50	3,35	2.219,00	13,45
Mobiliário			300,00	1,82
Valor total (R\$)	106.500,00		16.500,00	15,40

Fonte: SEDUC (2017)

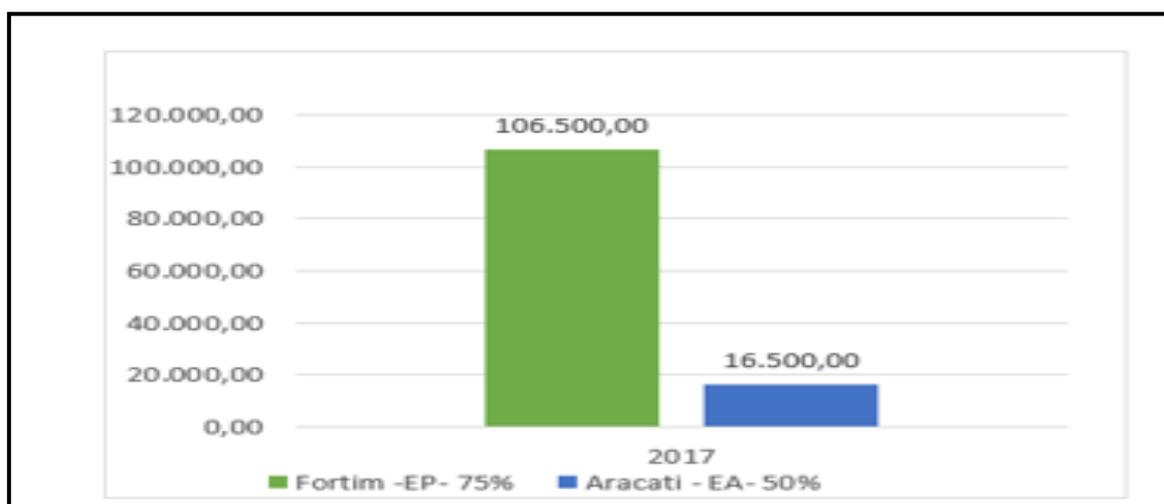
A tabela 21 revela que o Plano de Aplicação dos Recursos da EP recebeu mais recursos a serem investidos na infraestrutura e nos recursos pedagógicos, o que contribuiu para a escola estar de acordo com os padrões mínimos²⁸. A pesquisa de Xavier (2016, p. 125) enfatiza que:

As análises realizadas aqui evidenciam que as escolas do grupo experimental (premiadas e apoiadas) e grupo de controle (pareadas não premiadas e pareadas não apoiadas) cresceram a partir da política de responsabilização e o Prêmio “Escola Nota Dez”. Contudo, o crescimento mais significativo ocorreu nas escolas premiadas pelo SPAECE-Alfa, apontando para nossa hipótese de que o crescimento mais elevado ocorreria para as escolas premiadas que recebiam mais recursos e poderiam, já na primeira parcela, utilizar o recurso financeiro para a bonificação, efetuando assim, uma maior motivação junto aos professores.

²⁸Princípio constitucional da educação nacional previsto no artigo 206º, inciso VII, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A premissa foi replicada no artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9.394 (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001) a qual também ratifica a importância da infraestrutura das escolas como fundamental no processo de aprendizagem (BRASIL, 2010).

Os gráficos abaixo ratificam a conclusão de Xavier (2016) ao evidenciarem que a EP recebe repasse elevado do Prêmio e, do mesmo modo, apresenta índices educacionais igualmente elevados. No mesmo gráfico, podemos observar a utilização pelas escolas da 1ª parcela dos recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.

Gráfico 1 - Recursos Financeiros - 1ª Parcela (Escola Premiada e Apoiada)



Fonte: SEDUC (2017)

Conforme podemos observar no gráfico, referente à utilização da 1ª parcela do Prêmio, 75% do total dos recursos foram repassados à EP, o que foi superior aos recursos do total EA (84,51%). Isso nos leva a discordar da afirmação de Xavier (2016) que defende que os recursos recebidos pela EP, por serem mais elevados, poderiam interferir positivamente no resultado das EP.

Daiana, diretora da EA - instituição que recebeu apenas 15,49% do valor total da EP -, relatou que a escola necessitava dos recursos financeiros e materiais. Porém, dada a burocracia e demora para a liberação dos recursos e devido à licitação ter ocorrido antes da liberação do recurso - o que está de acordo com orientação e exigência da SEDUC -, não foi possível utilizar o valor total. Isto porque, quando os recursos financeiros foram liberados, os

preços já estavam acima do valor licitado impedindo a compra de alguns materiais de expediente e mobiliário. Esta colocação de Daiana pode ser verificada nos trechos, a seguir:

O projeto de uso do dinheiro. Por exemplo, o projeto foi feito no começo do ano. Coloquei que eu queria tanto uma caixa de resma. E, naquela época, a resma era R\$ 180,00. Já faz algum tempo e, aí, o preço aumentou. Então, do jeito que 'tá' lá, no projeto, você tem que fazer. Mas, o preço não era mais o mesmo. Tiveram outras coisas que o preço era outro. Aí, eu não comprei. O recurso está na conta (Daiana, Diretora EA)

Tem muita coisa que eu não comprei como: livros de literatura. Como o preço ficou diferente, eu não comprei. E, isso atrapalha. Se a gente teve acompanhamento do Fortim, eu acredito que a gente era para ter também alguém responsável da CREDE para estar mais junto com a gente, sempre vindo aqui para saber se a gente está precisando de alguma coisa, se a gente 'tá' com alguma dúvida, que a gente está com alguma dificuldade. Tivemos um encontro na CREDE apenas para: dizer o que é que vai ser cobrado na prestação de conta; quais são os documentos. Eu acho que, se tivesse, realmente, essa pessoa, aqui, sempre, pelo menos, uma vez no mês, para se reunir com os diretores (Daiana, Diretora EA).

Ratificamos o exposto com a fala da referida diretora: “Tem muita coisa que eu não comprei como: livros de literatura. Como o preço ficou diferente, eu não comprei. E, isso atrapalha”. Assim, compreendemos que o fato se torna mais grave, uma vez que o recurso da EA é significativamente menor que o recurso da EP. Em percentuais, esta diferença corresponde a 84.51% menor do que o valor da EP.

O questionário sobre a infraestrutura mostra que a EA, de fato, precisava de mais recursos a serem investidos. Além disso, a pesquisa de Xavier (2016, p.125) aponta para o crescimento significativo das EPs evidenciando nossa hipótese de que o crescimento mais elevado ocorreria para as EP que recebiam mais recursos.

A falta de acompanhamento e orientação acerca dos recursos financeiros liberados pelo Programa, nos leva a acreditar que tais fatos, atrapalharam o processo de compra de materiais para a EA. Além disso, a burocracia para solicitar o novo gasto foi outro fator negativo, visto que não compensaria o esforço.

Quando questionada sobre o que ocorreria com o recurso, Daiana - respondeu que “Vai voltar para o Governo. Fazer o quê?”. Entendemos que este fato impacta substancialmente no resultado final da relação de cooperação técnico-pedagógica do Prêmio Escola Nota Dez, pois muito material pedagógico e mobiliário poderia ter sido comprado para favorecerem a aprendizagem dos alunos.

Sendo assim, inferimos que as exigências financeiras e burocráticas influenciaram negativamente o regime de cooperação administrativo, técnico e pedagógico do Prêmio e da relação analisada por este estudo.

4.2 CATEGORIA II - AÇÕES DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA, PEDAGÓGICA E FINANCEIRA DESENVOLVIDAS POR DUAS ESCOLAS BENEFICIADAS PELO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO ESTADO DO CEARÁ

Conforme dito anteriormente, a cooperação entre as escolas constitui uma ação indispensável para o recebimento da 2ª parcela. Este critério é mencionado nas pesquisas de Abrúcio, Segatto & Pereira (2016) e Calderón, Raquel e Cabral (2015), as quais analisam o Prêmio como política indutora da melhoria dos resultados das escolas públicas do Ceará. As referidas pesquisas apontam que a relação de cooperação entre as escolas induz a troca de experiências e de conhecimentos entre as escolas numa cooperação entre pares.

Apesar de buscarem atingir as metas educacionais estaduais, esse não é o ponto mais importante do regime de cooperação. Na realidade, a ação tem como objetivo principal a troca de experiências técnicas e pedagógicas entre a EP e EA (CALDERÓN, RAQUEL E CABRAL, 2015).

Diante disso, as visitas de ação de cooperação técnico-pedagógica devem ser comprovadas por meio do preenchimento de relatórios de visitas. Este requisito é exigido no Decreto Nº 29.896 de 16 de setembro de 2009, assim como no Manual de Orientações do Prêmio.

Destacamos que os relatórios de visitas da EP foram enviados *online* à COPEM, conforme estabelecido nos documentos, anteriormente apresentados, com objetivo de melhoria da qualidade educacional e desempenho dos alunos - escopo expresso no Manual de Orientações do Prêmio Escola Nota Dez (SEDUC, 2017).

A tabela, a seguir, comprova que o regime de cooperação foi estabelecido entre as duas escolas em 2017, conforme os examinamos nos três relatórios de visitas da EP.

Quadro 4 - Relatório de Visitas de Ações de Cooperação Técnico-Pedagógica

	DATA DA 1ª VISITA 28/08/2017	DATA DA 2ª VISITA 22/09/2017	DATA DA 3ª VISITA 22/11/2017	DATA DA 3ª VISITA 27/11/2017
	- Conhecer e fortalecer laços	- Conhecer a turma, através da	- Fortalecer os laços sociais com	- Mobilizar os pais sobre a

OBJETIVOS	de convivência com a EA com o intuito de colher dados informativos e relacionados à situação pedagógica, auxiliando e aprendendo mutuamente; - Conhecer a escola, a gestão, as professoras e os alunos do 5º ano.	dinâmica de integração; - Detectar o nível de aprendizagem dos alunos quanto aos descritores, através da avaliação diagnóstica; - Desenvolver atitudes de interação, colaboração e troca de experiências em grupo.	as turmas envolvidas na dinâmica; - Detectar o nível de aprendizagem dos alunos quanto aos descritores, através da avaliação diagnóstica; - Trabalhar os descritores consolidados e não consolidados.	importância do SPAECE quanto à participação de 100% de assiduidade.
------------------	--	--	---	---

Fonte: SEDUC (2017)

Conforme exposto, dentre as ações realizadas na relação de parceria entre as duas escolas, elencamos:

- Visitas às escolas para reconhecimento do espaço físico, pedagógico e seus profissionais;
- Diagnósticos de Língua Portuguesa e Matemática nas 3 turmas do 5º ano da EA;
- Elaboração coletiva do plano de ação “De Mãos Dadas” aplicado na EA;
- Planejamento coletivo com coordenadores e professoras de ambas escolas;
- Apoio técnico-pedagógico da EP à EA;
- Grupo de *WhatsApp* entre os sujeitos das duas escolas;
- Reunião de pais na EA.

Conforme observamos no relatório de visitas da EP e na fala dos participantes da investigação, a primeira visita da EP à EA teve como objetivo principal conhecer a EA e os seus dados informativos assim como perceber a situação pedagógica e o nível de desenvolvimento dos alunos do 5º ano. Para alcançar estas metas, representantes da SME dos municípios de Fortim e de Aracati, o Grupo Gestor da EP e da EA e professores do 5º ano de ambos municípios conversaram informalmente para elaboração do plano de ações a ser desenvolvido pelas referidas instituições.

Além disso, a visita teve como objetivo conhecer todo o ambiente da EA. Na oportunidade, os profissionais da EP constataram que as salas de aula não se caracterizavam como um ambiente alfabetizador e que os professores do 5º ano não desenvolviam um

trabalho coletivo. Na realidade, a prática pedagógica era de caráter individualizado. Com relação à localização da escola, os profissionais da EP observaram que a instituição estava situada em uma zona de risco com rivalidade territorial.

Acerca das ações de cooperação, na fala de Djacira - diretora da EP -, podemos constatar o seguinte:

Primeiro, nós sentamos para *conversar, conhecer* os índices da escola. Depois, a gente partiu para a estrutura física da escola. Nós fomos conhecer a escola como um todo e, nessa primeira visita/Depois, a gente faz uma análise e vai conversar com a gestão vendo um todo, a escola como um todo.

Na primeira visita, ainda houve observação do espaço físico e pedagógico da escola para que, posteriormente, as profissionais pudessem elaborar um Plano de Ações Pedagógicas a fim de que as dificuldades constatadas fossem superadas e, com isso, os índices educacionais da EA atingissem maiores níveis.

Após a primeira visita, conforme verificamos na tabela anterior, a EP propõe, em seu relatório, a junção da turma do 5º ano (que está localizada num prédio anexo distante a 500 metros da EA).

Outra sugestão dada pela EP foi acerca do planejamento coletivo realizado pelas professoras do 5º ano. Na opinião das profissionais da EP, constituía como uma necessidade uma maior interação e trocas de experiências mais eficientes entre as docentes do 5º ano. Além disso, sugeriram que a rotina pedagógica fosse modificada para que houvesse mais dinamização em sala de aula e fosse adotado o uso de jogos pedagógicos.

Priscila, quando questionada sobre as ações desenvolvidas pelas professoras da escola apoiada, durante o regime de cooperação, a professora da EP respondeu: “Na verdade ela observou. De início, ela não ficou em sala. Só veio no segundo momento, quando eu fui novamente”.

No caso da diretora e da coordenadora da EA, quando instigadas a falarem sobre as dificuldades do regime de cooperação técnico-pedagógico, as profissionais mencionaram a dificuldade que vivenciaram, em 2017, para trazerem a professora de uma das três turmas do 5º ano que funcionava em um prédio anexo. Relatos do mesmo problema podem ser observados na fala de outros sujeitos colaboradores da pesquisa. Vejamos:

Tinha um anexo. Isso é muito complicado porque, quando uma sala funciona fora da sua escola, aí, você perde o domínio. E, sem contar que, lá, também tinha uma divisão (Djacira - Diretora da EP).

A professora da escola anexa *ela* não tinha a mesma visão que nós tínhamos. Ela tentava mostrar que essa avaliação não tinha tanta importância. A coordenadora de lá também não demonstrava tanta importância para essa questão da escola apoiada, dos resultados. Até falavam para os pais que o apoio não era importante. E, isso atrapalha porque desvalorizava o trabalho que a gente vinha fazendo (Daiana - Diretora EA).

Um pouco de dificuldade/assim/foi nas duas escolas. Só essa do anexo. A professora me recebeu bem. Mas, a diretora não nos recebeu muito bem. Acho que a dificuldade é mais essa. A falta de compartilhar que não vi muito porque eu queria ter visto era as três salas em um lugar só. Mesmo que não tivesse. Mas, tivesse essa parceria que eu não vi (Priscila - Professora EP).

Tinha um anexo que era em outro espaço. A questão também do próprio planejamento da escola. Não eram planejamentos juntos. Por mais que buscasse. Mas, era sempre a escola mãe. Era uma realidade e a escola anexo era outra realidade (Gabriela - Gerente EA).

A postura não cooperativa expressa na fala dos sujeitos colaboradores da pesquisa contrapõe a proposta do regime de cooperação do Prêmio e da proposta de Damiani (2008, p. 218) que discute a importância do desenvolvimento de atividades colaborativas nas escolas por meio de decisões compartilhadas, das quais todos são responsáveis pela “qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses”.

Na segunda visita à escola apoiada, além dos sujeitos da EP, realizarem avaliação diagnóstica - para conhecer o nível de aprendizagem dos alunos -, as profissionais também propuseram o desenvolvimento de atitudes de integração, colaboração e troca de experiência em grupo para fortalecimento do princípio de cooperação ensejado pelo Prêmio.

Durante a pesquisa, observamos que as ações dos sujeitos colaboradores da EP demonstraram respeito para com os alunos que não tinham conhecimento sobre o trabalho que estava sendo realizado, pois identificaram-se para os alunos e iniciaram a aula com uma dinâmica de acolhimento.

Ainda na segunda visita à EA, foi realizada uma avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa junto aos alunos do 5º ano das três turmas existentes na escola para identificação do nível de aprendizagem dos referidos discentes.

A participação nas atividades e atenção dos alunos foram aspectos colocados no relatório como destaque e ponto positivo. Além disso, constam no relatório sugestões de planejamento educacional focado na aprendizagem dos alunos; de reforço individual para os alunos; e realização de uma reunião de pais e mestres. Com isto, inferimos que, quando ocorria a visita entre as escolas, eram os sujeitos da EP que executavam as ações.

Durante relato, Cristina - a coordenadora da EP - fez a seguinte declaração: “Eu fiz o papel de professora, eu ajudei as professoras do jeito que pude”. Ainda, afirmou que:

Fizemos vários jogos didáticos, atividades, simulados para ver se o nível tinha melhorado porquê, no início, a gente fez uma avaliação diagnóstica. Eles tinham dificuldade de alguns descritores que são trabalhados no SPAECE. E, então, pegamos esses descritores e fizemos vários simulados em cima das dificuldades para ver se os alunos melhoravam. Elas as (professoras da EP) vinham para cá sem ser a visita. E, a gente planejava junto.

Priscila - professora da EP -, declarou que:

A minha ação foi levar para a sala de aula. Da mesma forma que eu dou aula na minha escola. E, trabalhar levando um plano de aula e aplicando lá, na outra escola, levando também atividades que *é* trabalhada na minha escola para ser aplicado lá.

Patrícia, a professora da EA, durante sua fala, ratificou que os sujeitos da EP eram responsáveis pelas as ações de parceria entre as duas escolas. Sobre isto, disse:

Fiz muito simulado. Trabalhei com eles as questões da prova. A gente ia para lá. Assistia às aulas delas. Elas vinham para cá também e elas aplicavam/O que dava certo lá, elas aplicavam, aqui, com eles. *Tinha* momentos que a gente observava *elas* e também participava. Mas, elas tomavam a frente.

No momento em que estavam reunidos, os sujeitos da EA observavam as práticas educacionais dos sujeitos da EP, as quais foram inseridas no cotidiano dos professores da EA. A partir da observação, os docentes da EA passaram a planejar coletivamente e a elaborar ações conforme as experiências sugeridas pelos sujeitos da EP. A análise referente às ações de cooperação poderá ser observada adiante, ainda neste capítulo, na categoria IV.

A terceira visita buscou fortalecer o vínculo das professoras da EP com os respectivos alunos das turmas do 5º ano da EA, e ainda, detectar o nível de aprendizagem dos alunos quanto aos descritores. Como ação interventiva, foi realizada uma avaliação diagnóstica. Dessa vez, contemplando os conteúdos de Matemática, tendo em vista que, na segunda visita, havia sido realizado o diagnóstico de Língua Portuguesa. Com isto, buscou-se detectar quais descritores estavam consolidados e quais não permaneciam necessitando de intervenção pedagógica.

Como sugestão, as profissionais da EP propuseram maior interação dos alunos com jogos pedagógicos e aulas mais dinâmicas. Como destaque, fizeram menção à receptividade que tiveram da EA, o que, para as professoras da EP foi uma forma de expressão de carinho e entusiasmo.

Conforme havia sido sugerido na segunda visita, a quarta visita teve como objetivo a mobilização dos pais sobre a importância do SPAECE e da assiduidade dos alunos em 100%.

Para tanto, em meados de outubro/novembro de 2017, foi realizada reunião com os pais da EA para que fosse apresentado aos pais e/ou responsáveis: o regime de cooperação estabelecido pelo Prêmio; os índices da escola e, ainda; a importância do SPAECE enquanto avaliação externa para melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica. Na ocasião, houve a participação da gerente municipal do PAIC da EP falando sobre: a importância da interação da EP com a EA - objetivo maior da ação de cooperação técnico-pedagógica; a importância do envolvimento dos pais na aprendizagem dos alunos e; a prova do SPAECE.

Um ponto que observamos ter sido comum em todas as visitas foi a receptividade da EA com a EP. Ratificamos que, conforme estabelece o Manual de Orientações do Prêmio - expresso no Plano de Aplicação de Recursos da EP -, deveriam ter ocorrido seis visitas por cada escola. Todavia, conforme os sujeitos, o tempo não foi suficiente para que fossem executadas ordinariamente, sendo realizada apenas 3 delas.

Quando questionados sobre o que baseou essas ações, as justificativas foram diversas:

Orientado pela SEDUC (Gliciane - Gerente EP).

As mesmas coisas que a gente fez aqui, a gente planejou para levar para lá, para o resultado dar certo (Djacira -Diretora EP).

Porque eu sou um tipo de pessoa que, quando é para fazer eu gosto de fazer bem feito (Daiana - Diretora EA).

Foi a dificuldade que a gente percebeu que existia na escola (Cristina - Coordenadora EP).

Nas visitas, fomos buscar ideias e essas ideias que nós buscamos e lá a gente sentava e tentava extrair delas (Catarina - Coordenadora EA).

O nível que estava mais baixo (Priscila - Professora EP).

Porque lá estava dando certo (Patrícia - Professora EP).

Diante das respostas, o que percebemos é, de modo geral, um certo desconhecimento acerca dos objetivos da política educacional. As ações têm como base nas dificuldades da escola - somente - ou no modelo pedagógico da EP.

Gliciane- gerente municipal do PAIC da EP -, uma das exceções, quanto ao programa, demonstra conhecer a política educacional - em profundidade - e desenvolve suas ações, baseadas na política educacional implementada. É possível verificarmos que, conforme obedece à política educacional em seu município, os resultados positivos são expressos em bons indicadores educacionais e no trabalho em regime de cooperação nas escolas, conforme verificamos nas falas dos participantes da investigação, exposto na categoria IV.

Quanto ao propósito das ações, houve quase unanimidade na ideia de que há a necessidade de melhoria: dos resultados da EA na avaliação do SPAECE e; da aprendizagem. Esta constatação nos reporta à pesquisa de Calderón, Raquel & Cabral (2015, p. 535), onde encontramos que “as relações de cooperação entre escolas apoiadas e escolas premiadas estavam focadas no pragmatismo das ações de cooperação direcionadas objetivamente para a superação das fragilidades apresentadas pelos alunos das escolas apoiadas”.

Em relação à contribuição de cada sujeito durante o regime de cooperação estabelecido entre as duas escolas, Gliciane - gerente municipal da EP - disse: “Eu vi que foi bom”. A gerente da EA disse “que poderia ter mais ações intensas da SME, de Aracati. Fazer intervenções. Não será somente outro município se preocupar. Mas, poderia ter sido melhor o trabalho”.

Para Djacira - diretora da EP -, “todas tiveram um bom resultado”. Daiana- diretora da EA - afirma que “com certeza, sim”. Os demais sujeitos colaboradores da pesquisa não opinaram”.

Ao serem indagadas sobre o que fariam de diferente, as respostas foram: “eu mudaria isso aí, o tempo para aplicar essas ações” (Djacira - Diretora EP). Para Daiana - diretora da EA -, a única mudança seria incluir o 2º ano na rotina que foi aplicada no 5º ano. Em suas palavras: “se, hoje, a gente tivesse nova oportunidade, com certeza, eu teria tentado fazer no segundo ano a mesma coisa. Tudo o que fosse proposto para realizar no quinto ano eu ia propor para o segundo” (Diretora EA).

Cristina - coordenadora da EP - afirma que faria tudo do mesmo jeito. Sobre isto, diz que: “eu acho que se fosse para fazer tudo de novo, eu faria do mesmo jeito porque foi bom. Eu vi que o resultado foi muito bom”.

Priscila - professora da EP - acrescenta que não retiraria nada do que fez. Portanto, diz: “Diferente. Não vou dizer, assim/Não! Ampliaria. Poderia ter o tempo/Eu acho o tempo curto. Eu ampliaria. Procuraria mais metodologia para trabalhar mais. Acrescentar. Não retiraria”.

Patrícia - professora da EA - considera que teve práticas exitosas, dado o resultado da escola, o qual aumentou a proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

Sobre o tempo para a execução das ações, trataremos na próxima categoria, a qual traz as dificuldades enfrentadas pelas escolas durante o regime de cooperação.

Desta forma, concluímos que a EP desenvolveu ações de cooperação técnico-pedagógicas, de acordo com o estabelecido no artigo 9º, da Lei Nº 15.923, 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017) e, conforme o artigo 5º, do Decreto Nº 32.079, de 16 de setembro de

2016 (SEDUC, 20017), documentos que estabelecem os critérios para o recebimento da 2ª parcela dos recursos financeiros do Prêmio - referente a 25% do valor total.

A equipe da EA também realizou visitas à EP com o propósito de “conhecer como é que eles trabalhavam. Como era a sala de aula. Como era organizado” (Daiana -Diretora EA).

Foi possível percebermos que Daiana também teve uma forte liderança durante a relação de parceria técnico-pedagógica estabelecida com a EP. Isto pode ser observado nesta sua fala: “Então, o que era necessário, nós providenciávamos. Eu fiz tudo o que eu podia. Eu corria para um lado, corria para o outro. Eu ligava. Eu ia pegar as atividades na casa da professora. Era todo o tempo no grupo ((*WhatsApp*))”.

Daiana, a diretora da EA foi bastante citada tanto pelos sujeitos da sua escola como por Djacira - diretora da EP - e por Cristina - coordenadora da EP -, em virtude do seu protagonismo. Sobre este aspecto, Coelho (2013, p. 57.) defende que “na ação de cooperação em foco, são exatamente os diretores destas escolas que se põem em cooperação”. Desta forma, consideramos que Daiana - diretora da EA - apresentou um papel importante na parceria, pois estava sempre à frente das ações motivando toda a equipe.

Na etapa final da pesquisa, constatamos que a EA não enviou os relatórios referentes ao processo de regime de cooperação - ação necessária e exigida pelo Programa como forma de acompanhamento da vivência entre as duas instituições pela SEDUC.

Conforme mencionamos acima, a elaboração do documento corresponde a um passo final da vivência. Todavia, assim como as outras etapas, o preenchimento e envio do relatório constitui uma ação indispensável para que o acompanhamento do regime de cooperação aconteça e seja aprimorado em outras realidades. Assim, a não observância e atendimento a esta fase nos leva a pensar e a caracterizar a situação como descaso. A nosso ver, é como se não houvesse dado prioridade e relevância ao processo que, conforme constatamos, trouxe tantos benefícios para as instituições envolvidas na parceria.

4.3 CATEGORIA III - DIFICULDADES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO VIVENCIADAS DURANTE UM REGIME DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDO ENTRE AS DUAS ESCOLAS BENEFICIADAS PELO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO ESTADO DO CEARÁ

Após análise das entrevistas, elencamos as dificuldades apresentadas pelos sujeitos colaboradores da pesquisa, quando vivenciaram o regime de cooperação.

Inicialmente, Gliciane - gerente municipal do PAIC da EP - evidencia a falta de acompanhamento da EA sobre a evolução dos seus indicadores. Este fato se opõe à proposta do estado quanto à utilização da avaliação que se apresenta como forte e indutora de políticas educacionais no estado. Lima (2007); Abrúcio, Segatto & Pereira (2016) e Vieira (2007) apontam haver, no estado do Ceará, uma “cultura da avaliação”. Vejamos a fala de Gliciane - gerente municipal da EP - sobre as dificuldades do regime de cooperação:

As visitas da escola apoiada para escola premiada/Às vezes, é o transporte. É o dia que o professor tem que vir/A falta de flexibilidade nas escolas apoiadas. Falta de conhecimento da série histórica daquela escola/A escola apoiada não sabia qual a proficiência do ano anterior, quantos pontos tinha baixado, acrescido, qual o número de alunos naquela escala padrão. Não tinha visualização/de comparativos, séries históricas de Ideb nem de SPAECE. De nenhuma avaliação externa. A professora nem sabia qual era a proficiência da turma no ano passado, por que que estava sendo apoiada. Eles não fazem esse acompanhamento como a gente faz aqui.

Sobre este resultado encontrado pela pesquisa, destacamos que conhecer os dados da escola para que se proponha intervenções efetivas é muito importante. Para melhor compreensão desta ideia, trazemos o pensamento de Padilha (2013, p. 13):

São medidas de caráter estruturante que colaboram para a criação de uma mobilização e senso de responsabilização do conjunto dos agentes escolares para a melhoria da qualidade da educação, para a transposição de um modo de proceder, baseado no monitoramento e na avaliação como a criação de melhores condições de funcionamento e gestão das redes municipais de ensino.

Neste sentido, a falta de conhecimento e tratamento dos dados por parte dos técnicos municipais, gestores escolares e professores impede que sejam estabelecidas estratégias para reversão do fracasso escolar. Em sua pesquisa sobre os efeitos do Prêmio nas EP de Sobral e EA de Caucaia, Araújo (2016, p. 67) afirma que:

É indispensável criar condições para que as escolas se reconheçam nos dados, incorporem tal conhecimento, articulando-o a uma estratégia de reversão do fracasso escolar. Porém, muitas vezes, os dados são divulgados, mas não são tratados para diagnóstico e tomada de decisão de acordo com o contexto escolar específico. Assim, sem o devido tratamento dos gestores, as informações se perdem em gráficos e tabelas, em rankings e estatísticas, servindo para atestar a ineficácia escolar, sem o entendimento detalhado do que representam.

Vieira (2007, p. 53) ratifica esta ideia ao afirmar que “tão importante quanto difundir resultados é criar condições para que as escolas se reconheçam nos dados”. Assim, o tratamento das informações deve chegar a um nível de detalhe que ultrapasse quaisquer generalizações. Do mesmo modo, Santos & Ciasca (2012) destacam que a pouca apropriação

dos resultados do SPAECE por parte dos professores e gestores inviabiliza sua utilização, especificamente como ferramenta pedagógica.

O desconhecimento dos dados da EA é um fato, no mínimo, curioso, pois a SEDUC solicita, mensalmente, um diagnóstico de aprendizagem do nível dos alunos. Para a realização deste diagnóstico, os dados das escolas alimentam o SAAP. Uma vez que a escola “alimenta o sistema”, o professor e o coordenador deveriam estar conscientes do nível da turma avaliada.

Gabriela - gerente municipal do PAIC da EA - justifica o desconhecimento dos índices dos alunos em virtude de que o município estava passando por transições ocasionadas pela mudança de prefeito. Com isto, as aulas iniciaram somente em março, os professores foram remanejados de suas turmas e, somente assumiu a sua função de gerente, em junho, em substituição à gerente anterior, a qual estava de licença para cursar Mestrado, na UFCE, desse modo, não tinha conhecimento de todo o sistema do PAIC. A gerente expõe que:

Nós não tínhamos espaço no ano passado fazer das nossas formações continuadas com os professores; A técnica que era responsável pelo 5º ano ela estava não somente no quinto ano estava responsável pelo quarto, terceiro ano que é uma responsabilidade muito grande de ir acompanhamento; no final de maio para o mês de junho fui convidada para assumir a gerência do Programa PAIC no município. Pegar o barco andando, é diferente de você pegar logo no início... é um pouco complicado de se apropriar de tudo de uma só vez. A mudança de professores... que tinham vínculo com aquelas escolas, vínculos com aquela turma, com aquela série, que conhecia os seus alunos foram remanejados de uma escola para outra, de turmas para outra.

No primeiro semestre de 2017, houve uma descontinuidade das ações do Programa, no município de Aracati, devido à troca de gestor. No município de Fortim, apesar da troca de gestor, a equipe MAISC PAIC continuou executando as ações sem nenhuma perda, como observamos na fala de Gliciane - gerente municipal da EP: “Essa política que tem que se consolidar. Tem que entrar Prefeito, sair Prefeito. Se não, os resultados ficam oscilando, os professores ficam insatisfeitos e, os alunos ficam tendo aquela quebra. Fica tudo muito difícil”.

Desde 2007 - ano de implementação do PAIC -, os professores já vinham, há alguns anos, participando de formações periódicas para atuarem em turmas específicas (1º, 2º, ano etc). Portanto, adquiriram muito conhecimento. Porém, com a interrupção das ações, acreditamos que isso interferiu no resultado final da relação de cooperação das escolas. Vejamos o que expõe Patrícia - professora da EA:

No primeiro momento, assustou a questão do planejamento, não ter formação. Ano passado, aqui, no município, a gente teve pouquíssimas formações. Pegar a turma porque como eles não estavam comigo, teve aquele período de adaptar, de colocar as regras. Eles vinham de troca de professoras. Não estavam naquela rotina. Eu tive que colocar *elas* na minha rotina.

A rotatividade dos professores do município da EA também foi um aspecto apontado pelos sujeitos colaboradores da pesquisa. Em relação à troca de professores das turmas do 5º ano da EA avaliadas pelo SPAECE, no total, foram 3 professores. Duarte (2009) classifica a rotatividade dos professores como responsável pelo mau desempenho dos alunos em termos de aprendizado, ao longo de um mesmo período letivo., as trocas de professores causam prejuízo na aprendizagem dos alunos, conforme citamos anteriormente (DUARTE, 2009, p.10). Essa afirmação é ratificada na fala da Patrícia- professora da EA, que teve receio em assumir a turma, e precisar de um período para criar uma rotina pedagógica na turma avaliada.

Outro aspecto apontado por Patrícia - professora da EA - e por Gabriela – gerente municipal do PAIC da EA - foi a falta de formação de professores, a qual era realizada, quinzenalmente, desde 2007, pela equipe técnica do PAIC no município. Conforme a SEDUC, a formação de professores é articulada ao currículo e ao material focando na prática em sala de aula. Integra-se, ainda à formação, o acompanhamento pedagógico realizado pelas equipes escolares e municipais (CEARÁ, 2012). Do mesmo modo, Daiana -diretora da EA - também expõe sobre a falta de apoio e formação no município e diz:

Acredito que a maior dificuldade, nesse processo, é o apoio da Secretaria de Educação ((de Aracati)) porque tivemos apoio do Fortim. Não da Secretaria ((de Educação do município)), de Aracati. Tudo o que recebemos de formação, de planejamento, de rotina, tudo era planejado, de acordo com o Fortim. Não houve, do município (da escola apoiada) apoio, formação. Não tinha material estruturado e, isso atrapalhou.

Além da dificuldade do regime de cooperação, a falta de acompanhamento pedagógico se tornou um agravante. Em relato, Patrícia - professora da EA -, afirma que se sentia sozinha e responsável pelo resultado final e, ainda, expressou que teve muito medo. Sobre isso, cabe refletirmos sobre o pensamento de Brooke (2006) que qualifica a ação como *accountability* ou “responsabilização”, anteriormente discutido na pesquisa, onde a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos. Segundo essa política, gestores e professores têm se tornado os responsáveis pelos resultados da instituição. Em relato, Patrícia - professora da EA -, afirma que se sentia sozinha e responsável pelo resultado final e, ainda, expressou que teve muito medo ratificando o pensamento de Brooke (2006) que qualifica a ação como

accountability ou “responsabilização”, anteriormente discutido na pesquisa, onde a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos. Sobre este aspecto, Patrícia - professora da EA expressa que :

Assustou pegar a turma/ter que melhorar o índice que não estava legal. Você pega uma turma que já vai ser avaliada na metade do ano.

O desempenho do professor também é medido.

Por sermos uma turma apoiada, a responsabilidade aumenta ainda mais para o resultado não prejudicar a outra escola, levantar o nosso índice.

Por ser estabelecido desse modo, às pressas e falta de compreensão do que de fato se tratava a política educacional por parte dos sujeitos da EA, acrescido de um cenário educacional conturbado, com troca de professores, falta de formação de professores, o regime de cooperação do prêmio, remete à responsabilização, conforme Souza (2006) responsabilizando os sujeitos escolares, que, por sua vez, buscam diversas estratégias para apresentarem resultados positivos de seus alunos nas avaliações externas. Esta compreensão é exposta na fala de Patrícia - professora da EA: “Eu senti a pressão da mudança. O trabalho aumentou e as exigências também”.

A fala de Daiana- diretora da EA - reforça a pressão que a professora colaboradora da pesquisa sentiu no início da parceria de cooperação:

Só que, aí, quando a gente voltou dessa viagem do Fortim, foi quando caiu a ficha das meninas porque aí, foi quando a Patrícia (professora da EA) chorou. Elas se “aperriaram” porque era aquela coisa. Como é que a gente vai conseguir fazer a mesma coisa que elas fazem? Porque elas tinham um planejamento bem elaborado, um material diferenciado do nosso. Tinha todo um processo que a gente estava bem atrás e a Patrícia “foi acima, foi abaixo”²⁹. Chorava.

A professora relata a sua dificuldade, inicialmente, por estar lotada em outra turma e ter sido remanejada para a turma avaliada no 5º ano sem saber do que se tratava o Prêmio. Por ter que trabalhar com uma turma que vinha da troca de dois professores, afirma que iniciou a rotina pedagógica na turma de 5º ano a ser avaliada pelo SPAECE somente no segundo semestre. Por não ter ocorrido formação para os professores do 5º ano no primeiro semestre, também estava sem o direcionamento do PAIC. Todos esses fatores trouxeram muita ansiedade para a docente e, segundo a mesma, interferiu também no resultado final dos alunos avaliados. Vejamos a fala da professora:

²⁹Expressão usada no Nordeste para caracterizar pró-ação do sujeito.

No começo, eu não estava no quinto ano. Não sabia nem como iria ser. Eu fiquei com medo. Fiquei assustada com a mudança. A gente não teve formação com esse material. Nós ficamos meio perdidas com o material.

Eles ((profissionais da EP)) têm outra realidade. Ele ((o município do Fortim)) já vem trabalhando esse processo. A gente foi implantar agora, no ano passado, no final do ano passado. O tempo foi muito pouco. Eu peguei um pouquinho. Peguei de agosto a dezembro. No finalzinho do ano, perto das provas, quando as escolas estão tudo naquela correria. Foi corrido para elas e para a gente.

O pouco tempo para as ações também interferiu no fator emocional de Patrícia - professora da EA - que pensava que não iria conseguir executá-las, conforme podemos observar no seguinte trecho:

Eu fiquei com medo. Fiquei assustada com a mudança. No primeiro planejamento, eu comecei a chorar porque eu não estava acostumada com a coisa. Eu disse: - Não! Isso não vai dar certo não. No primeiro momento, assustou a questão do planejamento, não ter formação. Ano passado, aqui, no município, a gente teve pouquíssimas formações. Nós temos uma rotina que precisa ser seguida. Tem que estar trabalhando, diretamente, com os descritores. Por sermos uma turma apoiada, a responsabilidade aumenta ainda mais para o resultado não prejudicar a outra escola, levantar o nosso índice. O desempenho do professor também é medido. Nós precisamos *adaptarmos* nossa rotina pedagógica à rotina do Fortim e a gente não estava adaptado. E, eu senti a pressão da mudança. O trabalho aumentou e as exigências também. A questão da família, lá, no Fortim, a família é muito presente. Aqui, não! A falta de participação, as atividades que os alunos não trazem. A escola está situada numa área de risco. Eu tinha medo de os meninos não melhorarem. E, aí, eles ((profissionais da EP)), lá, perderem, também se frustrarem. A gente tinha muito medo. No decorrer, a gente fica com medo e insegura de não dar conta.

Apesar de todos os fatores, Patrícia - professora da EA - afirmou que, depois, foi melhorando e conclui que: “Se fosse do começo do ano, teria sido melhor”. Ainda, destaca que a rotina é essencial, pois o ensino e a aprendizagem fazem parte de um processo. Assim, a falta de apoio da SME, juntamente com o pouco tempo destinado para o desenvolvimento das ações do Prêmio Escola Nota Dez, descaracterizam o caráter sistêmico da política educacional MAIS PAIC apresentada no referencial teórico da pesquisa.

O pouco tempo para execução das ações é apontado por todos os sujeitos como uma dificuldade no regime de cooperação estabelecido, o qual consta no artigo 8º, da Lei Nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015 (SEDUC, 2017):

Cada uma das escolas premiadas em decorrência dos resultados obtidos nas avaliações do 5º e 9º anos fica obrigada a desenvolver, pelo período de até 2 (dois) anos, em parceria com uma das escolas contempladas com contribuição financeira,

ações de cooperação técnico pedagógica com o objetivo de manter ou melhorar os resultados de aprendizagem de seus alunos (SEDUC, 2017).

Apesar de estabelecido em Lei, o que se verifica é que, das seis visitas a serem executadas pelas duas escolas e que constavam no plano de ação “De Mãos Dadas”, num total de doze visitas, foram realizadas apenas seis visitas (três visitas por escola). A falta de tempo para execução das ações é um dos pontos mais citados pelos sujeitos colaboradores da pesquisa trazendo, inclusive, prejuízos ao resultado final, segundo os mesmos.

Gabriela - gerente municipal da EA - afirma que ainda faltaram três visitas e que o pouco tempo é como “pegar um barco andando” para se apropriar de tudo de uma vez só.

Djacira - diretora da EP - expõe que, se pudesse, mudaria o tempo para aplicar as ações, como observamos na sua fala:

Eu mudaria isso aí: o tempo para aplicar essas ações. As viagens que foram muito poucas/que eu acho que foi o tempo que é muito curto. O número de visitas poderia ser aumentado, pois o número de visitas, atual, é muito pequeno para que a gente passe tudo o que nós fazemos, em um ano, em seis visitas.

Daiana - diretora da EA - expressou que, se houvesse mais tempo, o resultado de sua escola poderia ter sido melhor. Assim como Gabriela - gerente municipal do PAIC -, confirma que aconteceram apenas três visitas. Vejamos o que a diretora da EA declara:

Poderia até ter sido melhor. Mas, foi a única coisa que eu achei muito chato foi isso. E, o tempo. O período que nós tivemos para realizar as visitas. Eram seis visitas. Nós fizemos só três. Se a gente tivesse tido um tempo maior, talvez, tivesse dado tempo para a gente fazer mais coisas que a gente precisava.

Começamos as aulas em março. Mas, o *projeto* ((Prêmio)) Escola Nota Dez, quando foi começar, era junho. Praticamente, só trabalhamos menos de 6 meses por conta dos feriados. E, a prova foi em dezembro. Se tivesse sido mais tempo, o resultado era bem melhor. O que nos falta é tempo. Uma escola apoiar outra. Mas, não com tanta demora. Embora lá ((Fortim)), um município menor, tem menos escolas. Mas, tudo é de acordo com sua realidade.

Assim como Priscila e Patrícia - professora da EP e da EA, respectivamente -, Cristina e Catarina - coordenadoras pedagógicas da EP e da EA, respectivamente - partilham da mesma opinião sobre o tempo para execução das ações. Vejamos a ideia em comum a estes sujeitos:

Diferente... Não vou dizer assim... Não. Ampliaria, poderia ter o tempo, eu acho tempo curto. Eu mudaria isso aí, o tempo para aplicar essas ações. Eu acho tempo curto, porque tem o dia de visitar, não é o tempo que você quer assim no mês todinho, que além do mais que tem também a nossa sala de aula e quando a gente sai

um dia que eu deixo de dar aula na minha sala eu acho que a gente perde muita coisa (Priscila-Professora EP).

Foi muito curto, era para ter tido mais visitas, não teve tantas quanto era para ter tido. O tempo foi muito pouco. Eu peguei um pouquinho, peguei de agosto a dezembro. O tempo é que eu achei muito pouco. A gente pegou no finalzinho do ano, perto das provas quando as escolas estão tudo naquela correria. Foi corrido para elas e para a gente. Se fosse do começo do ano teria sido melhor (Patrícia-Professora EA).

A dificuldade foi só em questão de tempo. Se a gente fosse depender só do tempo e fazer coisas novas para levar, não daria. Material a gente tinha. Mas, o tempo não dava. Só ficamos tristes porque não conseguimos fazer as seis visitas. Por causa de muitos feriados, começamos em agosto. Foi tarde. Era muita festividade que, quando a gente marcava, não dava para ir (Cristina- Coordenadora pedagógica EP).

A correria mesmo. Foi tudo muito rápido. Quando pensamos que estava chegando, já terminou, acabou o tempo. Teve que acontecer a prova do SPAECE para poder mostrar o resultado. Era para ter mais tempo. Se tivéssemos tido mais tempo, nós tínhamos chegado até à escola verde-escuro como Escola Nota Dez. Mas, o tempo foi muito pouco. Então, se tivesse sido, realmente, como foi planejado. Porque estava tão bom! Aí, a alegria durou pouco porque nós tínhamos tudo para aprender mais, para trazermos mais experiências (Catarina- Coordenadora pedagógica EA).

Nos relatos sobre as dificuldades relacionadas ao tempo para execução da parceria, alguns aspectos nos chamam a atenção. Um deles é que a parceria de cooperação entre as duas escolas começou em agosto de 2017 e a prova SPAECE aconteceu no início de dezembro do mesmo ano. Durante este segundo semestre, todas as ações pedagógicas da escola estiveram voltadas para a melhoria da aprendizagem dos alunos do 5º ano, visto que seria verificada por meio da prova do SPAECE.

Conforme depoimento dos sujeitos colaboradores da pesquisa, a relação de parceria entre as escolas durou somente quatro meses. A nosso ver, também compreendemos que corresponde a um tempo insatisfatório para que as escolas beneficiárias do Prêmio pudessem executar com eficiência as ações contidas no plano de ação. Importante destacarmos que, deste período de quatro meses, ainda tiveram os feriados nacionais e municipais (que foram cinco) tendo sido a maioria em dias de quinta e segunda-feira. Com isto, restou pouco tempo para a execução das ações.

Assim, o que foi planejado para acontecer em doze visitas não poderia ser realizado em apenas seis o que, a nosso ver, correspondeu a um aspecto que comprometeu o resultado final da relação de parceria proposta pelo Prêmio. Sobre o aspecto do pouco tempo dedicado às ações de cooperação do Prêmio também são comprovadas por Coelho (2013, p. 74), quando diz que:

Também com relação ao calendário, questiona-se o tempo hábil para as ações de cooperação, considerando as expectativas de impacto positivo nas práticas da escola e o prazo da avaliação seguinte, pois os resultados das metas alcançadas são aferidos no mês de dezembro do mesmo ano. Praticamente 24% das escolas premiadas não chegou a realizar visitas antes do recurso estar disponível e 28% delas realizou apenas uma visita [...]. O Prêmio Escola Nota 10 de uma forma geral atende as escolas contempladas, entretanto, as escolas solicitam uma assessoria técnica mais presente e um tempo maior para trabalhar com as escolas parceiras. Pois com pouco tempo para efetuar esse acordo de cooperação técnica as escolas apoiadas não têm tempo hábil para absorver as rotinas escolares das premiadas. E na mesma linha as escolas premiadas ficam impossibilitadas de realizar um bom trabalho com suas parceiras.

Nas formas de enfrentamento e de superação adotadas pelas escolas EP e EA, durante a relação de cooperação, fazemos destaque ao relato de Daiana - diretora da EA:

Em relação ao tempo, eu queria ganhar tempo. Eu não deixava nada para depois. Setinha que fazer, vamos fazer logo. Se tinha que ir lá, vamos logo. Não tinha aquela coisa de marcar para tal dia. Não! Vamos fazer logo! Se tem que fazer, vamos fazer. E a questão da outra escola ((anexo)) nós, de alguma forma, éramos a maioria. Mas, tudo que eu ofereci para as meninas, eu também oferecia para ela.

Cristina -coordenadora da EP - expõe que: “cada vez que a gente ia lá ((na EA)), percebia que a escola estava melhorando. Tudo isso estimula a gente a fazer o que pode e o que não pode”. O relato da coordenadora nos faz inferir que a relação de cooperação de fato induz a troca de experiências, que a partir da interação com outros sujeitos com práticas educativas diferentes, é possível melhorar a aprendizagem dos alunos, quando é estabelecido em tempo suficiente para alcançar as metas determinadas no plano de ação.

Outro fator que dificultou foi o tempo decorrido para liberação do recurso financeiro – bonificação do Prêmio. A demora na sua liberação por parte da SEDUC acarretou prejuízos para a EA, visto que a instituição não pôde utilizar a referida verba - em sua totalidade- devido aos preços dos materiais licitados - no início do plano de aplicação dos recursos financeiros do Prêmio - estarem defasados impedindo, assim, a compra destes. A diretora da EA justificou que a burocracia a ser enfrentada para recuperar a liberação dos recursos não compensava o esforço que seria necessário.

Aqui, consideramos ser necessário refletirmos sobre o pensamento de Coelho (2013, p. 114) quando enfatiza a desconexão com o prazo da divulgação dos dados relativos ao Prêmio Escola Nota Dez. Em suas palavras: “A sequência dos procedimentos necessários, tanto para tornar as escolas aptas a receber o recurso quanto para a preparação da cooperação, mostraram-se desconectados do calendário de aferição dos resultados que medem as metas alcançadas”.

Desta forma, entendemos que o pouco tempo disponibilizado inviabiliza tanto a execução das ações planejadas quanto a aplicação dos recursos financeiros do Prêmio como assim ocorreu na EA, em Aracati. Os recursos públicos - que deveriam ser aplicados na infraestrutura das escolas e para a compra de materiais pedagógicos - ficam bloqueados e retornam para o Governo Estadual o que, para nós, sinaliza como uma necessidade de reformas na política educacional para que, de fato, torne-se mais exequível.

Os sujeitos colaboradores da investigação também foram indagados sobre as facilidades que encontraram no regime de cooperação do Prêmio. Gliciane - gerente municipal da EP - destaca a autonomia dada a ela, pelos gestores educacional e municipal, como facilitador deste processo. Desta forma, a sua autonomia e liderança pode ser comprovada na fala de Djacira- diretora da EP, quando diz: “dispomos do recurso que nós recebemos para *fazer* esse intercâmbio. E, também ajuda da Secretaria de Educação”. Além disso, Daiana, diretora da EA, também afirma que:

Não existiam problemas para eles ((escola premiada)). Não. Todo mundo se envolve para ver o resultado da escola. Serviu para a gente entender porque são Nota Dez. E, eu digo: merece ser Nota Dez porque o trabalho deles é, realmente, sério. Eles levam a educação a sério mesmo. A de lá ((a escola premiada)), com certeza, estava muito motivada. As meninas sempre tiveram muito boa vontade em tudo.... O Fortim, por ter um trabalho mais direcionado, mais centrado, ter aquele foco, ele mostrou que, a gente consegue.

E, lá ((no Fortim)), a Secretaria de Educação de lá que fez a parte dela. Não existia empecilhos. Quando a gente falava que não estava entendendo como se aplica a rotina. “- Não está entendendo? Pois as meninas vão lá e vão explicar.” E, então, as professoras saíram de suas salas para vir ajudar a gente e outras pessoas assumiam as turmas. E, tinham que fazer uma boa aula. Tinha que mostrar resultados, embora não fossem as professoras titulares. Existia muita preocupação da Secretaria de Educação, do Fortim. A Secretaria ficou atrelada a ajudar às meninas. Não ficou só a escola não. A Secretária também foi um braço forte.

Não tinha problemas para elas. Eu achava incrível. Elas não tinham dificuldades em nada. Se elas tivessem que vir para cá ((para a EA)) e perdesse alguma coisa, ela dizia: “- Não tem problema não. Você vai sábado”. E, você não via um torcer de boca. Não via! Era como se fosse normal, natural aquilo. Natural. E, você vê que, lá ((na escola premiada)), a Secretaria de Educação ((do município)) é o tempo todo dentro da escola (Daiana, diretora da EA).

O trabalho da equipe da EP também é um aspecto ressaltado pela diretora:

Quando fazem a avaliação diagnóstica ((na escola premiada)), ela não é feita só pelo professor. Não! Ela é feita pela Educação ((Secretaria do município)). É feita pelo coordenador pedagógico e ela é feita pelo professor. Para mim, eles foram muito, muito, muito bons mesmo, nesse sentido, da gente ver que, quando a coisa é organizada, quando existe, realmente, preocupação, as coisas acontecem. Eles levam a educação a sério mesmo. A de lá ((a escola premiada)), com certeza, estava muito motivada. Estavam sempre à disposição. Qualquer dúvida que a gente tivesse, elas

estavam prontas para responder. Então, são poucas pessoas que têm o compromisso de compreender que cada escola é diferente, tem necessidades diferentes. E, como existia a parceria só entre duas escolas, elas vieram para conhecer quais eram nossos problemas, o que era que a gente tinha de deficiência. Então, elas nos ajudaram nesse sentido. O que foi bom foi isso porque, depois que elas fizeram a avaliação, elas diziam: “- Olhe! Os seus alunos não estão tão ruins. Agora, vocês precisam trabalhar assim, assim e assim para poder levantar. Então, isso foi muito bom(Daiana, diretora da EA).

Priscila -professora da EP - também faz a seguinte exposição:

Na minha escola, tem a parceria o tempo todo. É diretor, o coordenador, é a gerente municipal do PAIC que *está* o tempo todo... Na verdade, é um grupo que está de mãos dadas (Priscila - professora da EP).

Os relatos acima nos ratificam que houve o desenvolvimento de um trabalho coeso e em equipe. Sobre este aspecto, Xavier (2016, p. 142) menciona que:

As análises mostraram que escolas com liderança do diretor reconhecida pelos professores e com maior colaboração docente, mais frequentemente foram premiadas, enquanto que escolas cujo indicador de liderança é menor foram mais frequentemente apoiadas. A bibliografia sobre efeito-escola aponta como mais eficazes escolas que apresentam esse perfil de liderança.

A liderança de Gliciane - gerente municipal da EP - também foi observada durante a pesquisa de campo. Sempre que precisávamos de algo relacionado à pesquisa, a gerente mobilizava os sujeitos, os quais se dispunham - de imediato - a contribuir para a pesquisa sem apresentarem nenhum obstáculo para isso. Assim, no dia e hora marcados, nos forneciam informações e dados sobre o município e escola, conforme solicitávamos. A importância da liderança como aspecto importante para atividades desenvolvidas em equipe também é expressa na pesquisa de Coelho (2013, p. 106). Para a autora, quanto maior a liderança exercida por um membro de um grupo, melhores são os resultados alcançados. Ainda, defende que os técnicos municipais, diretores e sua liderança aparecem como fator importante para os resultados positivos das escolas cearenses. Corroboramos com a pesquisa da autora, ao observarmos a liderança da gerente municipal da EP, as práticas exitosas dos sujeitos da EP e os resultados das escolas do município de Fortim, que tem se destacado no cenário educacional cearense, expostos na caracterização do município e na análise estatística dos dados.

Outros fatores também facilitaram o regime de cooperação entre as duas escolas como, por exemplo: a abertura da EA para realização das mudanças sugeridas pela equipe da EP; a motivação da EP para ajudar a EA; o compromisso e disposição da equipe da EP, assim como

a preocupação da EP com a realização dos diagnósticos do nível de aprendizagem dos alunos; a cooperação entre todos os profissionais da EA e EP; a liberdade pelos profissionais da EA para os profissionais da EP trabalharem com os alunos da EA; a confiança entre os membros da equipe da EP; a atenção da EA em aplicar a mesma rotina pedagógica desenvolvida pela EP; o apoio do grupo gestor da EA durante o desenvolvimento das ações de parceria; e a intensificação da participação da família dos alunos da EA.

Os sujeitos colaboradores da pesquisa lotados na EP também foram interrogados sobre a visão que tinham acerca dos profissionais da EA. A experiência e o compromisso da equipe do Fortim com o trabalho pedagógico foram elementos enfatizados por todos os sujeitos da EA. Sobre isto, afirmam que:

A experiência do município em questão de premiação da Escola Nota Dez... O município sabia o que estava fazendo. A própria gerente de lá ((de Fortim)) sabia e tinha o conhecimento de resultados, de dados. No Fortim, as duas ((professoras)) estavam juntas: uma batalhando para os bons resultados e compartilhando. De uma certa forma, um vínculo (Gerente EA).

Eles foram muito bons. Eles foram muito prestativos. Não existiam problemas para eles não. Também eles foram muito educados. Muito atenciosos. Eles são pessoas assim como a gente. É como se a gente trabalhasse na mesma escola e, em lugares diferentes... É como se fosse uma mesma equipe e uma mesma escola. São super compromissados (Diretora EA).

Eu achava muito *bonito* a maneira como trabalhavam. E, com isso, as nossas professoras aprenderam muito (Coordenadora EA).

Ajudavam a gente com o planejamento. *Dava* suporte no que a gente precisava. Ajudavam bastante mesmo na questão de planejar, trocar experiências. Também no grupo de *WhatsApp*- onde a gente mais trocava. Não estavam fazendo só para dizer que tinha o Programa e tinham que fazer aquilo. Sentia que eles queriam que desse certo. A gente se sentiu apoiado. Mesmo pelo pouco tempo (Professora EA).

De modo diferente, Gliciane - a gerente da EP - apresenta, mais uma vez, a falta de acompanhamento da SME à EA:

Eu vejo que lá ((em Aracati)), a escola *ela* caminha quase só. A Secretaria de Educação lá não é muito frequente na escola como a Secretaria de Educação da escola daqui ((de Fortim)). Então, eu senti a equipe meio solta. Não vi o supervisor indo diretamente nas séries-foco avaliadas, indo lá, assistindo aula. E, lá, eu percebi que não tem essa preocupação por parte da Secretaria de Educação. Elas não são efetivamente frequentes lá, na escola. Elas não acompanham, não têm aquele acompanhamento para dar um direcionamento se está certo ou se está errado. As professoras faziam o que achavam melhor para sua sala. Não tinha aquele conjunto. É tanto que a gente via a diferença de uma sala para outra (Gliciane - gerente da EP).

O compromisso da equipe da EP com o regime de cooperação e o interesse em ajudar à EA é destacado na fala dos sujeitos da própria EA.

Infelizmente, a falta de organização técnico-pedagógico da SME de Aracati e das professoras da EA é ressaltada exatamente por Priscila - professora da EP- quando diz que as professoras da EA “poderiam se dedicar um pouco mais”.

Neste ponto, queremos evidenciar a atuação da coordenadora da EP que também promoveu práticas que foram essenciais para o regime de cooperação entre as duas escolas:

A coordenadora da EP ajudou muito porque ela era uma dessas pessoas que dizia: “- Não vamos achar dificuldades.” Nos incentivava, organizava, mandava a rotina para a gente se embasar. Ela é uma “baita” de uma coordenadora pedagógica porque, realmente, “enche a boca” ... Dá prazer dizer que ela é coordenadora pedagógica. Ela trabalha mesmo de domingo a domingo. Ela não tem hora para dormir. Ela não tem hora para acordar. E, faz porque ela gosta. Porque a gente sabe que o salário dela é o de todo mundo. Você vê que ela faz. Ela é responsável. Ela é muito boa.

Deste modo, inferimos que, além da experiência, os sujeitos participantes do regime de cooperação do Prêmio estavam dispostos a executarem as ações, em busca da aprendizagem das crianças. Assim, visando isso, não mediram esforços para que tudo ocorresse adequadamente, apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

4.4 CATEGORIA IV - IMPACTOS GESTADOS POR UM REGIME DE COLABORAÇÃO ESTABELECIDO ENTRE DUAS ESCOLAS BENEFICIADAS PELO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ NO ESTADO DO CEARÁ

Nesta categoria, daremos continuidade à apresentação dos resultados do processo de cooperação técnico-pedagógico entre as duas escolas beneficiárias do Prêmio Escola Nota Dez, especificamente, dos impactos gestados pela experiência.

Assim, destacamos como um dos resultados da prática do Prêmio Escola Nota Dez, citamos a mudança ocorrida na EP. Segundo Gliciane - gerente municipal da referida escola -, houve muita transformação na instituição. Sobre a experiência de parceria, diz que:

Eu vejo que a escola mudou muito. É um trabalho mais sólido, é mais levado a sério. O positivo é que a gente consegue fazer uma relação, uma parceria muito próxima: diretor com diretor; coordenador com coordenador; professor com professor.

O relato da gerente pode ser comprovado nos indicadores da escola e na fala dos demais sujeitos. A partir de 2009, o índice educacional do município e da EP elevaram-se tanto no padrão do SPAECE quanto no Ideb, o que demonstrou linearidade nos resultados das avaliações externas.

A seguir, apresentamos a evolução dos dados da média de proficiência do SPAECE-Alfa (2º ano) dos municípios de Fortim e Aracati, no recorte histórico de 2008 a 2015.

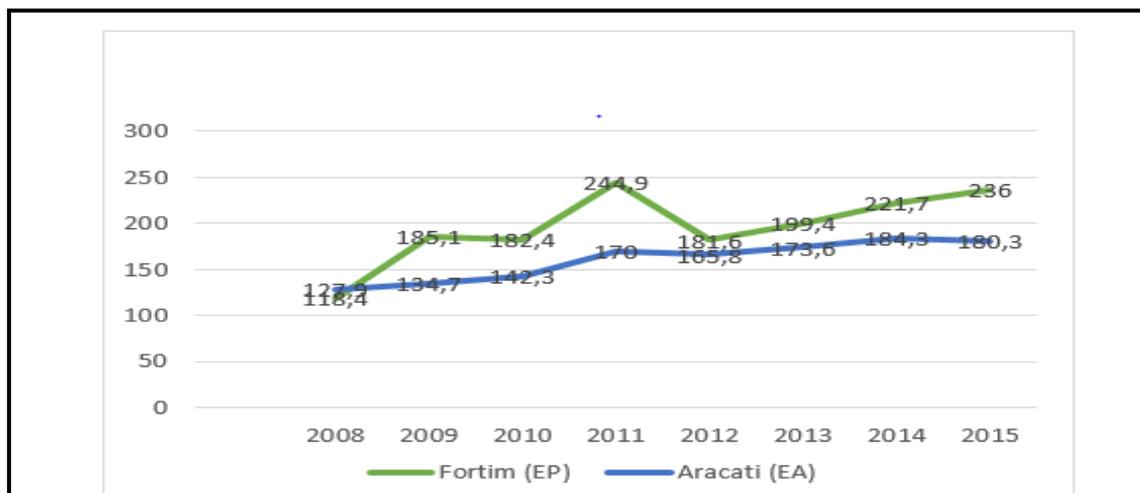
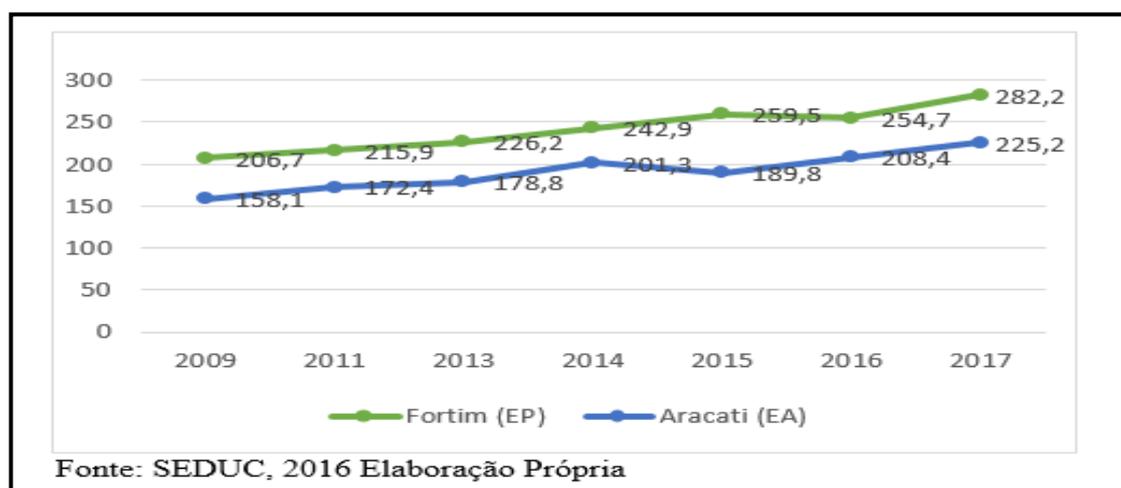


Gráfico 2 - Média De Proficiência SPAECE-Alfa - Fortim – Aracati – CE

Fonte: SEDUC (2016)

O gráfico 2 apresenta o crescimento alcançado no desempenho pelas escolas, a partir de 2009. Como podemos observar, no município do Fortim - onde a EP está localizada -, especificamente, o 2º ano apresentou um crescimento de 99,32%, enquanto que o 2º ano do município de Aracati - onde a EA está localizada - cresceu apenas 40,96%. Portanto, o Fortim supera a média de proficiência do SPAECE-Alfa (2º ano) de Aracati em 143,51%.

Gráfico 3 - Índice De Desempenho Escolar IDE/SPAECE - Língua Portuguesa 5º Ano



Por meio do cálculo da taxa de variação percentual, no gráfico 03, podemos verificar que o crescimento da escola de Fortim, em Língua Portuguesa, no 5º ano, foi de 36,52%, no período de 2009 a 2017, e o crescimento da escola de Aracati foi de 42,44% - na mesma série e disciplina. Apesar do aumento, a EP ultrapassa em 31,53% no IDE-SPAECE (Índice de Desempenho próprio do estado do Ceará), do 5º ano, de Língua Portuguesa, em relação a Aracati.

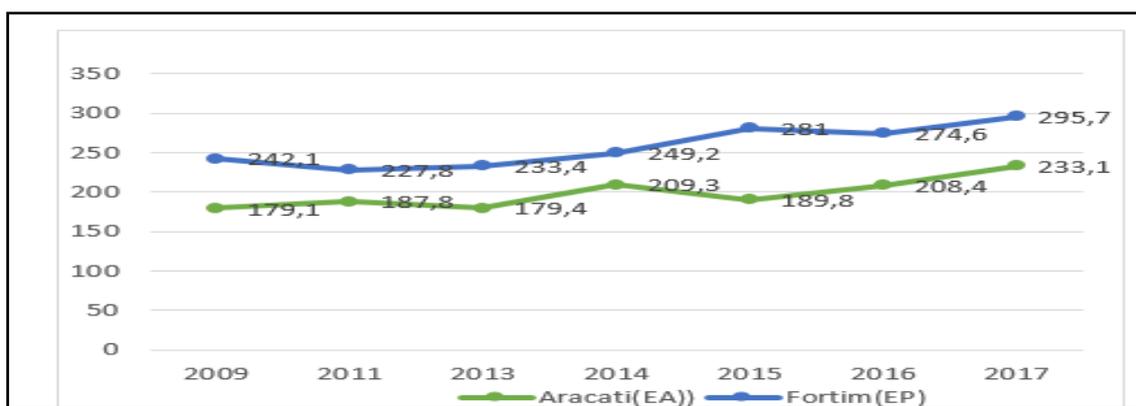
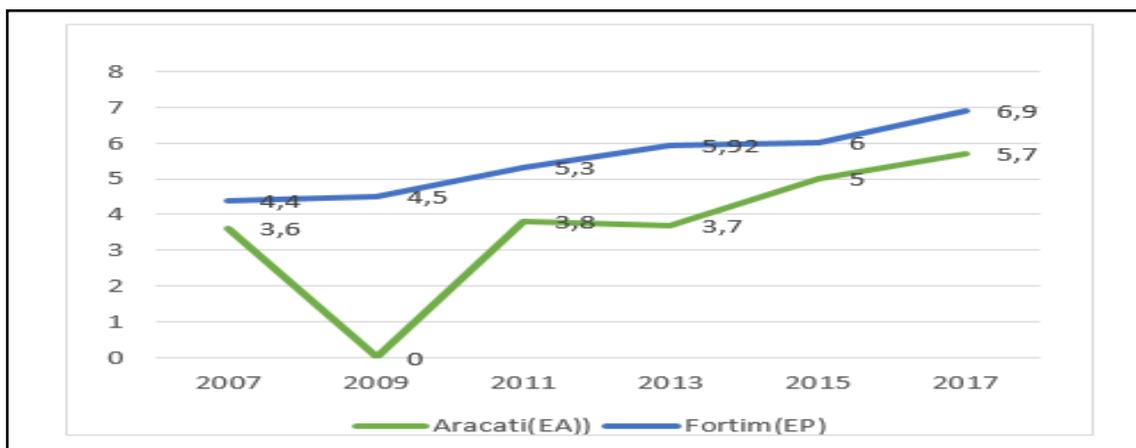


Gráfico 4 - Índice De Desempenho Escolar - IDE/SPAECE - Matemática (5º Ano)

Fonte: SEDUC (2016)

No gráfico 4, podemos observar que a taxa de variação percentual indica que o crescimento da EP (em Fortim) foi de 56,81%, no período de 2009 a 2017. No mesmo período, a EA (em Aracati) cresceu 30,15%. Do mesmo modo, apesar do aumento no padrão do desempenho, averiguamos que a EP ultrapassa em 19,04% o IDE/SPAECE, do 5º ano, de Matemática, em relação à EA - diferença menor que o percentual em Língua Portuguesa.

Gráfico 5 - Índice De Desenvolvimento Da Educação Básica (IDEB) - (5º Ano)



Fonte: Inep (2017)

Na tabela a seguir, apresentamos a projeção e a meta alcançada no Ideb da EP:

Tabela 22 - Crescimento IDEB 5º Ano EP (FORTIM)

	2007	2017	CRESCIMENTO
PROJETADO	3,8	5,4	1,6
ALCANÇADO	4,4	6,9	2,5

Fonte: Inep (2017)

Por meio destes dados, podemos inferir que a projeção de crescimento relativa ao desempenho no Ideb da EP para 2021 era de 1,6 pontos em relação ao período analisado. Porém, a meta estabelecida foi superada com crescimento de 2,5 pontos. Ainda, neste mesmo período, a escola tinha uma meta de 5,4 pontos para 2017. Todavia, essa meta foi ultrapassada em 56,25%, ficando com 6,9 pontos, conforme site do Inep, o que representou uma evolução acima da meta projetada.

A tabela, a seguir, apresenta a projeção e a meta alcançada no Ideb da EA - localizada no município de Aracati – CE.

Tabela 23 - Crescimento IDEB 5º Ano – Aracati - CE

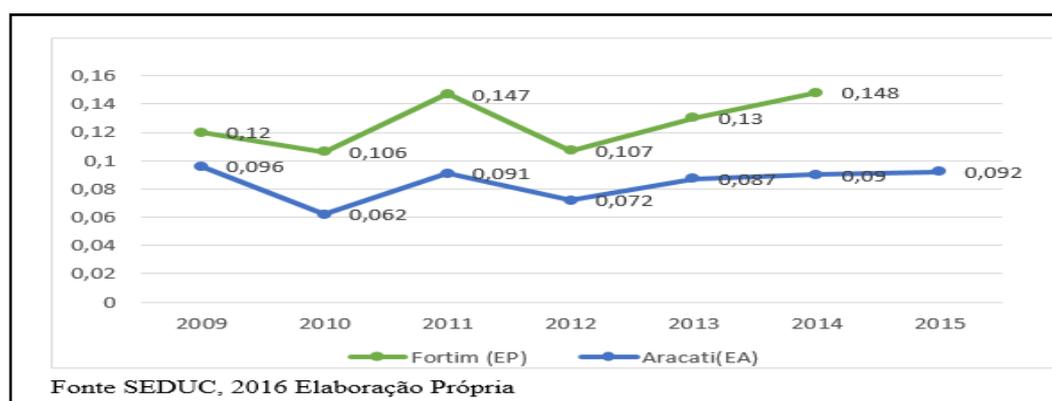
	2007	2017	CRESCIMENTO
PROJETADO	3,8	5,3	1,5
ALCANÇADO	3,6	5,6	2,0

Fonte: Inep (2017)

Pelos dados da tabela, é possível percebermos que houve uma evolução, ao longo dos anos no Ideb referentes ao 5º ano, da EA. Assim, a projeção de crescimento no desempenho no Ideb da escola era de 1,5 pontos em relação ao período analisado - 2007 a 2017. Porém, a meta estabelecida para 2017 foi superada com crescimento de 2,0 pontos ultrapassando em 33,33%. Nas tabelas apresentadas, podemos verificar que houve um aumento significativo da proficiência média de Língua Portuguesa e Matemática, no 5º ano, das EP e EA.

O gráfico 06 expõe o Índice de Qualidade Educacional (IQE) - coeficiente aplicado ao montante de recursos -que deve ser repassado aos municípios. Ou seja, cada município receberá cota-parte do ICMS, de acordo o IQE, quanto maior for o desempenho nas avaliações, maior repasse de recursos. De acordo com Teixeira (2015), “espera-se que o volume do repasse de ICMS traduzido por maior índice de qualidade da educação, aumente a proficiência dos alunos medida pela Prova Brasil (p.13).

Gráfico 6 - Índice De Qualidade Educacional - IQE (2009 - 2015)



Conforme anunciamos, o gráfico 06 apresenta a evolução dos municípios, a partir de 2009. O crescimento do IQE no município de Fortim em Língua Portuguesa, no 5º ano, foi de 36,52%, no período de 2009 a 2017, corroborando com a pesquisa de Teixeira (2015), que vincula o aumento do repasse do ICMS ao aumento da proficiência do 5º ano. Os indicadores educacionais do município do fortim e da escola premiada apresentam aumento considerável.

Para compararmos o resultado do IDE/SPAECE³⁰ das escolas EP e EA com o Ideb, elaboramos o gráfico 04 com a evolução do Ideb, de 2007 a 2017. O resultado do município de Fortim foi um crescimento de 56,82%. Utilizando a mesma análise, percebemos que o

³⁰ Mede o Índice de Desempenho Escolar (IDE) em nível nacional.

município de Aracati cresceu 58,33%. Os dados mostram também uma significativa evolução de ambos os municípios com diferença de crescimento de 2,59 % entre os mesmos.

Destacamos que os indicadores educacionais influenciam diretamente no repasse dos recursos financeiros dos municípios cearenses. Por isso, consideramos como fundamental detalharmos os recursos financeiros oriundos do ICMS e do Prêmio Escola Nota Dez repassados aos municípios.

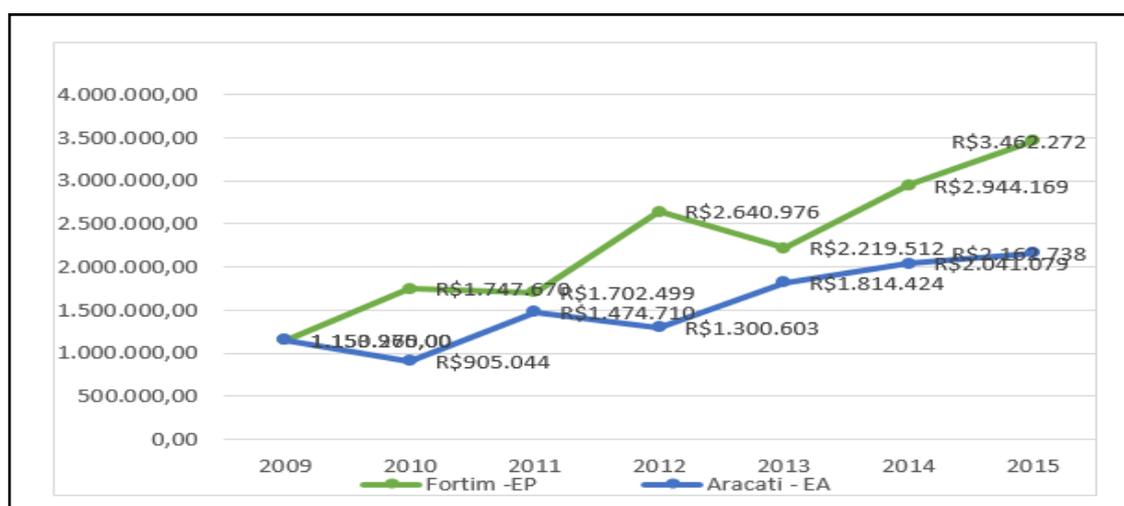


Gráfico 7 - Recursos Financeiros - ICMS (2009 - 2015)

Fonte: SEDUC (2016)

O gráfico 07 aponta para um aumento nas receitas dos municípios, e o município de Fortim, apesar de uma população menor do que a população do município de Aracati, apresenta um aumento considerável, com uma diferença percentual de 37,53%, relativo aos indicadores IQE de Fortim, que determinam o repasse do ICMS. Esse resultado é compatível com o gráfico 08, com a diferença de 37,84% no IQE em 2015. Em 2017, com as mudanças ocorridas no município de Aracati, a rotatividade dos professores, o início do ano letivo em março, a falta de acompanhamento pedagógico, dificuldades apontadas pelos entrevistados, nos leva a acreditar que influenciaram no resultado do SPAECE do município, resultando na perda de recursos do ICMS em 2018³¹.

Para compreendermos os impactos do regime de cooperação expresso nos indicadores educacionais da escola apoiada (que apresentava baixos índices em 2015), apresentamos a escala de proficiência do SPAECE, que mede o desempenho dos alunos, escolas e municípios

³¹ <https://aprece.org.br/>

cearenses, a partir da avaliação do SPAECE e o desempenho do 5º ano da escola apoiada, nos anos de 2016 e 2017:

Tabela 24 – Escala de Proficiência 5º ano

Padrões de Desempenho – 5º ano				
Disciplina	Muito crítico	Crítico	Intermediário	Adequado
Língua Portuguesa	Abaixo de 125	125 a 175	175 a 225	Acima de 225
Matemática	Abaixo de 150	150 a 200	200 a 250	Acima de 250

Fonte: <http://www.spaece.caedufjf.net/avaliacao-educacional/padroes-de-desempenho/> Elaboração própria

Tabela 25 – Escala de Proficiência 5º ano Aracati – Escola Apoiada

	2016		2017	
	Port	Mat	Port	Mat
Município de Aracati	225	236,1	221,4	223,7
Escola Apoiada	208,4	208,4	225, 2	233,1

Fonte: <http://www.spaece.caedufjf.net/avaliacao-educacional/padroes-de-desempenho/> Elaboração própria

Ao analisarmos os resultados apresentados no gráfico 04 e na tabela acima, verificamos que a escola apoiada do município de Aracati, apresentava IDE-5 em 2015 de 189,8 em Língua Portuguesa e 225,2 em matemática, ano base em que foi estabelecida como escola apoiada. No ano de 2016, o IDE-5 em Língua Portuguesa foi 208,4 e igualmente 208,4 em matemática. Em 2017, apresentou aumento e o IDE-5 em 2017 foi de 225,2 em LP e 233,1 em MT. Diante dos resultados, inferimos que a escola apoiada, teve aumento de 18.65 % em LP e 3.51 % em MT, considerando os resultados do ano de 2015 em relação aos resultados de 2017. O IDEB do 5º ano em 2015 era 5 em 2015 e aumentou para 5,7 em 2017. A escola ultrapassou a meta para 2017 que era de 5,3. Com base nos indicadores expostos na tabela, o município de Aracati mostra decréscimo de 1,60% em Língua Portuguesa, igualmente, sofre perda de 5, 25% em Matemática, no período de 2016 e 2017.

Observamos ocorreu decréscimo dos indicadores educacionais das turmas avaliadas, do 2º, 5º e 9º do município de Aracati, no ano de 2017, semelhantemente o repasse do ICMS, que é calculado com base nos indicadores da Educação, Saúde e Meio Ambiente, diminuíram, como verificamos no gráfico a seguir:

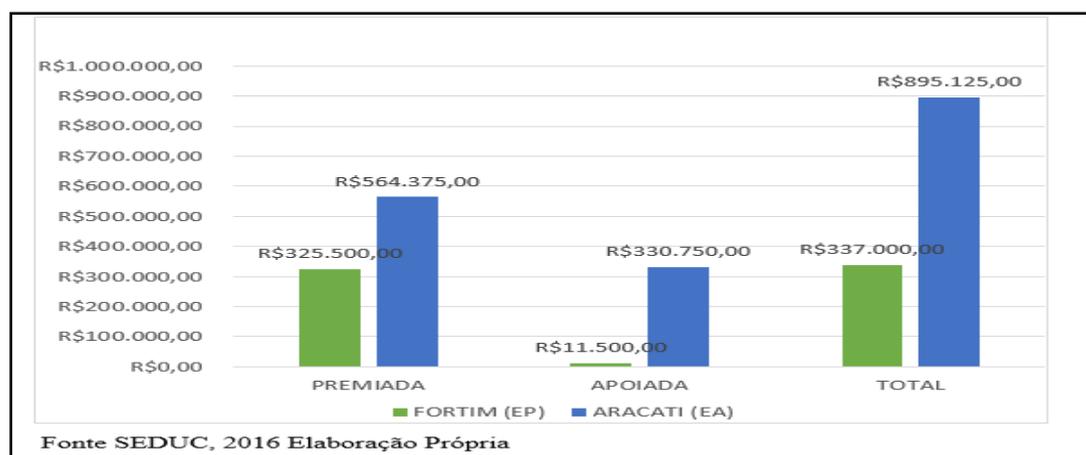
Tabela 26 - Cota Parte- ICMS – Aracati 2017/2018

2017	Estimativa de Perca para 2019
R\$ 2.094.794,79	R\$ - 1.029.782,87

Fonte:
<https://aprec.e.org.br/fin>

ancas-publicas/

Verificamos durante a pesquisa, no ano de 2017, nos relatórios de visitas, visitas, diário de campo, observações e entrevistas com os sujeitos, que no município da escola apoiada, houve atraso no início do ano letivo, não houve acompanhamento pedagógico frequente e formação de professores por parte da secretaria de educação de Aracati, rotatividade de professores, troca de secretários de educação. Tais constatações nos levam a acreditar, que os problemas apresentados podem ter interferido no resultado do município no SPAECE e no decréscimo dos recursos oriundos do ICMS, que está atrelado também, aos indicadores educacionais do município, quanto maior forem os índices, maior é o repasse, do mesmo modo, quanto menor os indicadores, menores os recursos repassados, conforme observado na tabela acima, com perda de R\$ -102,978,287.00 ou -49.16 %.

Gráfico 8 - Repasse De Recursos Dos Financeiros Do Prêmio Escola Nota Dez (2009 - 2015)

O gráfico 8 expõe o resultado das EA e EP dos municípios pesquisados e o repasse dos recursos financeiros. O município de Aracati, com quantidade maior de escolas, ultrapassa o Fortim em 63.05% no total de recursos de premiação, porém apresenta um percentual maior de EA com diferença de 96.52 % do total de recursos financeiros recebidos como EA. Explicitamos que o município de Aracati possui um número total de escolas de 84.78 % a mais que o município de Fortim. Diante dos dados, inferimos que o município de Aracati foi apoiado mais vezes.

Assim, entendemos que os resultados apresentados revelam que o município de Fortim e a EP aumentaram o percentual dos seus índices educacionais e financeiros, após a implementação da política educacional Prêmio Escola Nota Dez, no estado do Ceará, a partir de 2009.

Quanto aos impactos das ações desenvolvidas no regime de cooperação realizado em 2017, averiguamos que a EP do Fortim apresentava, em 2015, IDE-5 259,5 em Língua Portuguesa e; IDE-5 281 em Matemática, em 2017, o que nos revela um aumento. Houve também um aumento de 8.75 % em Língua Portuguesa e 4.86% em Matemática. No Ideb do 5º ano, o município apresentava 6,0 pontos, em 2015 e, em 2017, aumentou para 6,9 ficando acima da projeção para 2017 - que era de 5,4.

A EA - localizada no município de Aracati -, em 2015, apresentava IDE-5 de 189,8 em Língua Portuguesa e 225,2 em Matemática. Em 2017, apresentou aumento e, em 2017, o IDE-5 foi de 225,2 em Língua Portuguesa e 233,1 em Matemática. Ou seja, houve um aumento de 18.65 % em Língua Portuguesa e 3.51 % em Matemática. O Ideb do 5º ano, em 2015, era 5 sendo que, em 2017, aumentou para 5,7. Assim, a escola ultrapassou a meta para 2017 - que era de 5,3.

Diante das análises realizadas e apresentadas até aqui, podemos afirmar que a EP e a EA cresceram em seus indicadores educacionais, a partir do Prêmio Escola Nota Dez, o que foi também foi apresentado no resultado do Ideb do mesmo período analisado.

Gabriela - gerente da EA - destaca que, a partir da experiência entre as duas escolas, desenvolveu a preocupação de conhecer os indicadores educacionais das escolas para melhorar a aprendizagem dos alunos. Assim, afirma que:

Foi plantado, desde o ano passado, essa preocupação com a questão da aprendizagem os resultados das nossas crianças. Hoje, tem essa preocupação e a gente sabe que essa responsabilidade não é só responsabilidade do professor titular. É responsabilidade do outro professor que entra na sala, do coordenador, do professor de reforço.

Djacira - diretora da EP - comenta que a ação do Prêmio trouxe bons resultados para as duas escolas. Enquanto levavam a prática pedagógica da sua equipe para a EA, as profissionais da EP se fortaleciam muito mais em suas ações e vínculos. Além disso, considera que o trabalho da EA ficou mais coeso. Em suas palavras, o Prêmio:

Trouxe bons resultados. A nossa escola andou de mãos dadas com outra escola e tanto nós ((profissionais da EP)) aprendemos com eles ((profissionais da EA)) como eles aprenderam mais com a gente. As professoras sentiram não mais importantes.

Se sentiram com aquele sentimento de poder ajudar, de transmitir o que elas sabiam para a escola apoiada. Isso tanto gera um impacto para gente como gera um impacto para elas lá ((da EA)). No que a gente está ensinando, a gente está aprendendo e fortalecendo mais ainda aquele nosso aprendizado.

O acompanhamento de plano de aula junto com a coordenadora pedagógica melhorou bastante. Ficaram mais próximas. O trabalho delas ((das profissionais da EA)) ficou direcionado. Na última visita, a gente percebeu que estava mais coeso e todo mundo falando a mesma língua. Por isso que resultou nos bons índices.

Daiana - diretora da EA - destaca muitos impactos resultantes do regime de cooperação. Entre os principais, elenca:

A escola, de qualquer forma, ela ganha. Tanto ela ganha com relação à qualidade do ensino... Melhora muito. A cobrança do Programa faz se preocupar com a questão da rotina, do acompanhamento ser muito maior. Hoje, não! Há preocupação. Todo mundo quer todos os alunos, todos os dias, porque todo mundo quer que todos os alunos aprendam. O 5º ano estava com a proficiência 224 e, agora, está com 232. Fiquei tão orgulhosa! Eu acredito que, para a professora, ele ajudou também muito. Enquanto professora, ela já era boa. Mas, ela melhorou ainda mais. Com a experiência da escola premiada, ela foi aprendendo mais coisas: a organização das professoras. Quanto à cooperação da escola premiada, para mim, ela ficou como modelo que a gente poderia seguir por conta da organização que vem, desde a Secretaria de Educação. Quando saiu o resultado, é como se fosse assim uma notícia muito boa...

Além do aumento dos indicadores da escola, a diretora destaca a “cobrança” como um aspecto positivo da relação de parceria e para o avanço nos resultados da escola na avaliação do SPAECE. Na sua concepção: “a cobrança do Programa faz se preocupar com a questão da rotina, do acompanhamento”. Além disso, considera que “todo mundo quer que todos os alunos aprendam”. Enfatizamos que Daiana afastou-se da direção da escola em 2018 e continuou a atuar na mesma escola. Porém, em outra função.

Apesar da parceria de cooperação do Prêmio - ocorrida em 2017 - ter trazido bons resultados para a escola, não houve continuidade nas ações. No relato de Daiana, averiguamos que, infelizmente: “hoje, não está boa não ((a EA)). Quando deixou de cobrar, ela ((a EA)) deixou de fazer. É mais ou menos isso. Porque, enquanto tu ((EP)) *está* lá, cobrando, aí, tem que mostrar serviço. Mas, ninguém cobrou. Então, não vou fazer”. Mais uma vez, entendemos que a liderança é evidenciada. Mesmo que de forma velada e sem ser mencionada. Assim, consideramos que a falta de cobrança pode ser associada à falta de liderança.

Cristina - coordenadora da EP - menciona que a parceria só a fortaleceu como profissional. A coordenadora também faz destaque para a organização e cobrança como elementos que auxiliam na aprendizagem das crianças e diz:

Às vezes, temos um plano de ação e engavetamos. E foi, a partir da experiência com a outra escola que percebemos que deve estar em cima da mesa, vendo todo dia, o que deu certo, o que não deu, como melhorar. O que ficou dessa cooperação, dessa experiência foi o elo de amizade entre nós e a vontade de melhorar.

Para Patrícia - professora da EA:

Foi um estímulo. A união foi positiva. A questão pedagógica mesmo no sentido de trazer a família, de mostrar a importância não só a questão da prova, do resultado. Mas, a questão do conhecimento dos alunos foi muito positiva. Aprendi outros métodos, novos conhecimentos, outras maneiras. A parceria só veio ajudar a contribuir para melhorar. A metodologia é interessante, um ganho. Só veio acrescentar.

Ganhamos porque vieram dar um novo olhar para a gente sempre buscar mais conhecimento. Foi muito boa. Aprendi a questão da família que, lá ((na escola premiada)), na escola deles, é muito forte. A frequência dos alunos, investigar por que estão faltando.

Acrescentou algumas coisas na rotina: jogos, troca de experiências. Até dos funcionários da escola mudaram, apoiaram. Teve um olhar mais a fundo nessa turma avaliada. Trazer os pais, a questão da frequência que melhorou, do reforço escolar. Modificou a infrequência. Quanto ao planejamento, mudou bastante. Modificou a minha prática. Até hoje, eu uso, em outra turma, o que aprendi dessa relação. A dinâmica da escola e da sua sala de aula mudou. Mesmo com o pouco tempo. Mas, mudou com as novas ideias.

Como podemos observar, a professora considera a metodologia utilizada pelas profissionais da EP e repassada para ela como interessante. Entende também que a experiência de parceria lhe trouxe novos conhecimentos, novas ações na rotina pedagógica como o uso de jogos e um olhar mais aprofundado para a sua turma de alunos. Patrícia acredita que seu planejamento também mudou e as famílias dos alunos são mais presentes e frequentes na escola.

Neste ponto da discussão, trazemos o pensamento de Damiani (2008, p. 214), quando diz que “os membros de um grupo se apoiam, visando atingir objetivos comuns negociados pelo coletivo, estabelecendo relações que tendem à não-hierarquização, liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade pela condução das ações”. A nosso ver, a ação do Prêmio Escola Nota Dez alterna ações de cooperação e colaboração com normas determinadas pelo Programa que induzem relações de cooperação e ações colaborativas entre os sujeitos das escolas premiada e apoiada. Sobre isto, Brooke (2008), Calderón, Raquel & Cabral (2014) ratificam que os efeitos do Prêmio no Ceará induzem uma cultura de colaboração entre as escolas.

Álvares & Del Rio (1996 *apud* DAMIANI, 2008, p. 215-216) consideram que quem aprende “toma emprestado”, paulatinamente, tais modelos de seus interlocutores mais capacitados podendo, assim, chegar a ultrapassar seus limites, como no processo de troca de

experiência entre os sujeitos das duas escolas que estabelecem parceria. Neste ponto, trazemos Vygotsky (1998), teórico que defende a presença do outro como elemento imprescindível para que haja a mediação da aprendizagem. Sobre o aspecto da interação, os sujeitos colaboradores da pesquisa fazem as seguintes afirmações:

Vendo a realidade da outra escola, dificuldades dela... Eu aprendi com as dificuldades delas. Eu tentei trazer para minha escola/Aquilo como um aprendizado para mudar minha prática. Eu amadureci bastante e cresci profissionalmente. E, veio meu trabalho daqui, da escola, enquanto diretora (Djacira- Diretora EP).

A gente viu como é que eles trabalhavam lá ((na EP)), a questão da organização, das exigências. Eu achava que não precisava cobrar, que eu ia ser chata. Mas, não. Se fulana cobra, então, eu vou cobrar também. Trabalho em grupo. Você pegar a ideia de um, a ideia de outro, o incentivo de uma, o incentivo de outro, a palavra boa de uma, a palavra boa de outro e você ver como é que a pessoa trabalha. Você vê como é legal você fazer as coisas tudo direitinho (Daiana - Diretora EA).

Eu cresci muito com isso, com essa cooperação que existiu entre as duas escolas. Por ser o primeiro ano na coordenação, mudou tudo. A gente cresce. Eu cresci demais com tudo isso. Profissionalmente, pessoalmente... Esse ano, eu tentei melhorar mais. O regime de cooperação abriu os olhos da gente *pra* perceber o que a gente tem que fazer. Não deixar só para o final do ano (Cristina - Coordenadora EP).

Eu aprendi muita coisa porque eu tinha experiência como diretora. Mas, o que eu aprendi, estou usando esse ano também porque continuo como coordenadora (Catarina - Coordenadora EA).

Você já está trabalhando em uma escola e, de repente, você tem o desafio de ir para outra escola com outra realidade. Só tenho é que contribuir. Quando nós damos as mãos com essa cooperação que a gente leva, o que a gente recebe do outro, isso significa muito nas nossas vidas. Somos pessoas que trabalham com as outras pessoas. Representou mais conhecimento, mais aprendizado (Priscila - Professora EP).

Ajudou bastante. Até conhecer a realidade deles porque a gente só tem aquela visão daqui. *Me* deu outra visão pedagógica. Eu fui buscar outras formas, outros métodos para ensinar. E você sabe que a pessoa está com você é bom. É uma ajuda (Patrícia - Professora EA).

Ratificamos a exposição de Damiani (2008), quanto ao trabalho compartilhado entre gestores e professores, possibilitar o resgate de valores, e no caso cearense, o regime de cooperação ensejado pelo prêmio, apresenta potencial para enriquecer práticas pedagógicas e de gestão, conforme Damiani (2008, p. 225) criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica.

Quando perguntamos a visão sobre o regime de cooperação induzido pelo Prêmio, a partir da experiência vivenciada na parceria, em 2017, as respostas foram positivas. Para Gliciane - gerente municipal da EP: “Essa ação do Prêmio Escola Nota Dez, para mim, é uma ação positiva que favorece a socialização do meu trabalho. De certa forma, mostrar o

conhecimento de outras pessoas. Eu pude rever algumas pessoas, conhecer outras realidades, valorizar mais a minha realidade”. Além disso, destaca que:

Essa visita de cooperação ela nos encoraja mais, nos confirma que esse trabalho que a gente faz, quando faz porque gosta e tem um apoio para fazer, dá certo e as crianças que saem ganhando e professor fica satisfeito porque ele tem ajuda da Secretaria, os coordenadores e diretores e eles sabem que tem a gente para contar.

Mais do que conhecer outra realidade, a experiência serviu para refletir sobre o seu contexto e valorizá-lo ainda mais. Para a gerente municipal da EA: “Seria muito bom se não fosse uma obrigação. Mas, uma prática contínua de uma escola procurar a outra porque nós trabalhamos em rede”. Confirma o seu pensamento de que a ação do Prêmio não seja impositiva. Mas, uma prática existente entre os profissionais da educação e também o trabalho em rede é ressaltado. Sobre esta discussão, Vieira e Vidal (2013, p. 1088) ratificam que:

É oportuno registrar, contudo, que, considerando o conhecimento hoje acumulado sobre redes colaborativas, a alternativa encontrada pelo Ceará faz sentido. A ideia de incentivos financeiros para escolas com melhores e piores resultados... A indução em si parece ser positiva, mas as formas de implementação, contudo, podem ser aperfeiçoadas.

Destacamos a fala de Djacira - diretora da EP -, ao considerar que só foram escolhidos para cooperarem porque este é um trabalho que já acontece na sua escola e no município. A profissional destaca que a experiência:

Veio só acrescentar e a fortalecer esse trabalho que já é feito na escola. Ele fez a gente entender que o caminho é esse aí. É o trabalho conjunto. É um trabalho em que todos dão a sua opinião. Ninguém faz nada separado. Toda decisão, por pequena que ela seja, ela tem que ser tomada em conjunto porque eu acho que o resultado tá aí. A gente levou para a escola apoiada o que a gente tinha de mais forte que é o trabalho da gestão, uma gestão coesa, uma gestão que fala a mesma língua, uma gestão que trabalha junto, que divide os problemas e as soluções tudo no grupo só. Se gente não tivesse esse trabalho dentro da escola, de cooperação - porque é um trabalho de cooperação -, nós não teríamos sido chamados para ir para dar exemplo a outra escola. Ser premiada é resultado de um trabalho de cooperação na escola.

Em outros momentos da entrevista, a diretora da EA mencionou novamente a importância da ajuda do “outro” no processo de melhoria da escola e diz:

É a parceria de saber que você não está só, de você não ter apenas a sua cooperação. Mas, de um grupo que tem o mesmo pensamento que você e que busca o mesmo objetivo que você e você se apoiar nesse grupo. E você conseguir fazer as coisas porque você se sente seguro. Você sabe que, quando tiver alguma dúvida, você vai ter com quem contar, a quem perguntar. Pessoas que, realmente, sabem o que estão fazendo. A menina que era a formadora do PAIC tinha uma lista extensa de Prêmios.

Então, eu pensava: “Essa menina deve saber muito. Se ela é a formadora e está aqui, apoiando... Então, vamos aprender com ela”. No caso, não é nem a premiação. Mas, é o esforço de você mostrar que, com esse apoio, a gente consegue. Quando a gente tem apoio, a gente consegue. Porque, quando você fala “bonificação”, é uma coisa tão singela! Não é lá essa bonificação. Tá entendendo? Era mais assim... No meu compreender, é mostrar que, quando a gente quer, a gente pode. Quando eu vi, parece assim, que aquela escola fez parte da gente. Como se a gente fosse um só grupo, independente de prefeitura, de nada. A gente acabou criando esse vínculo. Não estou preocupada se esse Prêmio. Fosse um selo, como a gente recebia, eu estaria muito satisfeita em saber que nossa escola tem um selo de escola de qualidade. Só isso deixa a gente cheia de orgulho. Para você ver: a gente não deixa de ser uma concorrente delas com relação ao Prêmio. Mas, eu não vi essa diferença. Elas queriam muito ajudar. Elas queriam que a gente tivesse bom resultado.

Ao afirmar que, “quando a gente tem apoio, a gente consegue”, a diretora da EA demonstra sua visão acerca da importância do trabalho em grupo, de aprender com o outro. Sobre seu pensamento acerca da profissional formadora do PAIC da EP, acerca deste aspecto, para Calderón, Raquel & Cabral (2015), o Prêmio tem o desafio de, no âmbito escolar, aliar estratégias meritocráticas a estratégias de cooperação e colaboração, o que rompe com a visão amplamente disseminada de que as políticas baseadas na meritocracia propiciam o individualismo, a concorrência e a fragmentação da comunidade escolar.

Deste modo, o diferencial do Prêmio Escola Nota Dez não é só o fato de reconhecer e valorizar o mérito, isto é, o trabalho realizado pelas escolas que atingiram as metas estatais. Mas, é também - e, principalmente - induzir relações de cooperação por meio da transferência de conhecimentos e experiências entre uma EP e uma EA - escola que não conseguiu bom desempenho nas avaliações estatais. Como defende Daiana - diretora da EA -: “a gente não deixa de ser uma concorrente delas com relação ao Prêmio. Mas, eu não vi essa diferença. Elas queriam muito ajudar”.

Cristina- coordenadora da EP - reforça esta mesma afirmação, quando faz menção à importância da cooperação e não do Prêmio:

Significou muito porque existia a união de todos, desde a participação da pessoa que estava na merenda escolar até o porteiro. Tudo isso é uma cooperação. O importante para a escola foi a união que a gente teve para poder a escola crescer/a escola apoiada subir de nível porque estava baixo. Não foi em relação ao dinheiro. O dinheiro conta porque ajuda, quando chega. Mas, não pensamos no dinheiro.

Com o mesmo pensamento, Catarina- coordenadora da EA - afirma:

Tivemos que ter sido escola apoiada para poder a gente ver a forma de ensinar. Então, quando vimos da outra escola, foi de grande responsabilidade e, nós conseguimos um bom resultado. Tanto exigiu como ensinou o quanto nós estávamos dormindo. Exigência para que nos aprofundássemos mais. Eram coisas que nós sabíamos. Mas, não colocávamos em prática. Estávamos precisando desse chamado

para trabalhar dessa forma, dessas visitas, atividades diversificadas. Em relação ao trabalho dos professores, também ficou diferente. A gente vê o empenho maior e elas viram o quanto foi significativo para elas a cobrança; o quanto foi bom a cobrança positiva.

Priscila - professora da EP - reflete sobre trabalhar com o mesmo objetivo. E, sobre isto, diz que: “com esse material tem que se dedicar em prol do mesmo objetivo dar certo. Significa quando damos as mãos, quando a gente leva o que recebeu para o outro”, fortalecendo a prática de cooperação a qual o prêmio induz.

Priscila - professora da EA - disse que a experiência “foi válida para perceber os avanços deles ((dos alunos)), pois, para mim, essa avaliação é diagnóstica tanto para os alunos perceberem suas dificuldades como para *mim* perceber a minha prática se está adequada para as necessidades deles”. É importante observar a visão da professora sobre a avaliação, na sua fala, a professora indica que o resultado das avaliações é utilizado para verificar as dificuldades dos alunos e melhorar a sua prática, como indica os documentos do PAIC.

Diante dos resultados apresentados, acreditamos que a EP, certamente, viverá uma nova experiência do regime de cooperação do Prêmio, uma vez que foi premiada no 2º ano e como Escola Revelação no 5º ano. Portanto, deverá estabelecer mais uma parceria com outra escola a ser apoiada, em 2018. Quando questionados sobre esta nova experiência, os sujeitos colaboradores da pesquisa afirmaram que:

Eu vejo com olhar muito positivo porque, a cada escola que a gente vai, é uma realidade que a gente conhece, é um aprendizado que a gente tem, é um elo de amizade que a gente faz (Djacira - Diretora EP).

Eu espero que, assim como a gente foi bem recebido na EA, seja na próxima escola que a gente for (Cristina - Coordenadora EP).

De início, a primeira vez, fiquei um pouco/que o novo, muitas vezes, assusta. Só que como educadora, como profissional, eu acredito que estou preparada para enfrentar o desafio, o novo (Priscila – Professora EP).

Reafirmamos o pensamento de Brooke & Cunha (2010, p. 45) que, ao analisarem a experiência do estado do Ceará, afirmam que:

No caso das políticas de premiação, por outro lado, em que as escolas com melhor desempenho são aquinhoadas com recursos até vultosos, como no caso do Ceará, a mensagem é claramente de competição e de incentivo a todas as escolas para que melhorem seus resultados.

Aqui, lembramos que Abrúcio, Segatto & Pereira (2016) e Calderón, Raquel & Cabral (2015) são autores que analisam o Prêmio como política indutora da melhoria dos resultados

das escolas públicas do Ceará e, com isso, apontam que a relação de cooperação entre as escolas induz à troca de experiências e conhecimentos entre as escolas numa cooperação entre pares, apesar de buscarem atingir as metas educacionais estaduais. Todavia, afirmam que esse não é o ponto mais importante. Mas, sim, a troca de experiências técnicas e pedagógicas entre a EP e EA. Fazemos este destaque por entendermos que há uma crença de que investir recursos nas escolas com melhores e mais baixos resultados nas avaliações externas serve de incentivo para a melhoria do desempenho dos alunos.

Todavia, os dados apontam para a singularidade no desenho da política educacional do Prêmio Escola Nota Dez validando o pensamento de Calderón, Raquel & Cabral (2014) de que a premiação/bonificação não é somente para reconhecer e valorizar as escolas com melhores desempenhos. Mas, é, principalmente, induzir relações de cooperação por meio de troca de experiências e conhecimento entre escolas com melhores resultados e escolas com menores desempenhos nas avaliações externas.

Assim, resumimos que o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará beneficiadas pelo Prêmio Escola Nota Dez teve as seguintes ações:

- Após o resultado da avaliação do SPAECE - realizada em 2015 -, o qual foi divulgado pela SEDUC, em 2016, a EP (Fortim) participou de reunião para saber qual escola iria apoiar;
- Escolas apoiada e premiada elaboram o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros com assessoria da CREDE 10;
- O regime de cooperação iniciou em agosto de 2017 com a 1ª visita da equipe da EP à EA para reconhecer a escola apoiada e seus profissionais;
- A primeira visita da EA à EP foi para que a primeira escola pudesse conhecer as práticas pedagógicas da segunda e; para a elaboração do plano de ação “De Mãos Dadas”;
- A segunda visita da EP à EA foi para que houvesse a interação dos professores da primeira escola com os alunos do 5º ano da segunda e; para a realização do diagnóstico da proficiência dos educandos em Língua Portuguesa;
- A segunda visita da EA à EP foi para realização de planejamento coletivo na EA e; para que a EA conhecesse o nível dos alunos do 5º ano da EA e realização de diagnóstico de Língua Portuguesa;
- A terceira visita da EP à EA foi para realização de diagnóstico da proficiência dos alunos do 5º ano da EA em Matemática;

- Reunião com os pais da EA para sensibilização destes sujeitos acerca da importância da ação de cooperação entre as duas escolas e; para avaliação do SPAECE;
- Criação do grupo de *WhatsApp* dos profissionais das duas escolas para o compartilhamento de informações;
- Aplicação de simulados de Língua Portuguesa e Matemática para as turmas de 5º ano da EA;
- Reforço escolar para alunos, a partir dos diagnósticos realizados;
- Compra de materiais e equipamentos para as escolas com recursos financeiros do Prêmio;
- Formação na CREDE 10 sobre Prestação de Contas dos Recursos Financeiros do Prêmio;
- Prova do SPAECE - em dezembro.

A análise dos dados e das entrevistas - as quais foram realizadas durante a pesquisa - evidenciam os efeitos positivos do Prêmio Escola Nota Dez na EP (de Fortim) e na EA (de Aracati). Portanto, podemos afirmar que o regime de cooperação - administrativo, pedagógico, financeiro - estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas beneficiárias do Prêmio Escola Nota Dez impactou positivamente os resultados dos indicadores educacionais do 5º ano das duas escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como um grande tapete - que fio-a-fio é tecido - foi o desenvolvimento deste estudo que teve como objetivo investigar como foi estabelecido o regime de cooperação técnico-pedagógica, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais do estado do Ceará beneficiárias do Prêmio Escola Nota Dez. Por ser um dos dois principais eixos do PAIC a indução à cooperação do referido Prêmio foi avaliada no que se refere a se e como, realmente, funcionou entre duas escolas - premiada e apoiada.

Deste modo, foi possível chegarmos a uma compreensão acerca de uma realidade do Programa vivenciada pelos municípios de Aracati e Fortim abrindo, assim, espaço para ampliação e qualificação da discussão do Prêmio. Além disso, enquanto professora da rede pública de ensino, a realização da pesquisa nos proporcionou uma maior apropriação do funcionamento do Programa e da realidade local investigada, o que contribuiu para o aperfeiçoamento de nossa prática pedagógica.

Ao analisarmos os documentos institucionais do Prêmio; os relatórios pedagógicos e financeiros das escolas pesquisadas - premiada e apoiada pelo Prêmio Escola Nota Dez - e a transcrição das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa, encontramos evidências de como o regime de cooperação entre as duas instituições foi estabelecido.

As ações desenvolvidas pelas escolas, durante o regime de cooperação, foram identificadas: nos documentos oficiais; nos relatórios preenchidos pelas referidas instituições; e nas falas dos sujeitos, as quais foram coletadas por meio de entrevistas e registradas em áudios.

Nas entrevistas, os sujeitos citaram ações desenvolvidas durante o regime de cooperação as quais consideraram de grande importância como: a elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros; compra de materiais; plano de ação técnico-pedagógico “De Mãos Dadas”; simulados; reunião com os pais da escola apoiada; visitas pedagógicas entre as escolas participantes do regime; diagnósticos de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e; reforço escolar. Todavia, de forma unânime, os sujeitos colaboradores da pesquisa destacaram que o curto prazo para a realização das ações foi um fator que inviabilizou ações relevantes e indispensáveis como: visitas para cooperação técnico-pedagógica; ações pedagógicas na escola apoiada e utilização total dos recursos financeiros da escola apoiada, devido à demora na liberação dos mesmos e mudança de valores anteriormente orçados.

Ademais, os sujeitos revelaram que as escolas participantes do regime de cooperação enfrentaram sérios problemas como: rotatividade de professores no 5º ano da EA; adaptação dos professores da escola apoiada à rotina da EP; falta de cooperação entre os sujeitos da escola apoiada; falta de formação e acompanhamento pedagógico para os professores do 5º ano da escola apoiada; início tardio do ano letivo na escola apoiada; falta de credibilidade dada ao Programa pelo corpo docente do prédio anexo da escola apoiada; falta de apoio pedagógico da SME de Aracati à escola apoiada; prazo curto para execução do regime de cooperação técnico-pedagógico entre as escolas e; escola apoiada situada em área de conflito social.

Deste modo, compreendemos que os problemas observados no estudo impactam diretamente nos resultados do regime de cooperação do Prêmio, o qual objetiva a produção de um resultado comum: a aprendizagem de todas as crianças por meio do esforço coletivo de aprendizagem. Nesta experiência de parceria, os sujeitos apoiam-se mutuamente e têm a possibilidade de perceberem que há práticas pedagógicas diferentes. Com isto, o professor não se sente sozinho por compreender que dispõe de um par cujas experiências são diferentes e, exatamente por isso, produziram bons resultados na aprendizagem dos seus alunos.

Com relação à resistência de Patrícia - professora da turma anexa da EA -, inferimos que, se a educadora tivesse interagido e se dedicado mais - assim como procedeu a professora colaboradora da EA -, a sua escola teria tido um resultado ainda melhor.

Como aspecto positivo do regime de colaboração e como um dos principais elementos para o desenvolvimento das ações da experiência, os sujeitos colaboradores da pesquisa apontaram a determinação pessoal e força de vontade dos profissionais das escolas. Assim, destacamos a autonomia de Gliciane - gerente municipal da EP - para realizar as ações, assim como a confiança da sua equipe, o que nos remete à liderança que a gerente manifesta.

Entendemos também que a experiência, o compromisso e a dedicação da equipe da EP foram elementos diferenciais que também facilitaram as ações, assim como a receptividade dos sujeitos da EA, bem como a integração com a equipe apoiadora.

Os recursos para a efetivação das ações foram expostos por Djacira - diretora da EP - como aspecto facilitador. O apoio e a organização do trabalho da SME de Fortim e da sua equipe foram observados pelos sujeitos da EA. Observamos também que os sujeitos acreditaram na proposta do Prêmio e, assim, promoveram ações em regime de cooperação, em que cada um empreendeu esforço em busca de alcançarem os objetivos comuns descritos no Projeto “De Mãos Dadas”.

Todavia, apesar das ações derivarem dos sujeitos da EP, a EA as desenvolviam de acordo com o disposto no projeto com muito compromisso e entusiasmo, configurando-se um trabalho cooperativo.

A investigação desvelou que o regime de cooperação técnico-pedagógico entre as duas escolas produziu efeitos positivos nas práticas - pedagógicas, de gestão, administrativas, financeiras e pessoais - desenvolvidas pelos sujeitos colaboradores da pesquisa, porém, conforme já exposto nesta pesquisa, concebemos que na cooperação, há ajuda mútua, o que verificamos é que a escola apoiada recebeu orientações, mas não cooperou com a escola premiada, apenas recebeu apoio técnico e pedagógico por parte da EP e financeiro por parte da SEDUC. Compreendemos que são necessárias modificações na estrutura do programa, quanto à cooperação mútua. Em linhas gerais, entendemos que, por propor ações conjuntas pelos sujeitos de escolas diferentes - os quais possuem experiências diversificadas e todos são responsáveis pelo resultado por terem um objetivo comum -, o trabalho cooperativo induzido pelo Prêmio apresenta potencial para superar os problemas enfrentados pela EA.

No que se refere aos indicadores educacionais nacionais e estaduais - como Ideb e SPAECE - das duas escolas, estes apontam que o Prêmio impactou positivamente nos resultados do 5º ano do Ensino Fundamental das escolas - premiada e apoiada - analisadas pelo estudo. Ou seja, as escolas cresceram em seus indicadores educacionais, a partir da política PAIC e do regime de cooperação técnico-pedagógico do Prêmio Escola Nota Dez, estabelecido em 2017, nas escolas investigadas.

Destacamos que os documentos oficiais, o questionário de infraestrutura, os relatórios de visitas, os planos de aplicação de recursos financeiros e as entrevistas foram analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin (2011) e Franco (2012). Assim, chegamos a algumas respostas para a nossa pergunta de partida, a saber: Como o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - foi estabelecido, durante o ano de 2017, entre duas escolas públicas municipais de Aracati que foram beneficiadas - premiada e apoiada - pelo Prêmio Escola Nota Dez?

Durante a pesquisa de cunho bibliográfico, compreendemos que o regime de cooperação estabelece um princípio constitucional fundamental que compatibiliza autonomia e interdependência aos entes federativos para a oferta de um ensino de qualidade.

Ainda, percebemos que a história do regime de cooperação do Ceará se consolidou com a política de premiação/bonificação do estado e que o Prêmio Escola Nota Dez surgiu como uma ação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Essa característica é peculiar ao Ceará que, apesar de apresentar bons resultados na educação do estado e ser alvo

de estudos que propõem a disseminação para outros estados, pode não encontrar terreno fecundo em outros territórios como é o caso do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) - política que apresentava características do Programa cearense, mas que não obteve bons resultados no restante dos estados da federação.

O regime de cooperação, no Ceará, é um processo longo, como já discutido na pesquisa. Porém, os sujeitos participantes da pesquisa demonstram naturalidade durante o compartilhamento de informações entre SME e SEDUC, de modo que, assim, contribuíram para a melhoria da educação de todas as crianças sem que houvesse categorização entre município e estado.

Os documentos institucionais do Programa apontam para essa articulação entre estado e os municípios cearenses atrelando ações de melhoria da aprendizagem e regime de cooperação entre: estado e municípios; municípios e municípios; municípios e escolas e, finalmente; escolas e escolas, as quais deverão desenvolver ações de cooperação técnico-pedagógicas como requisito para recebimento da premiação e ou bonificação.

Deste modo, entendemos que a experiência do regime de cooperação ampliou nossa convicção de que este é uma experiência necessária para a superação dos problemas pedagógicos e administrativos existentes no interior das escolas públicas. Porém, como o Programa não é executado a contento em todos os municípios, o Prêmio Escola Nota Dez fica atrelado somente aos resultados do SPAECE - avaliação realizada no fim do ano em que, de modo geral, os professores são responsabilizados pelos baixos resultados das escolas. Assim, entendemos que não é realizado um trabalho eficaz e eficiente, desde o início do ano letivo, tornando-se uma cultura de cooperação entre os professores. Ao contrário disto, ocorrem ações isoladas, fragmentadas e penosas desenvolvidas pelos professores. Todavia, destacamos que o resultado da aprendizagem dos alunos inicia bem antes da sala de aula e não se encerra na avaliação - a qual passa a ser um meio e não um fim em si mesmo.

A análise dos relatórios de visitas e aplicação dos recursos financeiros nos evidenciou que as escolas sentiram a necessidade de ponderação para exequibilidade das ações e mecanismos financeiros. A burocracia para elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros e a liberação do dinheiro trouxe prejuízos para a EA, a qual não pôde utilizá-lo em sua totalidade. Deste modo, defendemos como indispensável a realização de uma revisão no tempo de liberação e utilização dos recursos e assessoria financeira e técnica mais presente, assim como já têm a pedagógica.

Ainda, lembramos que o questionário de infraestrutura desvelou a urgência de realização de mais investimentos nas escolas apoiada e premiada para a melhoria da

aprendizagem dos alunos. Assim, defendemos que, se houvesse mais investimentos na infraestrutura - que interferem diretamente na qualidade da educação - as escolas poderiam apresentar resultados ainda melhores.

Apesar de não constituir o objeto de estudo, há um achado da pesquisa que consideramos relevante, o qual foi encontrado já na conclusão da análise dos dados. Verificamos que a EP do município de Fortim, apresenta práticas colaborativas e ações de cooperação sistematizadas, as quais são planejadas com um objetivo comum: a aprendizagem dos alunos. Há gerenciamento e acompanhamento das ações por parte da gerente municipal do PAIC e da diretora da referida escola. Estas profissionais descrevem ações desenvolvidas que permitem ver tanto as partes como o todo do processo educacional.

Quando o resultado das avaliações internas e externas é divulgado, os gestores e professores são chamados pela SME para estudarem os resultados do município, de sua escola e das turmas das escolas. A partir de então, elaboram ações de intervenção visando a superação das dificuldades dos alunos em tempo hábil. Com esta ação, todos os professores compreendem os seus resultados e participam das decisões juntamente com o núcleo gestor da escola.

Diante disso, verificamos que todos os sujeitos conhecem o processo e não somente a gerente municipal do PAIC ou a diretora. Na fala de cada uma delas, havia conexão e percebemos todo o percurso. Desde o início do ano letivo, houve uma sequência ordenada que foi averiguada nos indicadores educacionais da EP e no município do Fortim.

Ainda, enfatizam que, para a implantação do regime de cooperação, não executam ações isoladas. Ao contrário disto, analisavam e estudavam os resultados dos diagnósticos de Língua Portuguesa e Matemática, avaliações do PAIC, resultados do Ideb e SPAECE. A partir disso, propunham intervenções para superação das dificuldades dos alunos apontadas pelas avaliações internas e externas. Nesse sentido, a avaliação cumpre a sua função diagnóstica e interventiva, assim como está em conformidade com a SEDUC que aponta a avaliação como um ciclo que não se encerra em si mesmo, mas que serve como um meio para reelaboração de metas educacionais no estado e municípios.

Outro dado importante observado no estudo é que o município do Fortim - portanto, EP - obedece à estrutura organizacional e burocrática do PAIC e do Prêmio, apresentando indicadores educacionais elevados, a partir da sua implementação, em 2007, apontando para a eficácia no alcance dos resultados e eficiência na forma de executar a política pública educacional cearense.

Nesse sentido, investigarmos sobre o regime de cooperação - administrativo, pedagógico e financeiro - do Prêmio Escola Nota Dez entre as duas escolas não foi uma tarefa simples. Isto porque a política educacional do estado do Ceará possui caráter sistêmico e características próprias. Além disso, a implementação do PAIC e do Prêmio não ocorreu aleatoriamente. Ao contrário, é regido por muitas Leis, Decretos, protocolos, manuais e relatórios que precisam ser analisados para que se tenha uma visão geral e não se detenha em partes fragmentadas que, na realidade, nos impossibilitam compreender o resultado final de toda a política: a aprendizagem das crianças.

Assim, o estudo realizado e os resultados obtidos foram constituídos em um período específico - entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018 - e, apontam para novas questões surgidas no desenvolvimento deste trabalho. Dessa forma, supomos que sejam necessários novos estudos para verificação de questões como, por exemplo:

- Quais as características da gestão municipal e escolar das EPs pelo Prêmio Escola Nota Dez?
- Qual a influência da gestão escolar nos resultados do SPAECE das escolas cearenses?
- Os recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez influenciam os resultados apresentados pela EP? A EP utiliza os recursos de modo mais eficiente?
- O tempo para execução das ações de cooperação do Prêmio Escola Nota Dez influencia nos resultados do SPAECE?
- O regime de cooperação entre os professores melhora as práticas pedagógicas dos professores e a melhoria da aprendizagem dos alunos?
- Como a avaliação *High Stakes* influencia na aprendizagem dos alunos participantes do Prêmio Escola Nota Dez?

Destacamos que a pesquisa nos possibilitou compreender que, para que a aprendizagem seja de qualidade, são necessários investimentos na escola e valorização profissional, pois a educação não depende apenas da vontade do professor. A forma como a política educacional municipal é gerenciada afeta - diretamente - na aprendizagem das crianças, na gestão escolar e nas práticas pedagógicas dos professores.

Como vimos nos dados da pesquisa, apesar de ser um mesmo Programa implantado em dois municípios, o PAIC foi desenvolvido de formas diferentes pelas escolas investigadas. Assim, mesmo dispondo de vontade de promover aprendizagem de qualidade e desenvolver práticas pedagógicas eficientes, a escola precisa dispor de recursos materiais, infraestrutura adequada, formação e acompanhamento pedagógico.

Do mesmo modo, os resultados das avaliações internas e externas devem cumprir a sua função diagnóstica e interventiva como assim ocorre - e de modo eficiente - na EP. Enquanto isso, na escola apoiada, no início do regime de cooperação entre as escolas, conforme observado nas falas os sujeitos, tinham desconhecimento dos índices educacionais e dos resultados das avaliações externas e do padrão de desempenho da escola no SPAECE nem mesmo tinham conhecimento do motivo de serem EA.

Entendemos que, em virtude da avaliação ser o “carro-chefe” do PAIC, é proposto que ocorram intervenções, a partir da análise dos resultados das avaliações internas e externas. Em ambas escolas ocorrem as avaliações, diagnósticos, simulados que são enviados à SEDUC e voltam para os municípios para serem realizadas intervenções para que se tente superar as dificuldades de aprendizagem identificadas. Todavia, apesar dos formulários serem preenchidos pela EA e enviados via *on line*, o que podemos perceber é que os dados e resultados não são estudados, o que compromete o alcance do objetivo do Programa que é a melhoria da aprendizagem das crianças.

Por meio da realização da pesquisa, inferimos também que o Prêmio Escola Nota Dez implantado nas duas escolas participantes do regime de cooperação cumpriu a função de um “raio- x” expondo as práticas e deficiências existentes no sistema educacional dos dois municípios. Mesmo expondo os municípios e as escolas, compreendemos o Programa como positivo porque, ao observar as práticas exitosas de sujeitos com experiências pedagógicas, de gestão e administração diferentes, bem como as formas de superar as dificuldades, são elaboradas novas aprendizagens em regime de cooperação e há ajuda mútua.

Além disso, o Prêmio propõe formas conjuntas para solução destes problemas e práticas de colaboração que iniciam na SEDUC, mas que precisam de uma gestão municipal comprometida e com ações claras e sistematizadas que não responsabilizem apenas os sujeitos das escolas pelos resultados dos indicadores educacionais.

Isto quer dizer que todos precisam estar comprometidos e cumprirem suas funções. Do contrário, são práticas individualizadas e que comprometem o regime de cooperação do estado, constituído pela política educacional PAIC.

Deste modo, encerramos a pesquisa com a certeza de que o objeto de estudo precisa ser ainda muito investigado, visto constituir uma política educacional bastante complexa com características diferentes nos dois municípios analisados e em virtude da sua importância e impactos que gestou na realidade observada pela pesquisa. Sendo assim, acreditamos ser necessária a compreensão acerca do que gesta resultados tão diferentes nas escolas

observadas, as quais estão localizadas em municípios vizinhos e que obedecem às mesmas orientações regionais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, L. F. **O impacto no modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente.** Brasília, DF: Enap, 1997. (Série Cadernos Enap, 10).

_____. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Rev. Adm. Pública, Edição Especial Comemorativa*, p.67-87, 2007.

_____. **A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento.** In: OLIVEIRA, Romualdo P.; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade.** Brasília: UNESCO, 2010.

_____; FRANZESE, C.; Sano, H. **Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios.** In: Cunha, A. S.; Medeiros, B. A.; Aquino, L. C. (Orgs.). **Estado, instituições e democracia: República.** Brasília, DF: IPEA, 2010. v. 1, p. 177-212.

_____;SANO, H.; SYDOW, C. **Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas.** In: MAGALHÃES, Fernanda (Ed.). **Regiões metropolitanas no Brasil.** Washington: BID, 2010. p. 197-234.

_____; MOZART N. R. **Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação / organização.** — São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

_____; SEGATTO, C. I.; PEREIRA, Maria Cecília Gomes . **Regime de Colaboração no Ceará: Funcionamento, Causas do Sucesso e Alternativas de Disseminação do Modelo.** 1. ed. São Paulo: Instituto Natura, 2016. v. 300. 75p .

AFONSO, A.J. **Para uma concetualização alternativa de accountability em educação.** *Educação e Sociedade*, v.33, n.119, p.471-484, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32000200008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 10 set. 2017.

_____. **Questões, objetos e perspetivas em avaliação.** *Avaliação*, v.19, n.2, p.487-507, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a13v19n2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

ALVES, M. S. **A avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da alfabetização: uma análise da experiência do Programa alfabetização na idade certa (PAIC),** Dissertação de Mestrado em Educação na Universidade Federal do Ceará – UFC, 2010. Disponível

http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3642/1/2010_DIS_MSALVES.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2017.

ARAÚJO, K. H. **Os efeitos do Prêmio escola nota dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/15716>. Acesso em: 20 de março de 2017.

AZEVEDO, K.A.A. **Rotatividade docente e suas implicações no contexto escolar**. Disponível: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_artigo_kelly_aparecida_almeida_azevedo.pdf 2012 Acesso em: 14 de março de 2018.

BARBOSA, J. G.; HESS, R. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo**. – Brasília: Liber Livro, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONAMINO, A.; SOUSA, S.Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*. 2012, vol.38, n.2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006> Acesso em: 17 de março de 2018.

BRANDÃO, J. B. **O rateio de ICMS por desempenho de municípios no Ceará e seu impacto em indicadores do sistema de avaliação da educação**. FGV, 2014.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica** (Res. nº4, de 13/07/2010) Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf . Acesso em: 16 de abril de 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: maio de 2017.

_____. **Censo Escolar 2009**. Brasília: MEC/INEP, 2009 - Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

_____. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE**. Brasília: INEP, 2005. 171 p. (Série ProjetoBoas Práticas na Educação, n. 1. Disponível em www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/432 . Acesso em: 12 de maio de 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9. 394, 20 de dezembro de 1996. Disponível http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: maio de 2017.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº 8.035/2010**. Aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acesso em: março de 2017.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Parecer 30/2000**. Disponível em: http://www.undime.org.br/htdocs/index.php?acao=princ&id=2&id_prin=75. Av. Constituição de 88. Acesso em: abril de 2017.

BROOKE, N. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.

BROOKE, Nigel. Responsabilização Educacional no Brasil. **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2008. ISSN 1989-0397. Disponível em: <https://revistas.uam.es/index.php/riee/article/view/4684>. Acesso em: 08 fevereiro de 2018.

_____; CUNHA, Maria Amália A. **Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. Estudos e Pesquisas Educacionais, São Paulo, n. 2, p. 17-79, 2011.

_____. **Controvérsias sobre políticas de alto impacto**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 336-347, jan./jun. 2013.

CALDERÓN, A. I.; RAQUEL, B. M. G.; CABRAL, E. S. **O Prêmio Escola Nota 10: meritocracia e cooperação para melhoria do desempenho escolar**. Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-517.pdf. Acesso em: abril de 2017.

CARNEIRO, D.; IRFFI, G. **Política de incentivos a escola melhora a proficiência no ensino fundamental?** Uma avaliação do Prêmio escola nota dez Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15437/1/2015_dissert_drfcarneiro.pdf 20 de março de 2017.

CEARÁ. **Lei nº 12.452/1995**. Dispõe sobre o Processo de Municipalização do Ensino Público. Acesso: 16 de maio de 2017.

_____. Assembléia Legislativa. **Educação de qualidade começando pelo começo: Relatório final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar**. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, 2006. Acesso em: 14 maio de 2017.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Protocolo de intenções**. Fortaleza: 2007. Disponível em: <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/pdf/intencoes.pdf>

_____. Secretaria da Educação. **Plano de trabalho para execução do Programa Alfabetização na Idade Certa**. Fortaleza: Seduc, 2007, 46 p.

_____. **Termo de parceria**. Fortaleza: 2007b. 7 p. Disponível em: http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/pdf/termo_parceria.pdf Acesso em: setembro de 2016.

_____. Secretaria da Educação. **Manual de orientação para o acompanhamento das ações do Paic: município**. Fortaleza: Seduc, 2009, 69 p. Acesso em: setembro de 2016.

_____. Secretaria da Educação. **Manual de orientações para elaboração, execução e prestação de contas dos planos de aplicação de recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.** Fortaleza: Seduc, 2009, 63 p. Acesso em: setembro de 2016.

_____. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará.** Fortaleza: SEDUC, Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2012.

_____. Secretaria da Educação do Governo do Ceará. **Prêmio Escola Nota 10.** Fortaleza, 2013b. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>>. Acesso em: setembro de 2016

_____. Secretaria da Educação. **Manual de orientações para elaboração, execução e prestação de contas dos planos de aplicação de recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.** Fortaleza: Seduc, 2013, 97 p.

_____. Secretaria da Educação. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE.** Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/o-Programa/>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. Secretaria da Educação. **Manual de orientações para elaboração, execução e prestação de contas dos planos de aplicação de recursos financeiros do Prêmio Escola Nota Dez.** Fortaleza: Seduc, 2017, 112 p. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. **Decreto Nº 30.796/2011.** Altera dispositivos do Decreto Nº29.881, de 31 de agosto de 2009 e dá outras providências. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. **Decreto Nº 30.797/2011.** Regulamenta a Lei Nº15.052/2011, que cria o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos do ensino fundamental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. **Decreto Nº 32.079/2016.** Regulamenta a Lei Nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. **Decreto Nº29.306/2008.** Dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20110725/do20110725p01.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____. **Decreto Nº 29.896/2009.** Regulamenta a Lei Nº14.371/2009, que cria o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização, IDE - Alfa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: setembro de 2016.

_____ **Lei Nº14.371/2009.** Cria o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com o melhor resultado no índice de Desempenho Escolar-Alfabetização - IDE - Alfa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____ **Lei Nº14.580/2009.** (Altera dispositivos da Lei Nº 14.371/2009). Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: setembro de 2016.

_____ **Lei Nº14.949/2011.** Acrescenta dispositivo à Lei Nº14.371/2009, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: setembro de 2016.

_____ **Lei Nº15.246.** (Institui o Prêmio Escola Nota 10, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos de ensino fundamental, e dá outras providências). Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____ **Lei Nº15.052/2011.** Institui o Prêmio Escola Nota Dez. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____ **Lei Nº15.276/2012.** Disciplina regras adicionais à Lei Nº 14.026, DE 17 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

_____ **Lei Nº 15.923/ 2015.** Institui o Prêmio Escola Nota 10. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>. Acesso em: 25 de setembro de 2016.

COELHO, I. C. A. **Rede de cooperação entre escolas:** uma ação no âmbito do Programa alfabetização na idade certa. Juiz de Fora: UFJF, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1243>. Acesso em maio de 2017.

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. **Projeto de Pesquisa:** entenda e faça. 5. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

CURY, C.R.J. **A Educação como desafio na ordem jurídica.** In LOPES, Eliane M.T.; FARIA, Luciano Filho & GREIVE Cyntia. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____ . **A educação e a primeira Constituinte Republicana.** In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988.** 2.ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2001a.

_____ . **Cidadania republicana e educação:** governo provisório do mal; Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002b.

_____. **Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, 2008.

_____. **A questão federativa e a educação escolar**. In OLIVEIRA, Romualdo Portela de e SANTANA, Wagner. (Orgs) **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Editora UFPR.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006, 128p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUARTE, Rafael Gomes. **Os determinantes da rotatividade dos professores no Brasil: uma análise com base nos dados do SAEB 2003**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Ribeirão Preto.

FERNANDES, T.W.P. **Regime de Colaboração: o contexto histórico das ações e das práticas em Educação**. Educ. foco, Juiz de Fora, v 17 n. 3, p. 153-176 nov 2012 / fev 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/10/cap-07.pdf>. Acesso em maio de 2017.

FERRAZ, E.F. **Conceituação de sistema de ensino**. In: SOUZA, P.N.P.; SILVA, E.B. (Org.). Educação: escola – trabalho. São Paulo: Pioneira, 1984. Apud Cury 2008.

FRANCO, M.L.P.B., **Análise do conteúdo**. Brasília, 4ª edição: Liber Livro, 2012. 96 p.

FRANÇA, M. **Sistema federativo e regime de colaboração: o plano nacional de educação – demanda e investimentos**. 2014. Disponível em: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/MagnaFranca_GT5_Integral.pdf2014. Acesso em: 14 de março de 2018.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão**. Instrumentos Metodológicos I. 2ª ED. São Paulo : Espaço Pedagógico, 1996.

GARCIA, R., VALENTE, M. J. R. e BARBOSA, L. **Que número é este? Um guia sobre estatísticas para jornalistas**: Fundação Francisco Manuel dos Santos 2016. <https://ffms.pt/FileDownload/10454966-54bf-4d20-8a36-e9d98307a514/que-numero-e-este>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, A. C. **O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como expressão da política pública de avaliação educacional do estado**. 2007. 262f. Dissertação

(Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2007.

LIMA, A. C. **Ciclo da Avaliação Básica**: Principais resultados. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38-58, set/dez. 2012. www.fcc.org.br/pesquisa/.../1757/1757.pdf. Acesso em 07 de julho de 2017.

MACHADO, D. A. **Políticas públicas interfederativas** : coordenação na implementação do Programa alfabetização na idade certa do Ceará. 2014. x, 120 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MAGALHÃES J., A. G. ; FARIAS, M. A. ; LIMA, D. **Política de avaliação educacional no estado do Ceará**: histórico dos Programas de avaliação da secretaria de educação básica do Ceará (SEDUC). Tópicos Educacionais , v. 2, p. 55-75, 2013.

MAIA, M. H. **Aprendendo a marchar**: os desafios da gestão municipal do ensino fundamental e da superação do “analfabetismo escolar” 2006. 187 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MARQUES, C.A.; AGUIAR, R.R.; CAMPOS, M. O. C. **Programa Alfabetização na Idade Certa**: concepções, primeiros resultados e perspectivas. Estudos em Avaliação Educacional, vol. 20, n. 43, 2009, p. 275-291.

_____. ; RIBEIRO, A. P. M.; CIASCA, M. I. F. L. **Paic**: O pioneirismo no processo de avaliação educacional com autonomia. Revista Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 41, set./dez. 2008, p. 433-448. Disponível em abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/download/111/8. Acesso em 06 de abril de 2017.

MAXWELL, J. **As 17 incontestáveis eis do trabalho em equipe**. Maxwell Motivation, Inc. Publicado por Thomas Nelson Publishers, 2001. Tradutor: Ricardo Acosta.

MELO, M. P.; MARCHIORI, A. C. **O federalismo no sistema constitucional brasileiro**: um modelo cooperativo? 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Regional de Blumenau.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v1n2/09.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2017.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NASPOLINI, A. **A reforma da educação básica no Ceará**. Estudos Avançados 15 (42), 2001. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a06.pdf>.

OLIVEIRA, J. B.A. **O sucesso de Sobral**. Instituto Alfa e Beto, 2013. Disponível em <http://www.alfaebeto.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Sobral-IAB-20150106.pdf>. Acesso em 20 maio 2017.

PADILHA, F. V. Q.; BATISTA, A. A. G.s. **Evolução dos indicadores educacionais no Ceará: os anos finais do ensino fundamental**. São Paulo: Cenpec, 2013. (Informe de Pesquisa n. 4).

PEREIRA, F. A. **A incidência das políticas de responsabilização do estado do Ceará nas ações de gestão pedagógica em âmbito municipal – o caso da Escola Maria Nair (Ipu-Ce)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

REY, F. G. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos da construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROMÃO, José Eustáquio. **Dialética da Diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, C. R. **O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SANTOS, F. D. G.; CIASCA, M. I. F. L. **A perspectiva do acompanhamento longitudinal da aprendizagem dos alunos do ensino**. RECEI Revista Ensino Interdisciplinar, v. 1, nº. 1, Julho/2015 UERN, Mossoró, RN SPAECE: perspectiva de acompanhamento da aprendizagem dos alunos cearenses através de seus resultados do SPAECE. Estudos em avaliação educacional. São Paulo, v. 23, n. 51, p. 116-134, jan./ abr. 2012.

SANTOS, H. O. dos. **Ideário Pedagógico Municipalista de Anísio Teixeira**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 105-124, julho/2000.

SAVIANI, D. **Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios**. Educação e Sociedade, ano XX, n. 69, Dezembro/1999.

_____. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. – 36 ed. – Campinas, SP: Autores associados, 2003.

_____. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. -9ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SEGATTO, C. I. **O papel dos governos estaduais nas políticas municipais de educação: Uma análise dos modelos de cooperação intergovernamental**. 2015. 196 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

_____. ; ABRUCIO, F.L. **A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros** Revista Brasileira de Educação, vol. 21, núm. 65, 2016 ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27544654008>. Acesso em 06 de abril de 2017.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação Educacional: fundamentos teóricos e relação com a política educacional.** 2012. Disponível em <http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JanssenFelipe.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2017.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARIÑAS, Mayte. **Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis.** In: BOF, Alvana Maria (Org.). *A educação no Brasil rural*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 47-68.

Sistemas de avaliação educacional no Brasil: características, tendências e uso dos resultados. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp, São Paulo, jul. 2007.

SOUSA, S.Z. **Políticas de avaliação da educação básica: controvérsias e indicações.** In: I Simpósio Nacional de Educação Básica, 2006, Brasília. Anais, 2006. p. 139-144. SOUSA, S.Z.

_____. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola.** Educ. Pesqui. [online]. 2012, vol.38, n.2, pp.373-388. Epub Feb 14, 2012. ISSN 1517-9702. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006>. Acesso em: 17 de março de 2018.

_____. **Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da educação básica com iniciativas do governo federal.** In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernardete A. (Org.). *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 61- 85.

_____. **Avaliação na escola básica: controvérsias e vicissitudes de significados.** In: FERNANDES, C. O. *Avaliação das aprendizagens: sua relação com o papel social da escola*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 93-111.

SUMIYA, L. A. **A hora da alfabetização: atores, ideias e instituições na construção do PAIC-CE.** 2015. 247f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SZYMANSKI, H. (org.) **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Série Pesquisa em Educação v.4. Brasília: Líber Livros, 2004.

TEIXEIRA, A. M.C. **Impactos do repasse do ICMS sobre a proficiência dos alunos do estado do Ceará - uma medida do IQE / Anna Márcia Cordeiro Teixeira. – 2015.**

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, S.L. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense** Estudos avançados, São Paulo v. 21, n. 60, 2007.

_____. **Educação básica no Ceará: construindo um pacto colaborativo.** In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade.** Brasília: Unesco, 2010. p. 271-286.

_____. ; VIDAL, E. M. **Construindo uma história de colaboração na educação: a experiência do Ceará.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1075-1093, out- dez. 2013.

XAVIER, O. L. **Política de responsabilização como estratégia para promoção de desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio “Escola Nota Dez” - Tese (doutorado) -** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Estudo de caso planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

ASPECTOS OBSERVADOS	ESCOLA PREMIADA	PONTUAÇÃO	ESCOLA APOIADA	PONTUAÇÃO
Município	Fortim – CE	52	Aracati- CE	52
Prédio Próprio (x) sim	sim		sim	
Possui Prédios anexos:	Sim		sim	
Estado (UF):	CE		CE	
Bairro	Centro		Bairro N.S. de Fátima	
Localização	Urbana		Urbana	
Prédio	Próprio		Próprio	
Prédio Anexo	01		01	
Situação legal	Reconhecida CREDEnciada		CREDEnciada	
Tempo de funcionamento da escola	38 anos		19 anos	
Turnos de funcionamento	Matutino Vespertino Noturno		Matutino Vespertino	
Horário de funcionamento	7 às 11 13 às 17 18 às 21:30		7 às 11 13 às 17	
Número de Turmas	Manhã - 20 turmas Tarde – 19 turmas Noite – 02 turmas			
Número de Turmas Total	41 turmas		14 turmas	
Etapas e modalidades de ensino	Educação Infantil Fundamental - 1º ao 9º Ano EJA- 6º ao 9º ano		Fundamental - 1º ao 9º Ano	
Quantidade de alunos	810		476 alunos	
Quantidade de Professores	40 Efetivos 19 Temporários		02 Efetivos 21 Temporários	
Quantidade de funcionários	05 Efetivos 13 Temporários		03 Efetivo 14 Temporários	
Quantidade de salas de aula	21 existentes 21 disponíveis 20 em uso Matutino		06 existentes 06 disponíveis 06 matutino 06 vespertino	

	19 em uso Vespertino 02 em uso Noturno			
Total	52		52	

2. QUADRO DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS PARA A COMUNIDADE

ASPECTOS OBSERVADOS	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Prestação de contas	0	0
Prestação de contas	0	0
Programas governamentais	PETECA, MAIS EDUCAÇÃO, PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ, MAIS PAIC	Não
Equipe gestora (Nome e Horário)	Diretora - Djacira Coordenadora Pedagógica 1º ao 5º ano – Cristina	Diretora - Daiana Coordenadora Pedagógica Catarina
Premiações recebidas	Prêmio Escola Nota Dez 2011, 2015,2017, Prêmio Peteca – Nacional 2017, Prêmio Revelação SPAECE 5º ano – 2015 e 2017	Não
Trabalhos de alunos	0	0
Calendário Anual	0	0
Horário Geral	0	0
Indicadores da escola: Taxas de aprovação/reprovação/abandono Resultados da escola no SPAECE	0	0
Total	6 pontos	02 pontos

3. INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE SERVIÇOS

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Sala da coordenação	1	0
Sala da diretoria	1	0
Sala da secretaria	1	1
Salas de aula	1	1
Salas de aula em funcionamento em outro prédio	1	1

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Sala de Professores	1	1
Sala de relaxamento para aluno	0	0
Sala de reuniões	1	0
Sala para atendimento especializado	1	1
Sala para aula de artes	1	0
Sala para o grêmio estudantil	0	0
Biblioteca	1	1
Laboratório de Biologia	0	0
Laboratório de informática	1	1
Rádio Escola	0	0
Espaço para eventos	1	1
Refeitório	0	0
Cantina	1	1
Cozinha	1	1
Jardim	6	6
Horta	5	1
Pátio	1	1
Portaria	0	0
Piscina	0	0
Balcão de recepção e informações	0	0
Acessibilidade	2	1
Alarmes internos	0	0
Cerca eletrificada	0	0
Câmeras de segurança	0	0
Detector de metais	0	0
Quadra de esportes coberta	1	0
Quadra de esportes descoberta	0	NSA
Vestiário	0	0
Almoxarifado	0	0
Bebedouros	2	2
Banheiros	1	1
Banheiros adaptados	1	1
Consultório para atendimento médico	0	0

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Consultório para atendimento odontológico	0	0
Auditório	0	0
Estacionamento	0	0
Separação de lixo orgânico e reciclável	0	0
Limpeza e conservação	1	1
Transporte escolar	1	0
Despensa	1	1
Parque infantil	4	0
Lixeira	3	3
	42 pontos	28 pontos

4. EQUIPAMENTOS PEDAGOGICOS

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Computadores para estudantes	2	1
Equipamentos para laboratórios	1	0
Produto de consumo para laboratórios	1	0
Equipamentos multimídia	3	2
Acevo bibliográfico em número suficiente	1	1
Mapas atualizados	2	1
Máquina fotográfica	2	0
Filmadora	2	0
Equipamentos para rádio Escola	2	0
Instrumentos musicais	2	0
Artigos esportivos em quantidade suficiente	1	1
Álbum seriado	1	0
Jornal mural	1	0
Jornal periódico	0	0
Boletins de comunicação	0	0
Máquina de fotocópia (xerox)	2	2
Mural externo para o uso de estudantes	1	1
Murais interno nas salas de aula	1	1

Total	25 pontos	10 pontos
-------	-----------	-----------

5. SERVIÇOS PÚBLICOS

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Água	3	3
Esgoto	3	3
Energia elétrica	1	1
Asfalto na rua	0	0
Faixa de pedestre com sinalização	0	0
Iluminação urbana	3	3
Transporte coletivo próximo	3	0
Coleta de lixo	3	3
Coleta de lixo reciclável	0	0
Policimento externo	0	0
Policimento interno	0	0
Telefone	0	0
Telefone público	0	0
Celular institucional	0	0
Internet (com banda larga)	3	3
Internet (sem banda larga)	0	0
Total	19	16

6. ASPECTOS GERAIS

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Uso do uniforme	1	1
Atividades direcionadas no intervalo	1	0
Utilização da biblioteca/computador por estudantes	1	1
Livros empacotados (inutilizados)	0	0
Aproveitamento das paredes para aproveitamento da exposição do trabalho dos alunos	1	1

ASPECTOS OBSERVADOS	PONTUAÇÃO	
	ESCOLA PREMIADA	ESCOLA APOIADA
Aproveitamento das paredes para comunicação comunidade/escola	0	0
Aproveitamento dos espaços para aulas extraclasse	1	0
“Cemitério” de carteiras (móvel inutilizável)	0	0
Imagens religiosas	0	0
Comércio informal no interior da escola	0	0
Comércio informal na calçada/vizinho à escola	0	0
Muros pichados por gangues	0	0
Paredes pichadas	0	0
Muros grafitados	0	0
Palavras ordem sobre algum tema específico (política, sexo, etc)	0	0
Grupos de alunos identificados por vestimentas, linguagens, rótulos, etc	0	0
Total	5	3
Pontuação Total	149 pontos	110 pontos

Fonte: CENPEC (2017)

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: DIRETORA**▶ QUESTÃO DESENCADEADORA**

1. Como você compreende o regime de cooperação proposto pelo Prêmio Escola Nota 10 como requisito parcial para recebimento da segunda parcela do Prêmio?

▶ AÇÕES

1. Enquanto Diretora da escola, quais foram as suas ações para que o regime de cooperação acontecesse? O que você fez?
2. Estas ações que você fez, foram baseadas em quê? Por que você compreendeu que assim deveria ter feito?
3. Qual o propósito de você ter tido estas ações durante o regime de cooperação?
4. Como você, hoje, vê as ações que você desenvolveu durante o regime de cooperação? Você considera que teve iniciativas que contribuíram para o regime de cooperação, de fato, acontecer de forma eficiente?
5. O que você faria diferente? Por que?
6. O que a Diretora da outra escola fez, durante o regime de cooperação?
7. Como você vê as ações da outra Diretora desenvolvidas pelo regime de cooperação para a sua escola?
8. O que você faria diferente dela?

▶ DIFICULDADE/FACILIDADES

1. Como Diretora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais dificuldades você enfrentou?
2. A que você atribui estas dificuldades?
3. Como Diretora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais facilidades você enfrentou?
4. A que você atribui estas facilidades?
5. Como Diretora desta unidade escolar, o que você fez para superar estes desafios e por que você fez estas opções de postura?
6. Como você avalia suas formas de enfrentar estas dificuldades?

7. Como você observou os profissionais da outra escola que participaram do regime de colaboração juntamente com a sua escola?
8. Você acredita que a outra escola enfrentou dificuldades?

EM CASO POSITIVO

7. Quais dificuldades você registra que a outra escola enfrentou?
8. Como a outra escola enfrentou estas dificuldades?
9. Como você agiria diante das dificuldades enfrentadas pela outra escola?

► IMPACTOS

1. A partir do regime de cooperação estabelecido, enquanto diretora, como você hoje a escola?
2. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
3. Em que sua escola melhorou?
4. Em que medida o regime de cooperação contribuiu para o exercício da sua função como Diretora?
5. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
6. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
7. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
8. Como você vê a possibilidade de vivenciar, novamente, uma experiência de regime de cooperação?
9. O que o regime de cooperação representou para você, enquanto pessoa?
10. E, enquanto diretora?
11. Como você analisa os objetivos do Prêmio e os objetivos alcançados em sua escola? Ficou faltando chegar a algum objetivo?
12. Em relação ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e dos demais profissionais da escola, como você vê o regime de cooperação?
13. Em relação à organização e cultura da escola, o que o regime de cooperação significou?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: GERENTE MUNICIPAL

▶ QUESTÃO DESENCADEADORA

1. Como você compreende o regime de cooperação proposto pelo Prêmio Escola Nota 10 como requisito parcial para recebimento da segunda parcela do Prêmio?

▶ AÇÕES

1. Enquanto gerente do município, quais foram as suas ações para que o regime de cooperação acontecesse? O que você fez?
2. Estas ações que você fez, foram baseadas em quê? Por que você compreendeu que assim deveria ter feito?
3. Qual o propósito de você ter tido estas ações durante o regime de cooperação?
4. Como você, hoje, vê as ações que você desenvolveu durante o regime de cooperação? Você considera que teve iniciativas que contribuíram para o regime de cooperação, de fato, acontecer de forma eficiente?
5. O que você faria diferente? Por quê?
6. O que a gerente do outro município fez, durante o regime de cooperação?
7. Como você vê as ações da outra gerente desenvolvidas pelo regime de cooperação para a escola premiada?
8. O que você faria diferente dela?

▶ DIFICULDADE/FACILIDADES

1. Como gerente deste município, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais dificuldades você enfrentou?
2. A que você atribui estas dificuldades?
3. Como gerente deste município, no desenvolvimento de suas ações no Regime de Cooperação, quais facilidades você enfrentou?
4. A que você atribui estas facilidades?

5. Como gerente da escola premiada, o que você fez para superar estes desafios e por que você fez estas opções de postura?
6. Como você avalia suas formas de enfrentar estas dificuldades?
7. Como você observou os profissionais da outra escola que participaram do regime de colaboração juntamente com a escola premiada?
8. Você acredita que a outra escola enfrentou dificuldades?

EM CASO POSITIVO

7. Quais dificuldades você registra que a outra escola enfrentou?
8. Como a outra escola enfrentou estas dificuldades?
9. Como você agiria diante das dificuldades enfrentadas pela outra escola?

► IMPACTOS

1. A partir do regime de cooperação estabelecido, enquanto gerente, como você hoje a escola premiada?
2. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
3. Em que a escola melhorou?
4. Em que medida o regime de cooperação contribuiu para o exercício da sua função como gerente municipal do PAIC?
5. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
6. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
7. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
8. Como você vê a possibilidade de vivenciar, novamente, uma experiência de regime de cooperação?
9. O que o regime de cooperação representou para você, enquanto pessoa?
10. E, enquanto gerente?
11. Como você analisa os objetivos do Prêmio e os objetivos alcançados em sua escola? Ficou faltando chegar a algum objetivo?

12. Em relação ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e dos demais profissionais da escola, como você vê o Regime de Cooperação?

13. Em relação à organização e cultura da escola, o que o Regime de Cooperação significou?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: COORDENADORA PEDAGÓGICA

▶ QUESTÃO DESENCADEADORA

1. Como você compreende o regime de cooperação proposto pelo Prêmio Escola Nota 10 como requisito parcial para recebimento da segunda parcela do Prêmio?

▶ AÇÕES

1. Enquanto coordenadora da escola, quais foram as suas ações para que o regime de cooperação acontecesse? O que você fez?

2. Estas ações que você fez, foram baseadas em quê? Por que você compreendeu que assim deveria ter feito?

3. Qual o propósito de você ter tido estas ações durante o regime de cooperação?

4. Como você, hoje, vê as ações que você desenvolveu durante o regime de cooperação? Você considera que teve iniciativas que contribuíram para o regime de cooperação, de fato, acontecer de forma eficiente?

5. O que você faria diferente? Por quê?

6. O que a coordenadora da outra escola fez, durante o regime de cooperação?

7. Como você vê as ações da outra coordenadora desenvolvidas pelo regime de cooperação para a sua escola?

8. O que você faria diferente dela?

▶ DIFICULDADE/FACILIDADES

1. Como coordenadora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais dificuldades você enfrentou?

2. A que você atribui estas dificuldades?

3. Como coordenadora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais facilidades você enfrentou?

4. A que você atribui estas facilidades?

5. Como coordenadora desta unidade escolar, o que você fez para superar estes desafios e por que você fez estas opções de postura?
6. Como você avalia suas formas de enfrentar estas dificuldades?
7. Como você observou os profissionais da outra escola que participaram do regime de cooperação juntamente com a sua escola?
8. Você acredita que a outra escola enfrentou dificuldades?

EM CASO POSITIVO

7. Quais dificuldades você registra que a outra escola enfrentou?
8. Como a outra escola enfrentou estas dificuldades?
9. Como você agiria diante das dificuldades enfrentadas pela outra escola?

► IMPACTOS

1. A partir do regime de cooperação estabelecido, enquanto coordenadora, como você hoje a escola?
2. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
3. Em que sua escola melhorou?
4. Em que medida o regime de cooperação contribuiu para o exercício da sua função como coordenadora?
5. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
6. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
7. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
8. Como você vê a possibilidade de vivenciar, novamente, uma experiência de regime de cooperação?
9. O que o regime de cooperação representou para você, enquanto pessoa?
10. E, enquanto coordenadora?
11. Como você analisa os objetivos do Prêmio e os objetivos alcançados em sua escola? Ficou faltando chegar a algum objetivo?

12. Em relação ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e dos demais profissionais da escola, como você vê o regime de cooperação?

13. Em relação à organização e cultura da escola, o que o regime de cooperação significou?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA - CARGO: PROFESSORA

▶ QUESTÃO DESENCADEADORA

1. Como você compreende o regime de cooperação proposto pelo Prêmio Escola Nota 10 como requisito parcial para recebimento da segunda parcela do Prêmio?

▶ AÇÕES

1. Enquanto Professora da escola, quais foram as suas ações para que o regime de cooperação acontecesse? O que você fez?

2. Estas ações que você fez, foram baseadas em quê? Por que você compreendeu que assim deveria ter feito?

3. Qual o propósito de você ter tido estas ações durante o regime de cooperação?

4. Como você, hoje, vê as ações que você desenvolveu durante o regime de cooperação? Você considera que teve iniciativas que contribuíram para o regime de cooperação, de fato, acontecer de forma eficiente?

5. O que você faria diferente? Por quê?

6. O que a professora da outra escola fez, durante o regime de cooperação?

7. Como você vê as ações da outra coordenadora desenvolvidas pelo regime de cooperação para a sua escola?

8. O que você faria diferente dela?

▶ DIFICULDADE/FACILIDADES

1. Como Professora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais dificuldades você enfrentou?

2. A que você atribui estas dificuldades?

3. Como Professora desta escola, no desenvolvimento de suas ações no regime de cooperação, quais facilidades você enfrentou?

4. A que você atribui estas facilidades?

5. Como Professora desta unidade escolar, o que você fez para superar estes desafios e por que você fez estas opções de postura?
6. Como você avalia suas formas de enfrentar estas dificuldades?
7. Como você observou os profissionais da outra escola que participaram do regime de colaboração juntamente com a sua escola?
8. Você acredita que a outra escola enfrentou dificuldades?

EM CASO POSITIVO

7. Quais dificuldades você registra que a outra escola enfrentou?
8. Como a outra escola enfrentou estas dificuldades?
9. Como você agiria diante das dificuldades enfrentadas pela outra escola?

► IMPACTOS

1. A partir do regime de cooperação estabelecido, enquanto Professora, como você hoje a escola?
2. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
3. Em que sua escola melhorou?
4. Em que medida o regime de cooperação contribuiu para o exercício da sua função como Professora?
5. Quais resultados você apontaria como **positivos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
6. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **sua escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
7. Quais resultados você apontaria como **negativos** para a **outra escola** e que foram resultantes do regime de cooperação?
8. Como você vê a possibilidade de vivenciar, novamente, uma experiência de regime de cooperação?
9. O que o regime de cooperação representou para você, enquanto pessoa?
10. E, enquanto Professora?
11. Como você analisa os objetivos do Prêmio e os objetivos alcançados em sua escola? Ficou faltando chegar a algum objetivo?

12. Em relação ao seu desenvolvimento pessoal e profissional e dos demais profissionais da escola, como você vê o regime de cooperação?

13. Em relação à organização e cultura da escola, o que o regime de cooperação significou?

APÊNDICE F - TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - POSEDOC



Campus Central - BR 110 - KM 46
Rua Prof. Antônio Campos, s/n - Costa e Silva
Telefax: (84) 3314 - 3452 – CEP: 59.625-620
Caixa Postal 70 – Mossoró - RN
<http://propeg.uern.br/poseduc>

TERMO DE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO

Estou realizando pesquisa para elaborar minha dissertação de Mestrado intitulada **O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ E O REGIME DE COOPERAÇÃO ESTABELECIDO ENTRE DOIS MUNICÍPIOS CEARENSES: UM ESTUDO DE CASO**, como aluna do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-RN.

A referida pesquisa tem por finalidade, analisar a cooperação técnico-pedagógica entre as escolas ensejada pelo Prêmio Escola Nota Dez no estado do Ceará.

O desenvolvimento da pesquisa está pautado em um trabalho organizado na negociação, escuta e respeito aos partícipes. Desse modo, solicito através deste documento o vosso consentimento para gravar em áudio entrevista a ser realizada durante a pesquisa. Ressalto ainda que as informações registradas em nossa entrevista a serem divulgadas em nossa Dissertação serão tratadas de forma sigilosa, sem aparecer a identificação dos sujeitos, a fim de garantir o anonimato e privacidade dos participantes da pesquisa.

Quaisquer dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, eu, Rosângela Maia de Freitas, pesquisadora e aluna do Mestrado em Educação, estou à disposição. Contato: (88)99605-6887; E-mail: rosangelamaia.criacoes@gmail.com

Aracati, ____ de _____ de 2018

Rosângela Maia de Freitas

CPF 630347863 - 87

Após os devidos esclarecimentos, e ciente de que minha aceitação ou recusa não acarretará em nenhum tipo de sanção ou prejuízo, e que mesmo aceitando posso, a qualquer momento, desautorizar as gravações ou, até mesmo, desistir de participar da pesquisa.

Eu, _____, autorizo gravar em áudio a entrevista realizada durante a realização da pesquisa.

Aracati, ____ de _____ de 2018

Assinatura do entrevistado

ANEXOS

ANEXO A- PROJETO EM REGIME DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICO ESCOLAS PREMIADA E APOIADA



ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL CENTRO EDUCACIONAL RAÍZES E ASAS
PLANO DE AÇÃO – 2017

AÇÃO	METAS	ESTRATÉGIAS	PERIODO	RESPONSÁVEL
Realização a cada dois meses os diagnósticos de Leitura e escrita das turmas.	Verificar o nível dos alunos na Leitura e Escrita.	Ficha Perfil da sala de aula. Pintar o quadradinho conforme o nível de leitura.	Agosto a Novembro	Professores, coordenador pedagógico e Núcleo Gestor
Visitas entre as escolas: Maria Luiza (Fortim) e EEF Centro Educacional Raízes E Asas (Aracati)	Troca de experiencias entre os dois municípios para garantir bons resultados de das turmas do 5º anos melhorando os índices .	Os grupos de educadores estarão fazendo visitas para conhecer a realidade de cada escola e juntos construir estratégias para melhorar os índices da aprendizagem	Agosto a Novembro	Professores, coordenador pedagógico, Núcleo Gestor e Técnicos das Secretarias de educação do Fortim e Aracati
Projeto de leitura: Livro vai, Livro vem, eu leio e você também.	Familiarizar o educando com os livros estimulando-os ao hábito e interesse pela leitura diária.	Proporcionar momentos diários de leitura, nos quais os alunos terão contato com diferentes tipos de leituras como: jornais, revistas, livros informativos, folhetos, cartazes) e aprendam a conviver em um ambiente letrado e de	Agosto a Novembro	Professores, coordenador pedagógico e Núcleo Gestor

		valorização o habito leitura.		
Reforço no contra turno, com alunos em dificuldade na leitura, escrita e compreensão	Garantir ao educando a apropriação básica necessária; Ajustar o processo ensino-aprendizagem á sua série; melhorando o seu desenvolvimento integral.	Com base nos resultados dos diagnósticos, dividir os alunos por dificuldade e construir um horário no contra turno para o reforço.	Agosto a Novembro	Professores, professor do reforço, coordenador pedagógico e Núcleo Gestor
Mobilizar as famílias dos educandos sobre a importância da parceria entre a família e a escola na aprendizagem dos mesmos.	Apresentar aos pais a importância do acompanhamento na vida escolar de seus filhos.	Com base dos resultados por níveis dos alunos, mostrar aos pais	Agosto a Novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Realizar simulados com os educandos no contexto das avaliações externas.	Reproduzir as exigências das avaliações externas avaliando a aprendizagem dos alunos quanto aos conteúdos trabalhados.	Analisar as dificuldades dos alunos com o auxílio dos descritores e construir simulados de acordo com as necessidades da turma.	Agosto a Novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Criar um ambiente alfabetizados na sala de aula .	Garantir ao aluno um ambiente onde eles sintam-se a vontade e desenvolva	Organizar as salas e criar ambientes decorados de acordo com as áreas de aprendizagem.	Agosto a Novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Dinamizar as aulas com atividades dinâmicas, jogos e brincadeiras	Construir ferramentas para desenvolver uma aprendizagem de forma lúdica e prazerosa.	Com base na rotina da sala de aula construir jogos e brincadeiras que facilitem e estimulem a aprendizagem.	Agosto a Novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Após a realização dos simulados identificar os descritores de menor percentual de acertos.	Corrigir os simulados e analisar os descritores com menor compreensão dos alunos.	Realizar atividades na rotina destacando os descritores com menor compreensão da turma	Agosto a Novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor

Mobilizar os educadores sobre a importância das avaliações externas	Desenvolver um ambiente onde todos tenham como objetivo garantir uma aprendizagem de qualidade	Realizar o dia D de mobilização para as avaliações externas	Setembro e novembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Realizar encontros mensais na escola com todo grupo de educadores para avaliar as ações.	Avaliar o desenvolvimento do plano de ação	Realizar reuniões mensais com os educandos para avaliar as ações realizadas.	Agosto a Dezembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Monitorar a frequência diária dos alunos	Diminuir a infrequência dos alunos	Realizar visitas diárias as salas para acompanhar a frequência dos alunos	Agosto a Dezembro	Professor, coordenador Pedagógico, núcleo Gestor
Realizar laboratórios cognitivos com base nas avaliações externas	Avaliar a aprendizagem dos educandos de forma mais informal;	Com recurso do data show realizar laboratórios cognitivos em sala de aula com os alunos	Agosto a Dezembro	Professores, coordenador pedagógico e Núcleo Gestor
Avaliação de todas as atividades desenvolvidas pela: Direção, Equipe Pedagógica e Professores.	Garantir a Gestão democrática.	Auto-Avaliação; Questionamentos; Posicionamento dos pais.	Agosto a Dezembro	Professores, coordenador pedagógico e Núcleo Gestor

ANEXO B- PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO PAIC



PROTOCOLO DE INTENÇÕES que celebram entre si **O ESTADO DO CEARÁ**, representado neste ato por seu Governador **DR. CID FERREIRA GOMES**, a **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, doravante denominada SEDUC/CE, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 07.954.514/0001-25, com sede nesta capital na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, S/N, centro Administrativo Gov. Virgílio Távora, Bairro Cambeba, representada por sua titular **Profª. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, e os **Municípios** em relação anexa a este documento, na forma e condições a seguir estabelecidas:

Considerando a necessidade de garantir a todas as crianças cearenses o direito à aprendizagem e em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996, o presente instrumento é firmado entre as partes envolvidas para definição das competências e responsabilidades dos respectivos entes federativos partícipes, estabelecendo diretrizes, normas e procedimentos eficientes, como objetivo de viabilizar a implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O Objetivo do presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES é a conjugação de esforços e meios para o desenvolvimento do Programa Alfabetização na Idade Certa.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Priorizar o processo de alfabetização de todas as crianças matriculadas na rede pública de ensino, alocando os recursos necessários a este fim;
- 2) Estimular o compromisso dos professores alfabetizadores com a aprendizagem das crianças, por meio da valorização e profissionalização docente;
- 3) Rever os planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, priorizando incentivos para a função de professor alfabetizador de crianças a partir de critérios de desempenho;
- 4) Definir critérios técnicos para a seleção de núcleos gestores escolares, priorizando o mérito;
- 5) Implantar sistemas municipais de avaliação de aprendizagem de crianças e desempenho docente;
- 6) Ampliar o acesso à educação infantil, universalizando progressivamente o atendimento de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola;
- 7) adotar políticas locais para incentivar a leitura e a escrita.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

DO ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

- Oferecer assessoria técnica aos municípios nos eixos de: alfabetização, educação infantil, formação do leitor, gestão municipal da educação e avaliação externa.

ANEXO C- LEI 14.371 DE 19 DE JUNHO DE 2009 – CRIA O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 19 de junho de 2009 **SÉRIE 3 ANO I N°111** **Caderno 1/2** **Preço: R\$ 3,50**

PODER EXECUTIVO

LEI N°14.371, de 19 de junho de 2009

CRIA O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ, DESTINADO A PREMIAR AS ESCOLAS PÚBLICAS COM MELHOR RESULTADO NO ÍNDICE DE DESEMPENHO ESCOLAR-ALFABETIZAÇÃO (IDE-ALFA), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica criado o Prêmio Escola Nota Dez, destinado às escolas públicas que tenham obtido os melhores resultados de alfabetização, expressos pelo Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa).

Art.2º A cada ano, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas, dentre as que atendam às seguintes condições:

I – ter pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular;

II – ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 e 10,0, inclusive.

Art.3º As escolas receberão o prêmio em dinheiro, mediante depósito em conta da respectiva unidade gestora, no montante correspondente à multiplicação do número de alunos do 2º ano do ensino fundamental regular avaliados pelo SPAECE-Alfa, pelo valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. O prêmio será entregue em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor total devido à escola, e a segunda correspondente ao restante do valor.

Art.4º As escolas premiadas ficam responsáveis por desenvolver, pelo período de um ano, ações de cooperação técnico-pedagógica com uma das 150 (cento e cinquenta) escolas que tenham obtido os menores resultados de alfabetização, expressos pelo IDE-Alfa.

Art.5º Além da cooperação técnico-pedagógica de uma escola premiada, as 150 (cento e cinquenta) escolas com menores IDE-Alfa receberão contribuição/auxílio financeiro do Estado, para implementação de plano de melhoria dos resultados de alfabetização de seus alunos.

Parágrafo único. Somente poderão ser beneficiadas com a contribuição/auxílio para melhoria dos resultados de alfabetização, as escolas que tenham, pelo menos, 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano

do ensino fundamental regular e que tiveram, no ano anterior, um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de alunos avaliados pelo SPAECE-Alfa.

Art.6º A contribuição/auxílio financeiro, de que trata o art.5º, será em dinheiro, no montante correspondente à multiplicação do número de alunos do 2º ano do ensino fundamental regular avaliados pelo SPAECE-Alfa, pelo valor de R\$1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. A contribuição/auxílio financeiro será entregue em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor total a ser transferido para a escola, e a segunda parcela correspondente ao restante.

Art.7º Os recursos recebidos pelas escolas em caráter de premiação serão utilizados exclusivamente em ações que visem a melhoria das condições das escolas e dos resultados de aprendizagem de seus alunos.

Art.8º A transferência da segunda parcela do prêmio e da contribuição/auxílio financeiro, de que trata esta Lei, está condicionada à manutenção dos bons resultados das escolas premiadas e ao atingimento das metas de melhoria dos resultados das escolas com baixo desempenho, respectivamente, definidas em Decreto.

Art.9º As diretrizes, critérios e procedimentos para acompanhamento das ações de cooperação técnico-pedagógica entre as escolas e monitoramento dos processos que visam à melhoria dos resultados de alfabetização das escolas com baixo IDE-Alfa, serão estabelecidos em Decreto.

Art.10. Fica criado ao vigente Orçamento Fiscal do Estado do Ceará (Lei Estadual nº14.285, de 30 de dezembro de 2008), em favor da Secretaria da Educação, crédito especial no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na forma do anexo I desta Lei.

Art.11. Para os fins desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, em consonância com o disposto no art.26 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000 (LRF), a transferir recursos financeiros, no âmbito do programa Qualidade da Educação Básica do Plano Plurianual 2008-2011, para as unidades gestoras das escolas públicas.

Parágrafo único. Os recursos financeiros necessários e suficientes para a cobertura da despesa autorizada por esta Lei são procedentes do superávit financeiro apurado da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do Balanço Geral do Estado do exercício de 2008, fonte FECOP.

Art.12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 19 de junho de 2009.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

ANEXO I

ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI N°14.371 DE 19.06.2009

SOLICITAÇÃO N°00000101 - CRÉDITO ESPECIAL

Região	Secretaria:	Órgão:	Unid. Orçamentária:	Despesa	Dotação	Fonte	Tipo	Valor
	22000000	22000000	22100022	Qualidade da Educação Básica				
				Prêmio Escola Nota 10				
22	ESTADO DO CEARÁ			335041		10	0	28.000.000,00
				445042	CONTRIBUIÇÕES AUXÍLIO	10	0	2.000.000,00
Total da Unidade Orçamentária:								30.000.000,00
Total da Secretaria:								30.000.000,00
Total da Solicitação:								30.000.000,00

*** **

GOVERNADORIA

CASA CIVIL

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO N°108/2008

I - ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO DE ADITIVO; II - CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da CASA CIVIL, inscrita no CGC (MF) sob o nº09.469.891/0001-02; III - ENDEREÇO: Centro Administrativo Bárbara de Alencar, na Avenida Doutor José Martins Rodrigues, 150, Bairro Edson Queiroz com sede e Foro em Fortaleza - Ceará; IV - CONTRATADA: C.M.C SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº04.654.060/0001-89; V - ENDEREÇO: Rua Eusebio de Queiroz, nº2791, Bairro: Coité, Altos, Km 06, na Cidade de

Eusebio - Ceará, CEP: 60.01-690; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo administrativo de nº09076047 6, resolveu firmar o presente Termo ADITIVO, ao contrato de nº108/2008, de 16 de Outubro de 2008, tendo em vista o que consta no Decreto Municipal de nº12.535 de 14 de Maio de 2009, anexa aos autos, que fixou novas tarifas para o serviço de transportes público coletivo regular e alternativo de passageiros no Município de Fortaleza, e nos termos da CLÁUSULA SEXTA do Contrato de nº108/2008, bem como na IN N°01/2005 de 07/03/2005, com amparo na legalidade do art.65, item II, letra d, da Lei nº8.666/93; VII- FORO: Comarca de Fortaleza; VIII - OBJETO: O presente termo aditivo, tem por fim **proceder repactuação salarial**, conforme as Convenções Coletivas de Trabalho, cujo objeto está disposto no contrato originário de nº108/2008, para atender as necessidades administrativa da Casa Civil; IX - DA VIGÊNCIA: a partir de 25 de Maio de 2009; X - DA RATIFICAÇÃO:

**ANEXO D- DECRETO 29.896 DE 16 DE SETEMBRO DE 2009 –
REGULAMENTA A LEI 14.371 QUE CRIA O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ**

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO I Nº174 FORTALEZA, 17 DE SETEMBRO DE 2009

7

DECRETO Nº29.895, de 16 de setembro de 2009.

**RETIRA A EFICÁCIA NORMATIVA
ANTERIORMENTE DEFERIDA A
PARECERES DA PROCURADORIA
GERAL DO ESTADO DO CEARÁ,
NOS CASOS QUE INDICA.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, inciso IV, da Constituição Estadual, e considerando a necessidade de atualizar os pareceres normativos da Procuradoria Geral do Estado, pondo-os em sintonia com aspectos legais e jurisprudenciais que os sucederam, DECRETA:

Art.1º Fica retirada a eficácia normativa de todos os pareceres da Procuradoria Geral do Estado, com exceção dos indicados nos incisos seguintes.

I – É mantida integralmente a eficácia normativa dos seguintes pareceres:

- a) Parecer Normativo nº002/90;
- b) Parecer Normativo nº003/90;
- c) Parecer Normativo nº003/95;
- d) Parecer Normativo nº001/03;
- e) Parecer Normativo nº002/05;
- f) Parecer Normativo nº004/05;
- g) Parecer Normativo nº001/06.

II – É mantida parcialmente a eficácia normativa dos seguintes pareceres:

- a) Parecer Normativo nº002/01, cuja eficácia normativa fica excluída com relação ao reconhecimento de vinculação automática dos serventários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos inscritos antes da Lei Federal nº8.935, de 18.11.1994, ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares, dos Agentes Públicos e dos Membros de Poder do Estado do Ceará – SUPSEC;
- b) Parecer Normativo nº003/05, cuja eficácia normativa fica, primeiro, excluída com relação às aposentadorias regidas pela legislação anterior à Emenda Constitucional Federal nº20/98, e, depois, restrita às gratificações de risco de vida concedidas com base no critério da atividade exercida, excluindo-se aquelas decorrentes de simples critério de localização;
- c) Parecer Normativo nº002/2003, cuja eficácia normativa fica excluída com relação às pensões regidas pela Lei nº10776/82;

Art.2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de setembro de 2009.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Fernando Antônio Costa de Oliveira
PROCURADOR GERAL DO ESTADO

*** **

DECRETO Nº29.896, de 16 de setembro de 2009.

**REGULAMENTA A LEI Nº14.371, DE
19 DE JUNHO DE 2009, QUE CRIA
O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ,
DESTINADO A PREMIAR AS
ESCOLAS PÚBLICAS COM
MELHOR RESULTADO NO ÍNDICE
DE DESEMPENHO ESCOLAR-
ALFABETIZAÇÃO (IDE-ALFA), E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO os Artigos 205 a 214 da Constituição Federal, que trata dos Princípios e Fins da Educação Nacional; CONSIDERANDO a Lei Federal nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Normas e Diretrizes da Educação Nacional; CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de disciplinar os Artigos 8º e 9º da Lei Estadual nº14.371, de 19 de junho de 2009, DECRETA:

Art.1º A premiação das escolas públicas com melhores resultados no Índice de Desempenho Escolar (IDE-ALFA) dar-se-á na forma prevista neste Decreto e alterações posteriores.

Art.2º Para o recebimento dos recursos financeiros referentes à primeira parcela de sua premiação ou auxílio, a escola deverá ter conta bancária específica para o Prêmio Escola Nota Dez.

Art.3º Para aplicação dos recursos financeiros a escola deverá elaborar um Plano de Aplicação dos Recursos, assinado pelo Diretor da Escola e, em se tratando de escola municipal, também deverá ser chancelado pelo Secretário de Educação do Município, em conformidade com as orientações definidas neste Decreto.

Art.4º O recebimento dos recursos financeiros referentes à

segunda parcela da premiação ou contribuição/auxílio, contida no Art.8º, da referida Lei, está condicionado:

I – à manutenção ou elevação dos bons resultados de alfabetização, comprovados através do IDE-Alfa, subsequente ao do ano que constou como escola premiada.

II – à melhoria dos resultados da escola apoiada, que deverá obter nota mínima de 5,0 no IDE-Alfa, subsequente ao do ano que constou como escola apoiada.

Parágrafo Único. A escola premiada deverá atender aos incisos I e II deste Artigo, cumulativamente, para fazer jus ao recebimento da segunda parcela de que trata o Parágrafo Único do Art.3º da Lei nº14.371, de 19 de junho de 2009.

Art.5º Os recursos recebidos pelas escolas, em caráter de premiação ou contribuição/auxílio financeiro, serão utilizados exclusivamente em ações que visem à melhoria das condições das escolas e dos resultados de aprendizagem de seus alunos, tais como, o incentivo ao bom desempenho dos profissionais da escola, apoio logístico em capacitações e treinamentos, bonificação, formação continuada, a melhoria de suas instalações físicas, e equipamentos e o enriquecimento de seus acervos didático-pedagógicos.

Art.6º O Plano de Aplicação dos Recursos voltado para a cooperação técnico pedagógica deverá ser encaminhado para a Coordenadoria de Cooperação com os Municípios – COPEM da Secretaria da Educação, via Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE, para análise, aprovação e acompanhamento.

Parágrafo Único. O modelo do Plano de Aplicação dos Recursos estará disponível no endereço eletrônico www.seduc.ce.gov.br.

Art.7º A Secretaria da Educação – SEDUC instituirá um Comitê para acompanhamento das ações estabelecidas com recursos oriundos de premiação ou contribuição/auxílio da Lei nº14.371, de 19 de junho de 2009.

Art.8º Os bens adquiridos com os recursos financeiros oriundos da Lei nº14.371, de 19 de junho de 2009, devem ser incorporados e tombados como patrimônio do município, quando a escola premiada ou apoiada for escola municipal, e como patrimônio estadual, quando se tratar de escola da Rede Pública do Estado.

Art.9º As escolas deverão prestar contas junto à SEDUC, dos recursos financeiros empregados, mediante apresentação de relatório físico-financeiro, acompanhado dos documentos comprobatórios dos gastos realizados.

Parágrafo Único. Para obras, serviços, compras e locações, deverá ser observado o regime da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

Art.10 Caberá a SEDUC emitir regulamentações específicas e complementares para a operacionalização do prêmio ou contribuição/auxílio.

Art.11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.12 Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO IRACEMA, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 16 de setembro de 2009.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Desirée Custódio Mota Gondim
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO,
RESPONDENDO
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

*** **

GOVERNADORIA

GABINETE DO GOVERNADOR

PORTARIA GG Nº227/2009 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador, através da Portaria nº126/2008, de 01 de outubro de 2008, publicada no D.O.E. em 20 de outubro de 2008, e fundamentada na Lei nº13.515/2004, regulamentada pelo Decreto nº27.561/2004, DESIGNA, em atendimento aos interesses da Secretaria da Educação - SEDUC, os alunos **CEZAR DANTAS DA COSTA FILHO, DANILA GARCIA DE SENA, CARLAIZE BORGES GONÇALVES, PALOMA LOPES DA SILVA, ANDERSON LAGO BARBOSA LIMA e LÍDIA RAFAELE FREITAS**, para, na qualidade de Colaboradores Eventuais, participarem da "Feira Nordestina de Ciências e Tecnologia - FENECIT", com o objetivo de representar a Secretaria da Educação do Estado do Ceará no referido Evento, que será realizado no período de 15 a 18 de setembro do ano em curso em Camaragibe-PE. O deslocamento dar-se-á no trecho:

ANEXO E- LEI 15.052- ACRESCENTA O 5º ANO NO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

2	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO III Nº235 FORTALEZA, 12 DE DEZEMBRO DE 2011
<p>Governador CID FERREIRA GOMES Vice - Governador DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO Gabinete do Governador IVO FERREIRA GOMES Gabinete do Vice-Governador IRAPUAN DINIZ DE AGUIAR JÚNIOR Casa Civil ARIALDO DE MELLO PINHO Casa Militar JOEL COSTA BRASIL Procuradoria Geral do Estado FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado JOÃO ALVES DE MELO Conselho Estadual de Educação EDGAR LINHARES LIMA Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico IVAN RODRIGUES BEZERRA Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente PAULO HENRIQUE ELLERY LUSTOSA DA COSTA Secretaria das Cidades CAMILO SOBREIRA DE SANTANA Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior RENÉ TEIXEIRA BARREIRA Secretaria da Cultura FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO Secretaria do Desenvolvimento Agrário JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA</p>	<p>Secretaria da Educação MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO Secretaria Especial da Copa 2014 FERRUCCIO PETRI FEITOSA Secretaria do Esporte ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR Secretaria da Fazenda CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO Secretaria da Infraestrutura FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE Secretaria da Justiça e Cidadania MARIANA LOBO BOTELHO ALBUQUERQUE Secretaria da Pesca e Aquicultura FLÁVIO BEZERRA DA SILVA Secretaria do Planejamento e Gestão ANTÔNIO EDUARDO DIOGO DE SIQUEIRA FILHO Secretaria dos Recursos Hídricos CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO Secretaria da Saúde RAIMUNDO JOSÉ ARRUDA BASTOS Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social FRANCISCO JOSÉ BEZERRA RODRIGUES Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO Secretaria do Turismo BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA Defensoria Pública Geral ANDRÉA MARIA ALVES COELHO Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário SERVILHO SILVA DE PAIVA</p>

"Art.6º-A Aplicam-se as disposições desta Lei aos processos em trâmite na Controladoria-Geral de Disciplina, no que não dispuser em contrário à Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011, e demais dispositivos legais regulamentadores da Controladoria-Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário." (NR).

Art.16. O art.85 da Lei nº13.407, de 21 de novembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.85. Elaborado o relatório conclusivo, será lavrado termo de encerramento, com a remessa do processo, pelo Presidente do Conselho de Justificação, ao Controlador-Geral de Disciplina para fins do previsto no art.28-A, da Lei Complementar nº98, de 20 de junho de 2011." (NR).

Art.17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art.18. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os arts.8º e 16 da Lei nº14.933, de 8 de junho de 2011, e o art.123 da Lei nº12.124, de 6 de julho de 1993.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,
em Fortaleza, 06 de dezembro de 2011.

Cid Ferreira Gomes
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Servilho Silva de Paiva
**CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

*** **

LEI Nº15.052, de 06 de dezembro de 2011.

**INSTITUI O PRÊMIO ESCOLA
NOTA DEZ, DESTINADO A
PREMIAR AS ESCOLAS
PÚBLICAS COM MELHORES
RESULTADOS DE APRENDI-
ZAGEM NO SEGUNDO E
QUINTO ANOS DE ENSINO
FUNDAMENTAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído o Prêmio Escola Nota Dez, destinado às escolas públicas que tenham obtido os melhores resultados de alfabetização, expressos pelo Índice de Desempenho Escolar - Alfabetização (IDE-Alfa), e às escolas públicas que tenham obtido os melhores resultados do 5º ano, expressos pelo Índice de Desempenho Escolar - 5º ano (IDE 5).

Art.2º Relativamente aos resultados de alfabetização, a cada ano, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas, dentre as que atendam às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação de alfabetização do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez), inclusive;

III - ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.

§1º Em caso de empate, terá precedência a escola que atender aos critérios abaixo relacionados, na seguinte ordem:

I - ter o maior número de alunos no nível "desejável", de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

II - ter o menor número de alunos no nível "não alfabetizado", de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

III - ter o menor número de alunos no nível "alfabetização incompleta", de acordo com a escala de alfabetização SPAECE.

§2º O município deverá ter um mínimo de 70% (setenta por cento) de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede situados no nível "desejável" da escala de alfabetização do SPAECE, como condição para que escolas de sua rede possam receber o Prêmio.

Art.3º Relativamente aos resultados do 5º ano do Ensino Fundamental, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas entre as que atendam às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar - 5º ano (IDE-5) entre 7,5 (sete e meio) e 10,0 (dez);

III - ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, no 5º ano.

Parágrafo único. Para o recebimento da premiação, tratada no caput deste artigo, o município deverá atender ao disposto no §2º do art.2º desta Lei.

Art.4º As escolas, através das suas Unidades Executoras - UEX, receberão o prêmio em dinheiro, mediante depósito em conta específica, no montante correspondente à multiplicação do número de alunos do 2º, e/ou 5º anos do Ensino Fundamental regular avaliados, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais).

ANEXO F- LEI 15.923- ACRESCENTA O 5º E 9º ANO NO PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ

6

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO SÉRIE 3 ANO VII Nº234 FORTALEZA, 15 DE DEZEMBRO DE 2015

sem distorção idade-série e com domínio das competências de leitura, escrita, cálculo e ciências adequadas à sua idade e ao seu nível de escolarização.” (NR)

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de dezembro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

LEI Nº15.922, de 15 de dezembro de 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ART.1º DA LEI Nº12.612, DE 7 DE AGOSTO DE 1996.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado o inciso II do art.1º da Lei nº12.612, de 7 de agosto de 1996, que passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º ...

II - 18% (dezoito por cento) em função do Índice Municipal de Qualidade Educacional de cada município, formado pela taxa de aprovação dos alunos do ensino fundamental e pela média obtida pelos alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede municipal em avaliações de aprendizagem.” (NR)

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, referentes à distribuição da arrecadação do ICMS, a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de dezembro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

LEI Nº15.923, de 15 de dezembro de 2015.

INSTITUI O PRÊMIO ESCOLA NOTA DEZ, DESTINADO A PRE- MIAR AS ESCOLAS PÚBLICAS COM MELHORES RESULTADOS DE APRENDIZAGEM NO SE- GUNDO, QUINTO E NONO ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído o Prêmio Escola Nota Dez, destinado às escolas públicas que tenham obtido, no ano anterior à concessão do mesmo, os melhores resultados de aprendizagem, expressos pelos Índice de Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa), Índice de Desempenho Escolar - 5º ano (IDE-5) e Índice de Desempenho Escolar - 9º ano (IDE-9).

Art.2º Relativamente aos resultados de alfabetização (IDE-Alfa), a cada ano, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas, dentre as que atendam às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação de alfabetização do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar-Alfabetização (IDE-Alfa) situada no intervalo entre 8,5 (oito e meio) e 10,0 (dez), inclusive;

III - ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental, avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.

§1º Em caso de empate, terá precedência a escola que atender aos critérios abaixo relacionados, na seguinte ordem:

I - ter o maior percentual de alunos no nível “desejável”, de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

II - ter o menor percentual de alunos no nível “não alfabetizado”, de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

III - ter o menor percentual de alunos no nível “alfabetização incompleta”, de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

IV - ter a maior proficiência no 2º ano do Ensino Fundamental, de acordo com a escala de alfabetização SPAECE;

V - ter o maior número de alunos avaliados no 2º ano do Ensino Fundamental;

VI - ter a rede municipal, da qual a escola faça parte, maior média em Língua Portuguesa e Matemática no 2º ano do Ensino Fundamental, com exceção do Município de Fortaleza, onde deverá ser observada separadamente a maior média em Língua Portuguesa e Matemática no 2º ano do Ensino Fundamental por Distrito de Educação, de acordo com a escala do SPAECE.

§2º Persistindo o empate, mesmo após a utilização de todos os critérios de desempate previstos no §1º deste artigo, deverá ser definida a classificação mediante sorteio.

§3º O município deverá ter um mínimo de 70% (setenta por cento) de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede, situados no nível “desejável” da escala de alfabetização do SPAECE e 30% (trinta por cento) dos alunos no nível “adequado” da escala de Língua Portuguesa e da escala de Matemática do 5º ano, como condição para que escolas de sua rede possam receber o Prêmio, com exceção do Município de Fortaleza.

§4º Como condição para receber o prêmio, a escola da rede de ensino do Município de Fortaleza deverá pertencer a um Distrito de Educação que tenha no mínimo 70% (setenta por cento) de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede, situados no nível “desejável” da escala de alfabetização do SPAECE e 30% (trinta por cento) dos alunos no nível “adequado” da escala de Língua Portuguesa e da escala de Matemática do 5º ano.

§5º Como condição para receber o prêmio, a escola da rede estadual de ensino deverá pertencer a uma Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE, ou à Superintendência das Escolas de Fortaleza - SEFOR, que tenha no mínimo 70% (setenta por cento) de alunos do 2º ano do Ensino Fundamental de sua rede, situados no nível “desejável” da escala de alfabetização do SPAECE e 30% (trinta por cento) dos alunos no nível “adequado” da escala de língua portuguesa e matemática do 5º ano.

Art.3º Relativamente aos resultados do 5º ano do Ensino Fundamental, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas entre as que atendam às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar - 5º ano (IDE-5) entre 7,5 (sete e meio) e 10,0 (dez), inclusive;

III - ter no mínimo 90% (noventa por cento) de alunos avaliados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, no 5º ano.

§1º Em caso de empate, terá precedência a escola que atender aos critérios abaixo relacionados, na seguinte ordem:

I - ter no 5º ano o maior percentual de alunos no nível “adequado”, de acordo com a escala do SPAECE;

II - ter no 5º ano o menor percentual de alunos no nível “muito crítico”, de acordo com a escala do SPAECE;

III - ter no 5º ano o menor percentual de alunos no nível “crítico”, de acordo com a escala do SPAECE;

IV - ter a maior proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental, de acordo com a escala do SPAECE;

V - ter o maior número de alunos avaliados no 5º ano do Ensino Fundamental;

VI - ter a rede municipal, da qual a escola faça parte, maior média em Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental, com exceção do Município de Fortaleza, onde deverá ser observada separadamente a maior média em Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental por Distrito de Educação, de acordo com a escala do SPAECE.

§2º Persistindo o empate, mesmo após a utilização de todos os critérios de desempate previstos no §1º deste artigo, deverá ser definida a classificação mediante sorteio.

§3º Para o recebimento da premiação tratada no caput deste artigo, o Município de Fortaleza deverá atender ao disposto no §4º, os demais municípios deverão atender ao disposto no §3º e as escolas estaduais deverão atender ao disposto no §5º, todos do art.2º desta Lei.

Art.4º Relativamente aos resultados do 9º ano do Ensino Fundamental, serão premiadas até 150 (cento e cinquenta) escolas entre as que atendam às seguintes condições:

I - ter, no momento da avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental regular;

II - ter obtido média de Índice de Desempenho Escolar - 9º ano (IDE-9) entre 7,5 (sete e meio) e 10,0 (dez), inclusive;

